



# Relatório e Contas 2020

A nossa viagem só tem um destino:  
a sustentabilidade.



COMBOIOS DE PORTUGAL

# Ficha Técnica

## CP – Comboios de Portugal, E.P.E.

Calçada do Duque, nº 20

1249 – 109 Lisboa

Nº Contribuinte: 500 498 601

Matriculada na C.R.C. Lisboa número 109º

Capital Estatutário: 3 959 489 351,01 € (a 31 de dezembro de 2020)

Conceção e Coordenação:

Direção de Planeamento, Controlo e Informação de Gestão

Direção Financeira

Fotografias dos separadores e dos rodapés: Manuel Moreira

Contactos:

[institucional@cp.pt](mailto:institucional@cp.pt)

Este conteúdo respeita as normas do novo Acordo Ortográfico



# Índice

<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE</b>	<b>9</b>
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>PRINCIPAIS INDICADORES</b>	<b>14</b>
<b>ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO</b>	<b>17</b>
<b>2020 - UM ANO DIFERENTE</b>	<b>21</b>
<b>Introdução</b>	<b>23</b>
<b>Eventos</b>	<b>24</b>
<b>O NOSSO NEGÓCIO EM 2020</b>	<b>29</b>
<b>Evolução dos Indicadores Comerciais</b>	<b>31</b>
Os Nossos Clientes - Procura	31
Proveitos	33
Quanto Produzimos	34
<b>Atividade de Manutenção</b>	<b>37</b>
Introdução	37
Atividade Interna	37
Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros	38
<b>As Nossas Pessoas</b>	<b>40</b>
Efetivo	40
Absentismo	42
Trabalho Suplementar	43
Formação	44
<b>Frota</b>	<b>45</b>
<b>Qualidade do Serviço</b>	<b>46</b>
<b>Investimentos</b>	<b>49</b>
<b>Grupo CP</b>	<b>51</b>
<b>CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS</b>	<b>52</b>
<b>Quadro - Resumo</b>	<b>54</b>
<b>Objetivos de Gestão e PAO</b>	<b>56</b>
Plano de Atividades e Orçamento	56
Execução Orçamental	58

<b>Gestão do Risco Financeiro</b>	<b>61</b>
<b>Limite de Crescimento do Endividamento</b>	<b>62</b>
<b>Prazo Médio de Pagamento</b>	<b>62</b>
<b>Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2019</b>	<b>63</b>
<b>Remunerações</b>	<b>64</b>
Medidas de Redução Salarial	64
Remunerações do Conselho de Administração	64
Fiscalização	67
<b>Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público</b>	<b>69</b>
<b>Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP</b>	<b>70</b>
<b>Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens</b>	<b>70</b>
<b>Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção</b>	<b>70</b>
<b>Contratação Pública</b>	<b>70</b>
<b>Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)</b>	<b>71</b>
<b>Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais</b>	<b>72</b>
<b>Contratação de Estudos</b>	<b>73</b>
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado</b>	<b>74</b>
<b>Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas</b>	<b>75</b>
<b>Plano para a Igualdade</b>	<b>75</b>
<b>Relato Não Financeiro</b>	<b>75</b>
<b>Informação no Site do SEE</b>	<b>76</b>
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>77</b>
<b>Notas Introdutórias</b>	<b>79</b>
Normativo Aplicável	79
Fusão CP e EMEF	79
<b>Conta de Exploração</b>	<b>80</b>
Resultado Líquido	80
Resultado Operacional das Atividades de Transportes e Manutenção (EBITDA)	81
Resultado Operacional	82
Resultado Financeiro	83
<b>Balanço</b>	<b>84</b>
Ativo	84
Capital Próprio	85
Passivo	85
<b>Financiamento</b>	<b>85</b>
Dívida Financeira	86
<b>PERSPETIVAS PARA 2021</b>	<b>89</b>
<b>FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO</b>	<b>92</b>
<b>PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>94</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>96</b>

<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>102</b>
<b>Identificação da entidade e período de relato (nota 1)</b>	<b>103</b>
Identificação da Entidade	103
Acesso à Infraestrutura	104
Regime de Concessão	105
Contrato de serviço público	106
<b>Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)</b>	<b>108</b>
Referencial contabilístico	108
Derrogações ao SNC	108
Valores comparativos	109
Valores Resultantes da Fusão com a EMEF	109
<b>Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória (nota 3)</b>	<b>110</b>
<b>Principais Políticas Contabilísticas (nota 4)</b>	<b>111</b>
Bases de mensuração	111
Políticas contabilísticas relevantes	112
Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas	116
Outros Ativos/Passivos Financeiros	117
Entidades conjuntamente controladas	119
Inventários	120
Clientes e outros créditos a receber	120
Caixa e equivalentes de caixa	120
Empréstimos e descobertos bancários	120
Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação	121
Transações em moeda estrangeira	121
Reconhecimento do rédito	122
Reconhecimento de Gastos e Rendimentos	123
Provisões	123
Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados	123
Imposto sobre lucros	124
Ativos e passivos contingentes	124
Loações	125
Acontecimentos Subsequentes	125
Juízos de Valor	126
Principais pressupostos relativos ao futuro	126
Principais fontes de incerteza das estimativas	126
<b>Fluxo de Caixa (nota 5)</b>	<b>129</b>
Rubrica de Caixa e depósitos bancários	130
Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários	130
<b>Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)</b>	<b>131</b>
<b>Partes Relacionadas (nota 7)</b>	<b>131</b>
<b>Ativos Intangíveis (nota 8)</b>	<b>133</b>
<b>Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)</b>	<b>134</b>
<b>Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)</b>	<b>137</b>
<b>Loações (nota 11)</b>	<b>138</b>
<b>Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)</b>	<b>139</b>
<b>Outros Investimentos Financeiros (nota 13)</b>	<b>140</b>

<b>Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)</b>	<b>142</b>
<b>Inventários (nota 15)</b>	<b>142</b>
<b>Clientes (nota 16)</b>	<b>144</b>
<b>Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)</b>	<b>145</b>
<b>Outros créditos a receber (nota 18)</b>	<b>147</b>
<b>Diferimentos (nota 19)</b>	<b>147</b>
<b>Capital Subscrito (nota 20)</b>	<b>148</b>
<b>Reservas Legais (nota 21)</b>	<b>149</b>
<b>Outras Reservas (nota 22)</b>	<b>149</b>
<b>Resultados Transitados (nota 23)</b>	<b>149</b>
Material circulante	150
Outros ativos fixos tangíveis	150
<b>Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)</b>	<b>150</b>
<b>Provisões (nota 25)</b>	<b>151</b>
<b>Financiamentos Obtidos (nota 26)</b>	<b>152</b>
<b>Outras dívidas a Pagar (nota 27)</b>	<b>153</b>
<b>Fornecedores (nota 28)</b>	<b>154</b>
<b>Vendas e Serviços Prestados (nota 29)</b>	<b>155</b>
<b>Subsídios à Exploração (nota 30)</b>	<b>155</b>
<b>Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)</b>	<b>156</b>
<b>Variação da Produção (nota 32)</b>	<b>157</b>
<b>Trabalhos para a própria entidade (nota 33)</b>	<b>157</b>
<b>Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)</b>	<b>157</b>
<b>Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)</b>	<b>158</b>
<b>Gastos com Pessoal (nota 36)</b>	<b>160</b>
<b>Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)</b>	<b>160</b>
<b>Outros Rendimentos (nota 38)</b>	<b>161</b>
<b>Outros Gastos (nota 39)</b>	<b>162</b>
<b>Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)</b>	<b>162</b>
<b>Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)</b>	<b>163</b>
<b>Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)</b>	<b>164</b>
<b>Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)</b>	<b>164</b>
<b>Garantias e Avals (nota 44)</b>	<b>165</b>
<b>Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 45)</b>	<b>165</b>
<b>Proposta de aplicação de resultados (nota 46)</b>	<b>166</b>
<b>RELATÓRIO DE AUDITORIA</b>	<b>167</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS</b>	<b>169</b>
<b>RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL</b>	<b>171</b>

# Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da Procura 2016-2020.....	31
Gráfico 2 – Evolução dos Proveitos de Tráfego 2016-2020.....	33
Gráfico 3 – Evolução do Efetivo a Cargo.....	40
Gráfico 4 – Taxa de Absentismo em 2020.....	42
Gráfico 5 – Trabalho Extraordinário em 2020.....	43
Gráfico 6 – Discriminação dos Investimentos em 2020.....	50
Gráfico 7 – Grupo CP.....	51
Gráfico 8 – Dívida remunerada por fontes de financiamento em 2019 e 2020.....	87
Gráfico 9 – Estrutura da Dívida.....	88

# Índice de Imagens

Figura 1 – Cerimónia de Reabertura da Oficina de Guifões. ....	24
Figura 2 – Soldadura numa oficina – uma atividade de regresso à CP. ....	25
Figura 3 – Duas carruagens compradas à RENFE – pintura original e cores da CP....	26
Figura 4 – Material histórico reabilitado.....	27
Figura 5 – Novos diagramas de linhas, peças essenciais de informação ao cliente no interior dos comboios.....	28

Relatório e Contas 2020

# **MENSAGEM DO PRESIDENTE**

# 01

O ano de 2020 ficará para sempre ensombrado por uma pandemia que teve um efeito brutal na economia e no mercado de trabalho e uma forte repercussão nos padrões de mobilidade do País e, consequentemente, no desempenho financeiro da CP.

O número de passageiros transportados registou uma diminuição de 40%, os rendimentos de tráfego apresentaram uma quebra de 45% e o resultado líquido foi negativo em 95,4 milhões de euros, o que representou um agravamento de 85% face ao ano anterior.

Contudo, o ano de 2020, será também recordado pelos importantes passos dados no sentido da revitalização e sustentabilidade do setor ferroviário.

O ano iniciou-se de forma auspiciosa com a fusão da CP com a EMEF.

A internalização da função manutenção bem como a reposição da capacidade oficial, com a reabertura das oficinas de Guifões e da Figueira da Foz, permitiram recuperar a estrutura dos ciclos de manutenção e repor ao serviço diversas unidades que se encontravam inoperacionais, contribuindo assim para a redução do número de supressões e reposição dos níveis de regularidade, qualidade e limpeza do transporte ferroviário.

No final de junho, o Tribunal de Contas emitiu o visto prévio ao contrato de serviço público entre o Estado e a CP, o que permitiu que a empresa passasse a receber as devidas compensações pelo serviço público prestado.

Durante o terceiro trimestre a CP negociou e adquiriu 50 carruagens à RENFE. A reabilitação deste tipo de material permitirá aumentar a oferta comercial da CP e devolver parte das automotoras diesel atualmente alugadas à RENFE.

No final de outubro foi assinado o contrato para aquisição de 22 automotoras para o serviço regional, das quais 12 serão Bi-Modo, o que lhes permitirá circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas.



Após várias décadas de desinvestimento, inicia-se agora um novo ciclo de investimento que prosseguirá com os processos de aquisição de automotoras para os serviços urbanos e regional e de automotoras elétricas para o segmento comercial de longo curso.

Este material permitirá melhorar a prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros, reforçar a oferta e aproveitar as oportunidades criadas pelas intervenções previstas na infraestrutura.

Por outro lado, este ciclo de investimento, acompanhado pela contratualização do serviço público já concretizada e obrigatoriamente pelo saneamento financeiro da dívida histórica, a ocorrer em 2021, serão determinantes para assegurar a sustentabilidade futura da empresa e reforçar o seu papel no sistema de transportes nacional.

Num ano extremamente exigente para todos, cheio de imprevisibilidade e com alterações permanentes de planeamento e de atividade, gostaria, por fim, de realçar como a CP foi capaz de reagir rápida e eficazmente para garantir a mobilidade e a segurança de todos os cidadãos que dela necessitaram, mantendo todos os compromissos com o seu efetivo.

Quero assim agradecer e fazer referência à coragem e ao espírito de entrega de todos os trabalhadores, com menção especial aos que estiveram no terreno e que não hesitaram em prosseguir com a sua missão.

Uma palavra também para o nosso Acionista, o Estado, que nunca deixou de nos apoiar neste ano tão difícil.

Relatório e Contas 2020

**CONSELHO DE  
ADMINISTRAÇÃO**

**02**

**Vice-Presidente**

Pedro Miguel  
Sousa Pereira  
Guedes Moreira

**Vogal**

Maria Isabel de  
Magalhães Ribeiro

**Presidente**

Nuno Pinho da  
Cruz Leite de  
Freitas

**Vogal**

Ana Maria dos  
Santos Malhó

**Vogal**

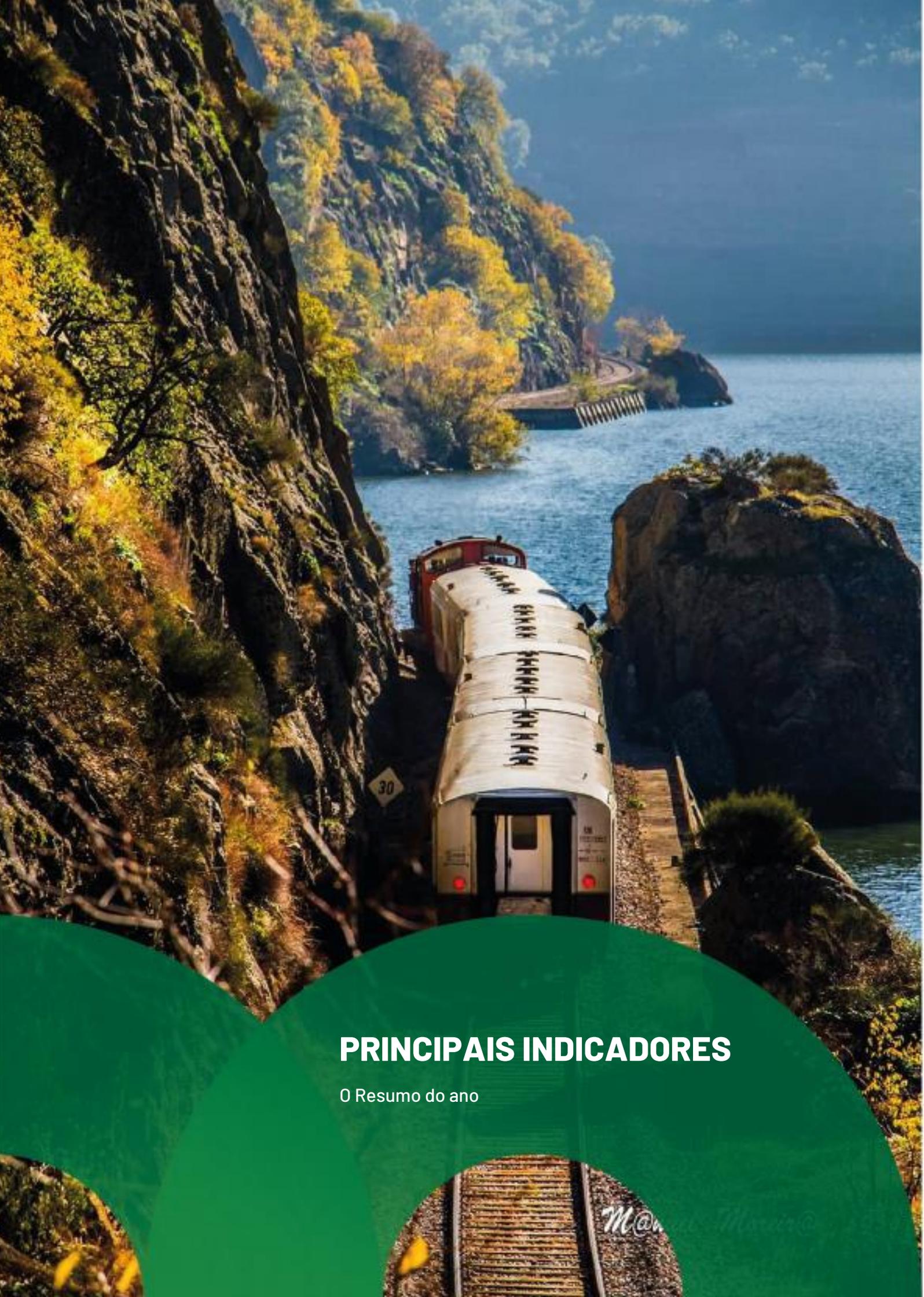
Pedro Manuel  
Franco Ribeiro



Relatório e Contas 2020

**PRINCIPAIS  
INDICADORES**

**03**



# PRINCIPAIS INDICADORES

O Resumo do ano



Indicadores Operacionais	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
<b>Procura</b>				
Passageiros (10 <sup>3</sup> )	86 910	144 894	-57 984	-40,0%
Passageiros Quilómetro (10 <sup>3</sup> )	2 200 817	4 436 079	-2 235 262	-50,4%
<b>Oferta</b>				
Comboios (10 <sup>3</sup> )	404	434	-30	-6,9%
CK (10 <sup>3</sup> )	25 662	29 094	-3 432	-11,8%
LKO (10 <sup>6</sup> )	11 963	13 015	-1 052	-8,1%
<b>Recursos Humanos</b>				
Efectivo Final a cargo	3 736	2 646	1 090	41,2%
Efectivo Médio a cargo	3 710	2 634	1 076	40,9%
<b>Frota - Parque Ativo</b>				
Automotoras	242	241	1	0,4%
Locomotivas	35	31	4	12,9%
Carruagens	118	108	10	9,3%

Indicadores Financeiros (10 <sup>3</sup> €)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Proveitos Tráfego	150 652	273 850	-123 198	-45%
Rendimentos Operacionais *	294 758	341 226	-46 468	-14%
Subsídios à Exploração **	88 127	40 004	48 123	120%
Gastos Operacionais *	298 879	293 102	5 777	2%
EBITDA *	-4 121	48 124	-52 245	-109%
Resultado Operacional	-64 477	4 411	-68 888	-1562%
Resultado Líquido	-95 399	-51 578	-43 821	-85%

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações, nomeadamente diferenças de câmbio, não relacionadas com a atividade core da empresa.

\*\* Contidos nos Rendimentos Operacionais. Inclui subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público.

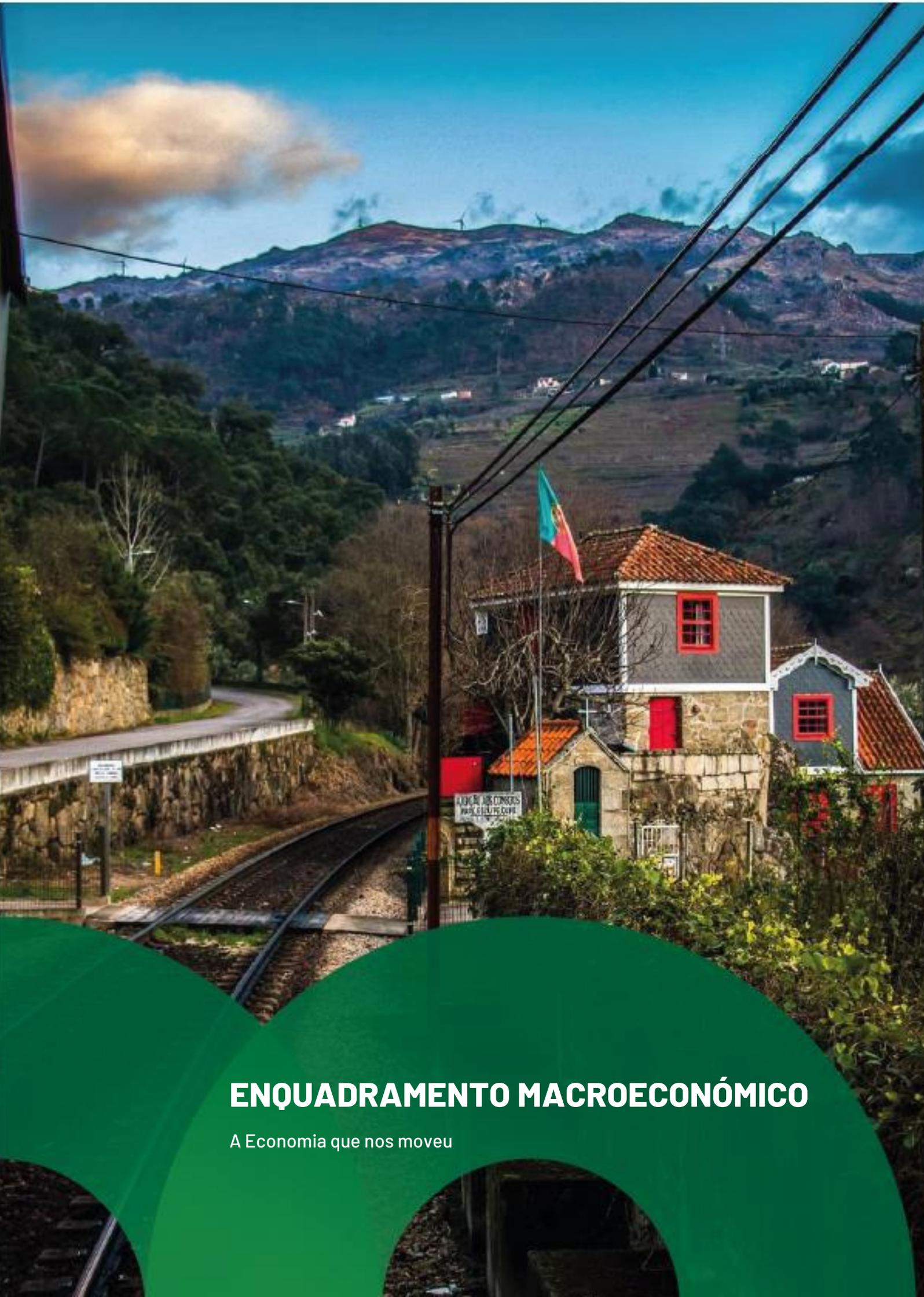
Rácios	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Peso dos Gastos no VN s/ Subsídios à Exploração ***	88,6%	103,0%	-14,4 p.p.	-

\*\*\* (CMVMC + FSE + Pessoal sem indemnizações por rescisão, valorizações remuneratórias e retoma dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho) / Volume de Negócios (sem subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público) excluindo o efeito da Pandemia

Relatório e Contas 2020

**ENQUADRAMENTO  
MACROECONÓMICO**

**04**



# ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

A Economia que nos moveu

# Enquadramento Macroeconómico<sup>1</sup>

## Contas Nacionais

O ano de 2020 iniciou-se com expectativas elevadas, após um crescimento acima de 2% do PIB em 2019. No entanto, no dia 22 de março<sup>2</sup>, Portugal entrava em estado de emergência devido à pandemia COVID-19 e com ele, veio a retração da Economia para níveis impensáveis nos períodos anteriores, com quase todas as componentes a variarem negativamente.

No 2º trimestre de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) em termos reais registou uma redução homóloga de 16,3%. A redução menos intensa do PIB no 3º trimestre ocorreu no contexto de reabertura progressiva da atividade económica.

Variação do PIB em Portugal (%)					
2018	2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
2,6	2,2	-2,2	-16,3	-5,7	-6,1

Para esta variação do PIB, contribuiu de forma expressiva a retração da procura interna devido, sobretudo, à contração do consumo privado. A procura externa líquida acentuou essa retração, refletindo uma diminuição sem precedente das exportações de turismo.

Variação do Consumo Privado em Portugal (%)					
2018	2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
2,9	2,3	-0,8	-13,8	-4,1	-4,8

Variação das Exportações em Portugal (%)					
2018	2019	1T 2020	2T 2020	3T 2020	4T 2020
4,5	3,7	-4,8	-40,0	-15,9	-14,1

Relativamente ao saldo orçamental e após o excedente de 2019, a pandemia provocou uma degradação deste indicador com uma perspetiva de um défice da ordem dos 6% em 2020. A dívida pública seguiu a mesma tendência, atingindo novo máximo histórico em 2020.

## Mercado de Trabalho

A taxa de desemprego do 4.º trimestre de 2020 situou-se em 7,1%, o que corresponde a um

<sup>1</sup> Fonte: [www.INE.pt](http://www.INE.pt) e “Conjuntura Macroeconómica Portuguesa” - Ordem dos Economistas.

<sup>2</sup> [Decreto n.º 2-A/2020](#) (retificado pela [Declaração de Retificação n.º 11-D/2020](#)).

aumento de 0,4 p.p. em relação ao 4º trimestre de 2019.

Apesar da avassaladora redução da atividade económica esta variável não registou variações da mesma dimensão devido ao regime de Layoff simplificado (Medida Extraordinária de Apoio à Manutenção dos Contratos de Trabalho), destinado a entidades empregadoras que foram sujeitas ao dever de encerramento de instalações por determinação legislativa, no âmbito da pandemia COVID-19.

Por outro lado, uma parte significativa do total da população empregada exerceu a sua profissão em teletrabalho (13,4% no 3º trimestre de 2020 e 12,3% no 4º trimestre).

Estes factos tiveram um forte impacto tanto na redução da procura de transporte público como na variação do índice de preços no consumidor.

### **Inflação**

A partir de abril de 2020 a variação do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se sempre em valores negativos, com exceção do mês de junho. Para o conjunto do ano, o IHPC registou uma variação média anual de -0,01% (tendo registado uma média de 0,34% em 2019).

A conjuntura nacional e internacional relatada neste capítulo levou os indicadores de gestão da CP a apresentar valores muito inferiores aos de anos anteriores.

A procura da CP ressentiu-se particularmente devido à inatividade de grande parte da população, em situação de Layoff e em teletrabalho, motivando uma redução muito elevada nos padrões de mobilidade.

Relatório e Contas 2020

**2020 – UM ANO  
DIFERENTE**

**05**



## **2020 – UM ANO DIFERENTE**

Os acontecimentos históricos, não só na Ferrovia,  
mas para toda a Sociedade

# Introdução

A atividade de 2020 fica marcada pelo efeito da pandemia COVID-19.

Após dois meses com um crescimento da procura em linha com o que vinha a ocorrer nos anos anteriores, induzida não só pelo crescimento da economia portuguesa como pelo do Turismo, a partir do mês de março, o cenário alterou-se drasticamente, com fortes restrições à atividade económica e à mobilidade.

No terceiro trimestre observou-se alguma recuperação dos indicadores, com uma retração do PIB menos gravosa que no período anterior e com alguma retoma da mobilidade, mas no último trimestre observou-se novo agravamento com o regresso das restrições à mobilidade devido ao aumento dos casos de infeção e de internamentos hospitalares.

Durante este período a CP nunca descuroou as suas responsabilidades, protegendo e informando os seus clientes e trabalhadores, assegurando a sua função de prestar mobilidade ininterruptamente a todos os que não puderam parar de se transportar, apesar do confinamento generalizado.

Das ações realizadas no âmbito do combate e mitigação dos riscos da pandemia destacam-se:

## **Informação a Clientes e Trabalhadores**

Ações de divulgação, tanto no *site* da Empresa como nas bilheteiras, no material circulante e noutros locais de trabalho.

## **Proteção de Clientes e Trabalhadores**

Diversos procedimentos para a identificação, tratamento e encaminhamento de casos suspeitos, incluindo a criação de Linha de Apoio Médico na Ecosaúde (Empresa Participada da CP vocacionada para a saúde e segurança no trabalho) e a distribuição de equipamentos de proteção aos trabalhadores.

## **Redução dos Contactos dos Clientes**

Abertura dos canais de controlo de acesso às plataformas de toda a rede da zona Urbana de Lisboa.

## **Alterações da Oferta Decorrentes da Pandemia**

Foram realizados mais de 25 planos de exploração desde março, com supressões ou retoma de horários, conforme existiam restrições à mobilidade ou abrandamentos do confinamento.

## **Certificação COVID CLEAN**

Em agosto, no seguimento de todas estas medidas, a CP obteve a importante certificação COVID CLEAN, um selo de garantia do cumprimento das Boas Práticas e das Recomendações da Direção-Geral da Saúde na Gestão de Riscos Biológicos.

## Eventos

### Fusão por incorporação da EMEF na CP

No dia 1 de janeiro de 2020 a CP passou a incorporar a EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., ação que vai permitir reforçar a capacidade operacional e funcional da principal operadora nacional de transporte ferroviário de passageiros.

Na sequência desta fusão, a estrutura da empresa foi reorganizada, para integrar a gestão das atividades de transporte e manutenção do material circulante, tirando partido das sinergias geradas pela melhor afetação de recursos e competências.

### Reabertura da Oficina de Guifões

A reabertura da Oficina de Guifões permitiu o aumento da capacidade industrial da empresa. Terá como principais funções, a recuperação de veículos até agora imobilizados, as futuras reparações gerais do material afeto ao serviço urbano do Porto, bem como a modernização da atual frota de automotoras *Diesel*.

Conforme previsto na RCM n.º 110/2019, constitui uma das etapas para a criação de um centro de formação profissional, a par de uma incubadora de empresas orientadas para a ferrovia.

### Reabertura das Oficinas da Figueira da Foz

Em novembro foi reaberta a Oficina da Figueira da Foz, que se encontrava encerrada desde 2011. Esta oficina reforçará a capacidade para manutenção de material circulante, centrando neste momento a sua atividade na manutenção e reparação das unidades da série UTD 592 que operam na Linha do Oeste, assim como na pintura de material circulante e na remoção de graffitis.



Figura 1 –  
Cerimónia de Reabertura  
da Oficina de Guifões.



### **Reposição ao Serviço de Material Circulante Imobilizado**

Assistiu-se durante o ano a uma gradual renovação da função manutenção e ao restauro de vários veículos da frota da CP que estavam desativados, o que permitiu reforçar o parque ativo e minimizar o número de supressões.

As ações desenvolvidas neste âmbito encontram-se desenvolvidas em ponto autónomo do presente relatório.

### **Visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Obrigações de Serviço Público**

O Contrato de Obrigações de Serviço Público entre a CP e o Estado foi assinado em novembro de 2019. Em final de junho de 2020 o Tribunal de Contas concedeu o visto prévio ao mesmo, o que permitiu que se iniciassem as transferências das compensações financeiras pelo serviço público de transporte prestado pela empresa, com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

### **Assinatura do contrato para Aquisição de 22 Automotoras**

Foi assinado em outubro o contrato para aquisição de 12 Automotoras Bi-Modo (as quais podem circular tanto em linhas eletrificadas como não eletrificadas) e de 10 Automotoras Elétricas para o serviço regional.

O concurso lançado e adjudicado em 2019 havia sido objeto de impugnação judicial por um dos concorrentes. A assinatura ocorreu após decisão do Tribunal levantando o efeito suspensivo dessa impugnação.

O contrato, além da aquisição das automotoras, inclui o serviço de manutenção durante um prazo mínimo de 4 anos, bem como a prestação de serviços de formação. As primeiras unidades deverão entrar ao serviço em 2025.

O contrato aguarda visto prévio do Tribunal de Contas.



Figura 2 –  
Soldadura numa oficina –  
uma atividade de  
regresso à CP.



### **Aquisição de 50 Carruagens à RENFE**

A CP adquiriu, no terceiro trimestre de 2020, 50 carruagens à RENFE. Foram de imediato iniciados os trabalhos de reabilitação, assim como a adaptação à imagem CP. As primeiras unidades deverão entrar ao serviço no primeiro semestre de 2021.

A reabilitação deste tipo de material circulante permitirá aumentar a oferta comercial da CP e devolver parte das automotoras *diesel* alugadas à RENFE.

### **Desgrafitagem de material**

Mediante o reforço e reorganização da equipa afeta à atividade de desgrafitagem do material, a melhoria da utilização dos pórticos de lavagem e a redução do tempo médio de intervenção, foi reduzida drasticamente a percentagem de material a circular grafitado.

### **Novo sistema de informação aos passageiros**

Foi apresentado o protótipo de sistema de informação aos passageiros, apelidado de "NextStop". Este protótipo, desenvolvido internamente, surgiu da necessidade de instalação de um sistema de informação aos passageiros nas carruagens Arco, recentemente adquiridas à RENFE, mas poderá ser adaptado a todas as automotoras e carruagens ao serviço da CP.

### **Melhorias no acesso aos comboios para os Clientes com Necessidades Especiais**

Foi desenvolvido um protótipo de nova rampa de acesso para Clientes com Necessidades Especiais para as UME 3400 do serviço Urbano do Porto. Destinam-se a facilitar o embarque e desembarque destes Clientes na quase totalidade das estações servidas por aquele material, com previsão de instalação na totalidade do parque de 34 automotoras até ao final do primeiro semestre de 2022.



Figura 3 – Duas carruagens compradas à RENFE - pintura original e cores da CP.



### Loja CP na Estação de Belém e nova Bilheteira em Esmoriz

Na Estação de Belém, na Linha de Cascais, foi criada uma bilheteira com novo conceito de loja, marcada por uma imagem uniforme e contemporânea, transmitindo a identidade gráfica da Marca e integrando vários serviços da Empresa num só espaço.

Privilegia a facilidade de acesso à informação, nomeadamente através de dispositivos multimédia interativos para consulta e compra de produtos CP, gestão de filas de espera, espaços de apoio ao cliente e venda de *merchandising*.

A Estação de Esmoriz, na Linha do Norte, beneficiou igualmente de um novo e moderno posto de venda da CP, depois de uma intervenção profunda.

### Mais Serviços na Bilheteira Online e na App CP

Desde o início de março, passou a ser possível comprar na Bilheteira Online e na App CP viagens para os comboios Regionais, Interregionais e Urbanos de Coimbra. Esta opção já se encontrava disponível para a compra de bilhetes para os serviços *premium* da CP.

Os bilhetes comprados através destes canais ficam disponíveis na conta do utilizador e podem ser enviados por email ou SMS. A bordo, podem ser apresentados em formato digital, no ecrã de equipamentos como telemóveis, computadores ou *tablets*, sem necessidade de comprovativo em papel.

### Bilhetes da CP na Apple Wallet

Foi disponibilizada a opção de adicionar os bilhetes de comboio à *Wallet* da Apple a partir da aplicação da CP, facilitando e tornando mais rápida a sua utilização. Tratou-se de mais um avanço no sentido da digitalização da interação com os Clientes.

### Atualização Tarifária

Foi implementada, a 1 de janeiro de 2020 uma atualização tarifária de 1,4% nos serviços Alfa Pendular e de 0,38% nos restantes serviços, com exceção dos títulos ocasionais (bilhetes) dos serviços Urbanos de Lisboa, que se mantiveram inalterados.



Figura 4 – Material histórico reabilitado.



### Campanha "Rumo à próxima estação"

Visou incutir nos clientes confiança e segurança na sua opção de viajar por comboio e agradecer o esforço daqueles que estiveram e estão na "linha da frente", continuando a ter que sair de casa por serem indispensáveis ao País, incluindo os trabalhadores da CP.

Presente, ao longo de duas semanas, nos meios TV e Digital, nomeadamente nos canais nacionais de sinal aberto (RTP1, SIC e TVI), em canais cabo de informação (CMTV) e de entretenimento (Globo, FOX) e nas redes digitais de maior tráfego (Facebook, Instagram, Youtube e rede Sapo).

### Formato de comunicação vídeo

Foram publicados em vídeo instruções para facilitar a utilização dos canais de venda não assistida, máquinas de venda automática, App CP e Bilheteira Online. A divulgação dos vídeos é feita em CP.pt e no Youtube CP, podendo ainda servir de apoio à Linha de Atendimento na resposta a questões e reclamações de clientes.

### Novos diagramas de rede

Foram divulgados novos diagramas de rede no interior dos comboios, nos horários, preçários e noutras peças de comunicação, com o objetivo de melhorar a clareza da informação, garantindo a coerência visual, nomeadamente, através da distinção cromática entre linhas e de uma legenda mais clara.

### Novos Acordos de Empresa

Culminando um processo negocial iniciado em 2018, foi formalizada a assinatura de três Acordos de Empresa (AE), que refletem a revisão de anteriores AE vigentes na CP e na EMEF. Estes novos Acordos contiveram cláusulas de expressão pecuniária com aplicação retroativa a 2019.

### Beneficiação do Património

Apesar da época atípica, prosseguiram as benfeitorias no património. Para além das intervenções nos espaços oficiais, destacam-se as intervenções realizadas nas salas de tripulação nas Estações de Marco de Canaveses e do Barreiro e a intervenção técnica no âmbito do sistema de fornecimento sanitário de água quente no Dormitório Operacional de Viana do Castelo.



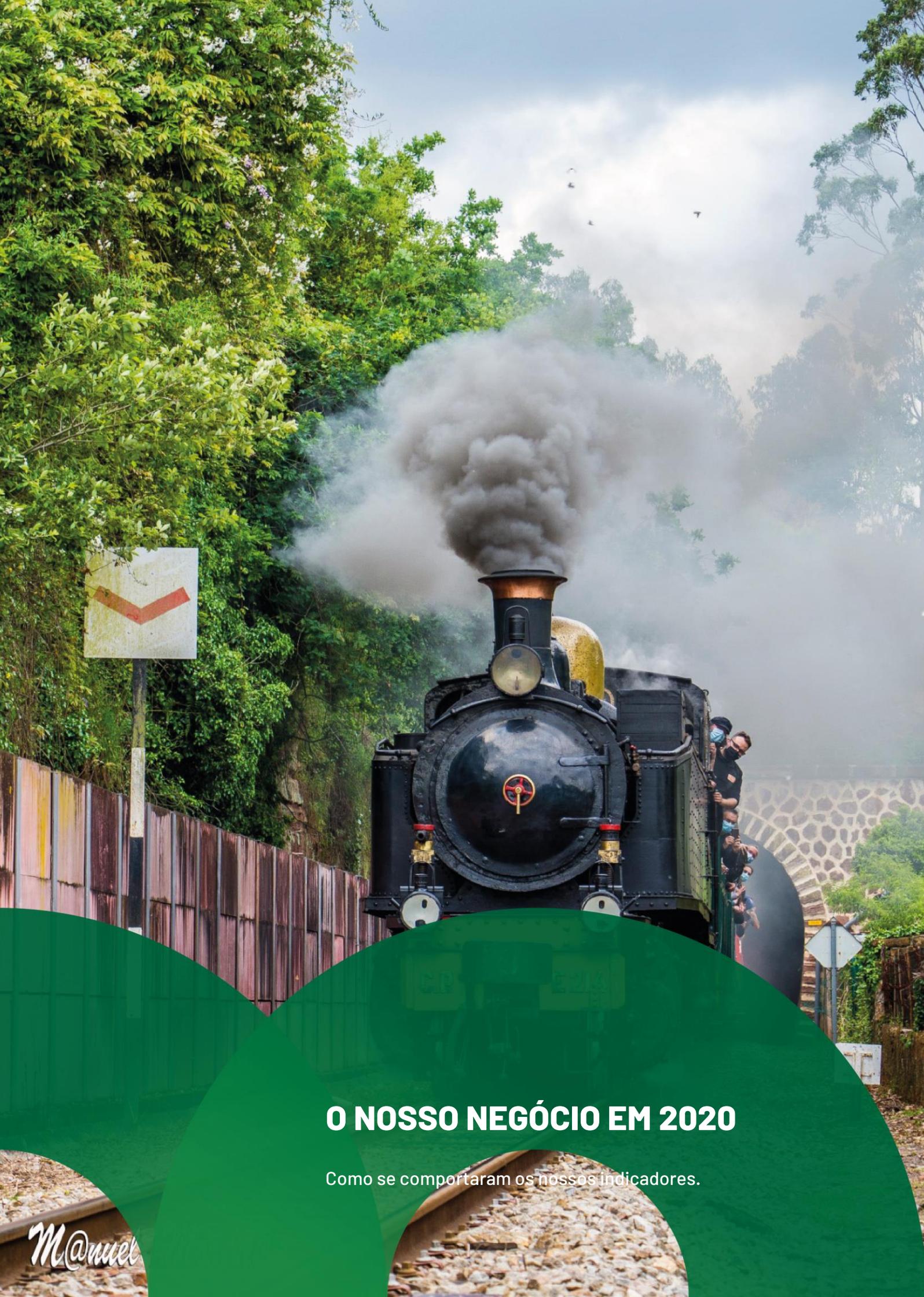
Figura 5 – Novos diagramas de linhas, peças essenciais de informação ao cliente no interior dos comboios.



Relatório e Contas 2020

**O NOSSO NEGÓCIO  
EM 2020**

**06**



## O NOSSO NEGÓCIO EM 2020

Como se comportaram os nossos indicadores.

*M@nuel*

# Evolução dos Indicadores Comerciais

## Os Nossos Clientes – Procura

Após quatro anos particularmente positivos para a CP, com um crescimento recorrente da procura, as restrições à mobilidade descritas anteriormente trouxeram uma retração na procura sem precedentes.

O ano terminou com cerca de 87 milhões de passageiros transportados, depois de, em 2019, se ter aproximado dos 145 milhões, o que representou uma quebra de 40% relativamente ao ano anterior.

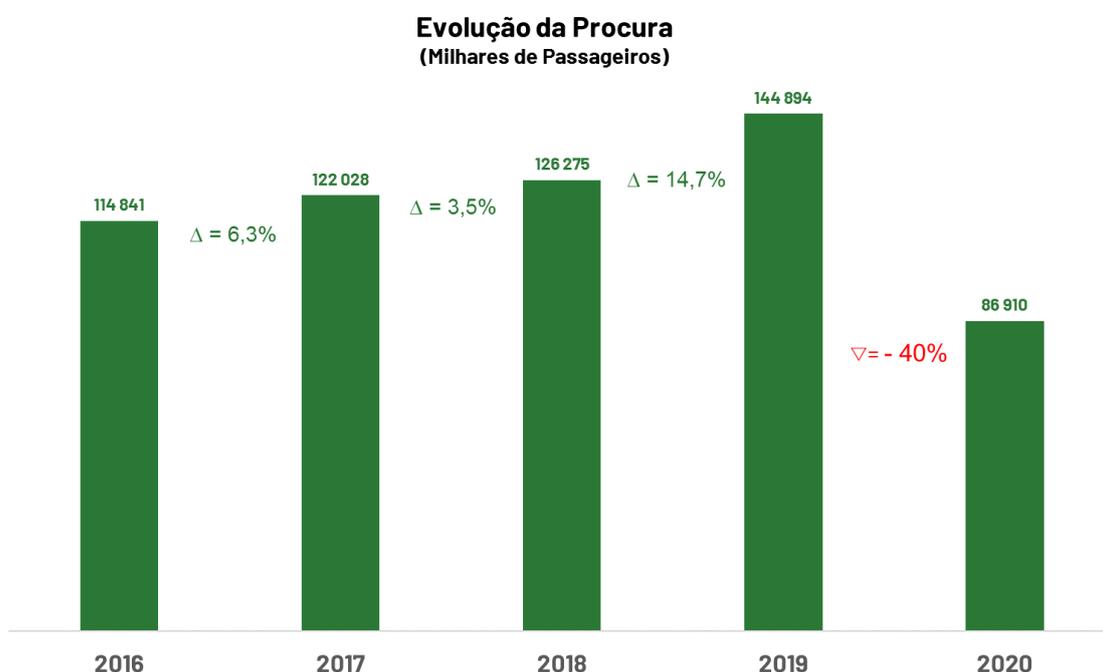


Gráfico 1 – Evolução da Procura 2016-2020.

O tráfego mais afetado foi o Internacional, cuja oferta desde cedo foi suprimida, pelo que a redução se situou perto dos 86%.

A nível nacional, o serviço de Longo Curso e os Urbanos do Porto apresentaram reduções, respetivamente, de cerca de 60% e 51%.

<b>Passageiros</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Δ 20-19</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	65 940	103 292	-37 351	-36,2%
Serv. Urbano Porto	11 647	23 674	-12 027	-50,8%
Serv. Urbano Coimbra	559	890	-331	-37,2%
Serv. Longo Curso	2 604	6 468	-3 863	-59,7%
Serv. Regional	6 126	10 341	-4 215	-40,8%
Serv. Internacional	33	230	-197	-85,6%
<b>TOTAL</b>	<b>86 910</b>	<b>144 894</b>	<b>-57 984</b>	<b>-40,0%</b>

<b>Passageiros-Km</b> (*10 <sup>3</sup> )	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Δ 20-19</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	1 005 525	1 592 342	-586 817	-36,9%
Serv. Urbano Porto	303 762	644 347	-340 585	-52,9%
Serv. Urbano Coimbra	15 339	24 974	-9 635	-38,6%
Serv. Longo Curso	612 689	1 608 312	-995 623	-61,9%
Serv. Regional	248 271	448 744	-200 473	-44,7%
Serv. Internacional	15 230	117 360	-102 129	-87,0%
<b>TOTAL</b>	<b>2 200 817</b>	<b>4 436 079</b>	<b>-2 235 262</b>	<b>-50,4%</b>

## Proveitos

A evolução dos proveitos de tráfego acompanhou a tendência da procura, tendo a sua redução sido ainda mais acentuada, na ordem dos 45%.

Os proveitos situaram-se nos 151 milhões de euros, o que constituiu uma redução de 123 milhões de euros face ao ano anterior. De referir que, este valor inclui participações extraordinárias atribuídas no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART).



Gráfico 2 – Evolução dos Proveitos de Tráfego 2016-2020.

Proveitos Tráfego (*10 <sup>3</sup> €)	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	72 628	95 342	-22 714	-23,8%
Serv. Urbano Porto (*)	18 954	30 706	-11 752	-38,3%
Serv. Urbano Coimbra	737	1 197	-460	-38,5%
Serv. Longo Curso	41 448	110 036	-68 588	-62,3%
Serv. Regional	15 461	27 917	-12 456	-44,6%
Serv. Internacional	1 423	8 652	-7 229	-83,5%
<b>TOTAL</b>	<b>150 652</b>	<b>273 850</b>	<b>-123 198</b>	<b>-45,0%</b>

**Nota:** não inclui valores residuais contabilizados em outros Órgãos.

## Quanto Produzimos

Num ano fortemente impactado pelos efeitos da pandemia COVID-19, a CP manteve a generalidade da sua oferta, tendo realizado cerca de 404 mil comboios ao longo do ano.

Comboios	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	195 452	205 892	-10 440	-5,1%
Serv. Urbano Porto	81 024	84 995	-3 971	-4,7%
Serv. Urbano Coimbra	10 699	11 106	-407	-3,7%
Serv. Longo Curso	19 189	24 530	-5 341	-21,8%
Serv. Regional	96 879	104 849	-7 970	-7,6%
Serv. Internacional	884	2 903	-2 019	-69,5%
<b>TOTAL</b>	<b>404 127</b>	<b>434 275</b>	<b>-30 148</b>	<b>-6,9%</b>

A redução de comboios-quilómetro confirma a análise do quadro anterior, com as variações mais significativas a ocorrerem no Longo Curso e no Internacional.

Comboios Quilómetro (*10 <sup>3</sup> )	2020	2019	Δ 20-19	Δ %
Serv. Urbano Lisboa	6 248	6 540	-292	-4,5%
Serv. Urbano Porto	4 501	4 594	-94	-2,0%
Serv. Urbano Coimbra	456	481	-26	-5,3%
Serv. Longo Curso	5 861	8 017	-2 156	-26,9%
Serv. Regional	8 378	8 618	-239	-2,8%
Serv. Internacional	218	843	-625	-74,1%
<b>TOTAL</b>	<b>25 662</b>	<b>29 094</b>	<b>-3 432</b>	<b>-11,8%</b>

Os lugares-quilómetro oferecidos acompanharam genericamente a evolução dos indicadores anteriores.

<b>Lugares Km Oferecidos (*10<sup>3</sup>)</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Δ 20-19</b>	<b>Δ %</b>
Serv. Urbano Lisboa	5 754 794	5 843 336	-88 543	-1,5%
Serv. Urbano Porto	2 212 898	2 224 196	-11 299	-0,5%
Serv. Urbano Coimbra	123 980	143 558	-19 579	-13,6%
Serv. Longo Curso	1 807 243	2 477 703	-670 460	-27,1%
Serv. Regional	2 010 907	2 106 664	-95 757	-4,5%
Serv. Internacional	53 235	219 922	-166 688	-75,8%
<b>TOTAL</b>	<b>11 963 056</b>	<b>13 015 381</b>	<b>-1 052 325</b>	<b>-8,1%</b>

Dado que a procura sofreu uma retração superior à oferta, a taxa de ocupação registou um decréscimo face ao ano anterior em todos os tráfegos:

<b>Taxa de Ocupação</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Δ 20-19</b>
Serv. Urbano Lisboa	17,5%	27,3%	-0,1 p.p.
Serv. Urbano Porto	13,7%	29,0%	-0,2 p.p.
Serv. Urbano Coimbra	12,4%	17,4%	-0,1 p.p.
Serv. Longo Curso	33,9%	64,9%	-0,3 p.p.
Serv. Regional	12,3%	21,3%	-0,1 p.p.
Serv. Internacional	28,6%	53,4%	-0,2 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>18,4%</b>	<b>34,1%</b>	<b>-0,2 p.p.</b>

Devido à Pandemia foram implementados mais de 25 Planos de Exploração, sendo os mais significativos os seguintes:

#### **Alterações da Oferta decorrentes da Pandemia**

- A partir de 18 de março foi ajustada a oferta, aplicando um plano de contingência com a redução de 25% do número de comboios realizados, passando de cerca de 1 400 ligações para 1 050 ligações em dia útil.
- Foram suspensos os programas turísticos da Empresa.
- Durante a cerca sanitária decretada no Município de Ovar, que teve a duração de cerca de um mês, todos os comboios da CP deixaram de efetuar paragens naquele Município.
- Os comboios Internacionais – SudExpresso, Lusitânia Comboio Hotel e Celta – cessaram a sua circulação a 17 de março.
- Alteração de oferta na Páscoa e no fim-de-semana prolongado no início de maio - entre os dias 9 e 13 de abril e entre os dias 1 e 3 de maio. Foi suspensa a circulação dos comboios de Longo Curso, Alfa Pendular e Intercidades, em todos os eixos e foram introduzidas

alterações à oferta de comboios urbanos e regionais.

- Na Noite de São João foi reduzida a oferta noturna dos serviços Urbanos do Porto, de forma a desincentivar a aglomeração de pessoas.

### **Retoma Gradual da Oferta**

- A partir de 4 de maio a oferta de comboios urbanos e regionais foi retomada a 100%, cumprindo a oferta regular que estava em vigor antes do início da situação de pandemia. Nos comboios de Longo Curso, Alfa Pendular e Intercidades, considerando o dever de confinamento e de recurso ao teletrabalho, manteve-se a oferta em vigor desde 25 de março, com o controlo da lotação a apenas dois terços da sua capacidade total, por meio dos sistemas de venda.
- A partir de 31 de maio, foi reposto integralmente o serviço Intercidades nos eixos Lisboa-Faro, Lisboa-Évora, Casa Branca-Beja, Lisboa-Viana do Castelo, Lisboa-Guimarães e quase integralmente nos eixos Lisboa-Porto e Lisboa-Braga. Nos eixos Lisboa-Guarda e Lisboa-Covilhã realizaram-se duas circulações de comboios Intercidades por sentido. Em complemento à oferta Intercidades, nos eixos Lisboa-Braga, Lisboa-Porto e Porto-Faro-Porto, circularam comboios Alfa Pendular.
- A partir de 19 de junho foi reposta a oferta de Intercidades na Beira Alta e Beira Baixa, cumprindo a oferta regular que estava em vigor no período pré-pandemia, com três Intercidades, por sentido.
- No início de julho, com a abertura da fronteira com Espanha, foi retomada a circulação do comboio regional da Linha do Leste até Badajoz.
- Iguamente em julho, o Comboio Miradouro iniciou uma nova campanha, ligando o Porto ao Pocinho. Formado por carruagens Schindler recuperadas, o comboio Miradouro oferece um grande espaço interior, com janelas amplas e panorâmicas, proporcionando aos clientes uma forma de melhor contemplar, ao longo do trajeto, as paisagens do Douro vinhateiro.
- O Comboio Histórico do Douro iniciou a sua campanha no dia 1 de agosto, circulando aos sábados. A sua circulação foi prolongada até outubro, devido ao enorme sucesso junto do mercado.
- O serviço internacional Celta, entre Porto e Vigo, suspenso desde março, foi retomado em meados de agosto.
- O serviço Alfa Pendular com destino ao Algarve foi reforçado aos sábados, entre setembro e outubro. Circularam assim dois comboios adicionais, um em cada sentido, entre Porto e Faro.
- A partir de 13 de dezembro foi reforçada a oferta na Linha de Sintra para permitir maior distanciamento entre os Clientes (criação de um comboio adicional com partida de Sintra, às 6h16, e destino à Gare do Oriente).
- Na mesma data foi alterado o horário de dois comboios da Linha do Algarve com o objetivo de os ajustar às necessidades dos clientes que viajam por motivo casa-trabalho / escola no troço Faro - Vila Real de Santo António.
- Por fim, foram ainda melhorados os tempos de trajeto de dois comboios da Linha do Oeste, por meio de redução de paragens, um no sentido Sul, no período de ponta da manhã e outro no sentido oposto na ponta da tarde.

# Atividade de Manutenção

## Introdução

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, a atividade de manutenção de material circulante ferroviário foi internalizada.

Esta atividade destina-se principalmente a garantir a fiabilidade e a disponibilidade do material circulante ao serviço da CP, enquanto operador de transporte, mas também a garantir o cumprimento dos contratos estabelecidos com clientes, no domínio quer da reparação das suas frotas, quer da reparação de componentes.

Para o efeito a CP dispõe de diversos estabelecimentos oficinais, situados em pontos chave do país, designadamente, Contumil, Guifões, Sernada do Vouga, Entroncamento, Figueira da Foz, Santa Apolónia, Campolide, Oeiras, Barreiro e Vila Real de Santo António.

A atividade desenvolvida abrange três segmentos principais:

- a reparação e modernização de veículos ferroviários e dos seus componentes e equipamentos, segmento com características predominantes de produção industrial;
- a manutenção corrente do material circulante, com características de resposta orientada para suporte direto à operação ferroviária da CP e dos clientes externos;
- a reabilitação de material circulante.

Complementarmente, a Empresa assegura ainda:

- o serviço de prevenção permanente para intervenções de emergência, envolvendo o material circulante e as operações de socorro em linha;
- a realização de ensaios de calibração em equipamentos de monitorização e medição, quer para utilização interna quer para clientes externos;
- a realização de análises de óleos, lubrificantes e isolantes, para caracterização do seu estado e o dos equipamentos que lubrifica.

## Atividade Interna

A CP assegura internamente a manutenção corrente de todas as suas séries de material, com exceção das locomotivas 5600. A manutenção destas locomotivas é efetuada pelo SIMEF, empresa participada da CP.

Durante o ano de 2020 continuaram a ser realizadas as intervenções de grande reparação programada (do tipo R) em várias séries de material, com o objetivo de repor o nível de operacionalidade e segurança das mesmas. Foi concluído o projeto de intervenções de meia-vida nos CPA.

Com o objetivo de reforçar o parque ativo e na sequência do reforço da capacidade oficial, procedeu-se à reposição ao serviço de diverso material que se encontrava imobilizado,

nomeadamente:

- 3 automotoras da série UQE 2300/2400, com instalação de novos conversores de tração com IGBT, para reforço do serviço suburbano de Lisboa;
- 6 carruagens Schindler para o serviço regional da linha do Douro e serviços turísticos;
- 4 carruagens Inox Sorefame para o serviço regional na linha do Douro e Minho e serviços turísticos;
- 2 locomotivas elétricas das séries LE 2600 / 2620 para o serviço regional na Linha de Minho e para criação de redundância às LE 5600;
- 2 locomotivas Diesel elétricas LD 1400 para reforço do serviço na linha do Douro e serviços turísticos;
- 1 carruagem de via estreita (1629007) para serviço nos comboios históricos;
- 1 locomotiva Diesel elétrica LD 1550, incluindo a instalação de sistemas Convel e RSC, para afetação ao comboio socorro do Entroncamento;
- Reabilitação do locotrator 1156 para manobras dentro do Parque oficial de Guifões.

Após a aquisição, no terceiro trimestre, de 50 carruagens à RENFE, procedeu-se à remoção do amianto e deu-se início à sua reabilitação.

Foi recuperado o CPA 4007, na sequência do acidente ocorrido em finais do mês de abril de 2020.

Foram efetuadas diversas intervenções de melhoria do material circulante ao serviço, tanto em termos de conforto (ex. substituição do tecido de bancos e de iluminação interior), como de cariz técnico, para aumento da fiabilidade de diversos equipamentos.

Foram desenvolvidas diversas soluções para substituição de equipamentos e materiais obsoletos.

Foi apresentado o protótipo de sistema de informação aos passageiros, desenvolvido internamente, que irá ser instalado nas carruagens adquiridas à RENFE, mas que poderá ser estendido a todas as séries de material.

## Prestação de Serviços de Manutenção a Terceiros

Com a fusão por incorporação da EMEF na CP, transitaram daquela empresa os contratos estabelecidos com entidades externas para a reparação e manutenção do seu material ferroviário.

Esta nova prestação de serviços para a CP, constituiu em 2020, um Volume de Negócios de 15,5 milhões de euros, distribuído da seguinte forma por principais clientes:

<b>Ciente</b> <b>(Valores acumulados em euros)</b>	<b>2020</b>	<b>Importância do</b> <b>Ciente</b>
VIAPORTO, Operação e Manutenção	8 466 651	54,7%
METRO DO PORTO, S.A.	2 375 933	15,4%
SIMEF, ACE	1 514 757	9,8%
RENFE Fabricación Y Mantenimientos	1 453 002	9,4%
MEDWAY - Maintenance & Repair, S.A.	1 126 916	7,3%
Infraestruturas de Portugal, S.A.	281 770	1,8%
ADP Fertilizantes S.A.	122 760	0,8%
FERTAGUS	81 725	0,5%
GMF - Railway Maintenance Services	27 103	0,2%
Câmara Municipal de Valongo	11 018	0,1%
INCA RAIL S.A.	5 480	0,0%
Kontron Transportation Portugal, Unipessoal Lda	2 525	0,0%
SOMAFEL	2 436	0,0%
Sociedade dos Transportes Colectivos do Porto, S.A.	958	0,0%
LUSONAVE - Bobinagem e Electrom.	523	0,0%
MOTA-ENGL Railwary Engineering S.A.	509	0,0%
STECONFER Soc. Técnica de Construções Férreas S.A.	22	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>15 474 088</b>	

Dos serviços prestados a terceiros destacam-se:

- Metro do Porto - manutenção da frota EUROTRAM E TRAMTRAIN e foi concluída a revisão geral dos 960.000Kms dos veículos da frota EUROTRAM;
- RENFE - manutenção das automotoras *diesel* da série 592, alugadas à CP, e realização de uma intervenção tipo R2 neste material;
- Infraestruturas de Portugal - manutenção do material de via;
- ADP - manutenção de Locotrator Sentinel e vagões;

Para o SIMEF, MEDWAY e FERTAGUS foram executadas reparações de rotáveis.

# As Nossas Pessoas

## Efetivo

No início de 2020, na sequência da fusão por incorporação da EMEF na CP, transitaram para o quadro da CP os trabalhadores da sua antiga Participada. O efetivo total a cargo no final do ano de 2019 nas duas empresas era assim de 3.655 trabalhadores. No final de 2020 o efetivo total a cargo situou-se nos 3.736 trabalhadores.

### Evolução do Efetivo a Cargo

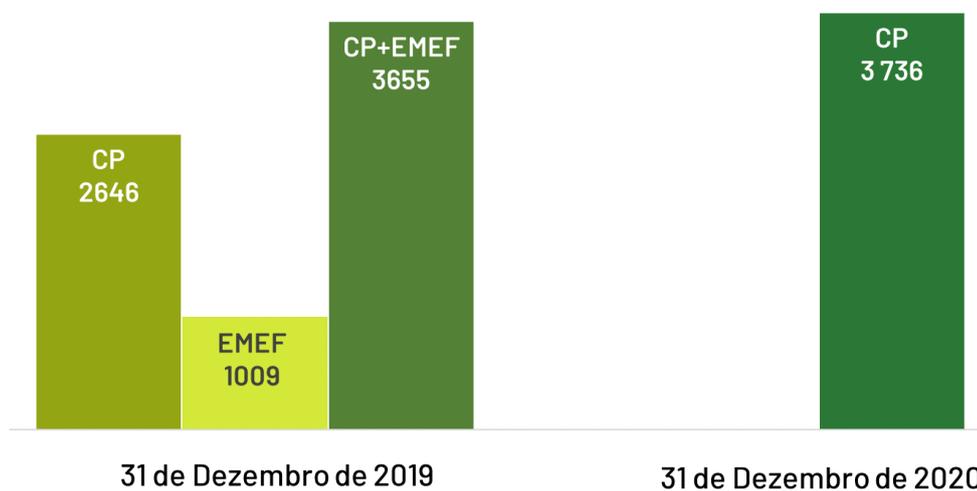


Gráfico 3 - Evolução do Efetivo a Cargo.

<b>Efetivo a 31 de Dezembro</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>Δ 20-19</b>
Vinculado	3 744	2 669	1 075
A Cargo	3 736	2 646	1 090
Ao Serviço	3 727	2 645	1 082

**Legenda:**

**Efetivo Vinculado** - efetivo que tem vínculo com a empresa, embora possa não estar a prestar serviço ou não ser pago (inclui licenças sem vencimento, efetivo cedido ou requisitado que não é pago pela empresa).

**Efetivo a Cargo** - efetivo ao qual a empresa paga (inclui efetivo ao serviço + efetivo cedido ou requisitado pago pela empresa).

**Efetivo ao Serviço** - efetivo que presta serviço na empresa.

O quadro seguinte sintetiza as movimentações ocorridas durante o ano de 2020 no efetivo vinculado.

<b>Variações do Efetivo 2020</b>			
<b>Admissões por Motivo</b>		<b>Saídas por Motivo</b>	
RCM 110/2019, nº 10	67	Reforma	68
RCM 110/2019, nº 13	11	Falecimento	5
RCM 110/2019, nº 14	56	Revogação/Caducidade	7
RCM 110/2019, nº 12	2	Denúncia (do trabalhador)	9
Reabll. Gulfões Despacho nº 80/2020	14	Início Cedência/Requisição	2
Reabll. Gulfões Despacho nº 82/2020	21	Término de Cedência	1
regresso de impedimento prolongado	2		
<b>TOTAL</b>	<b>173</b>	<b>TOTAL</b>	<b>92</b>
		<b>Saldo</b>	<b>81</b>

## Absentismo

A taxa de absentismo registou um aumento de 1,2 p.p. relativamente ao ano anterior, atingindo o valor de 8,4%. Os principais motivos foram as ausências por doença e por assistência à família no âmbito da pandemia.

Comparativamente ao ano anterior a Empresa regista agora a atividade de manutenção, com o correspondente acréscimo de pessoal, pelo que é natural que não exista comparabilidade nas taxas de gestão de pessoal.

Taxas (%)	2020	2019	Δ 2020-2019
Absentismo (sem greves)	8,4%	7,2%	1,2 p.p.

O absentismo concentrou-se principalmente nas Operações e Comercial e na Manutenção e Engenharia.

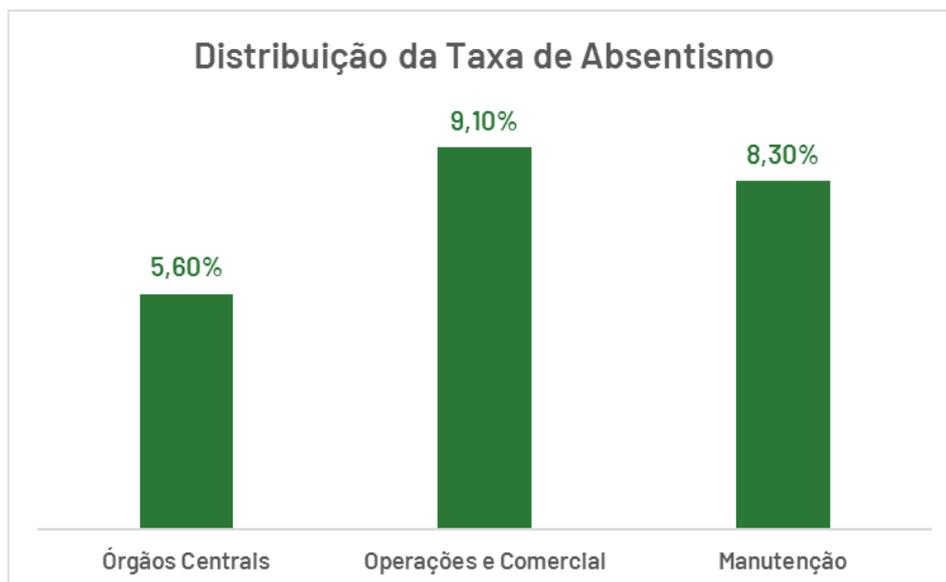


Gráfico 4 - Taxa de Absentismo em 2020.

## Trabalho Suplementar

A taxa de trabalho suplementar apresentou uma diminuição de 5,5 p.p. relativamente ao ano anterior, registando um valor de 8,6%.

Comparativamente ao ano anterior a Empresa regista agora a atividade de manutenção, com o correspondente acréscimo de pessoal, pelo que é natural que não exista comparabilidade nas taxas de gestão de pessoal.

Taxas (%)	2020	2019	Δ 2020-2019
Trabalho Suplementar	8,6%	14,1%	-5,5 p.p.

A taxa foi mais expressiva nas Operações e Comercial:

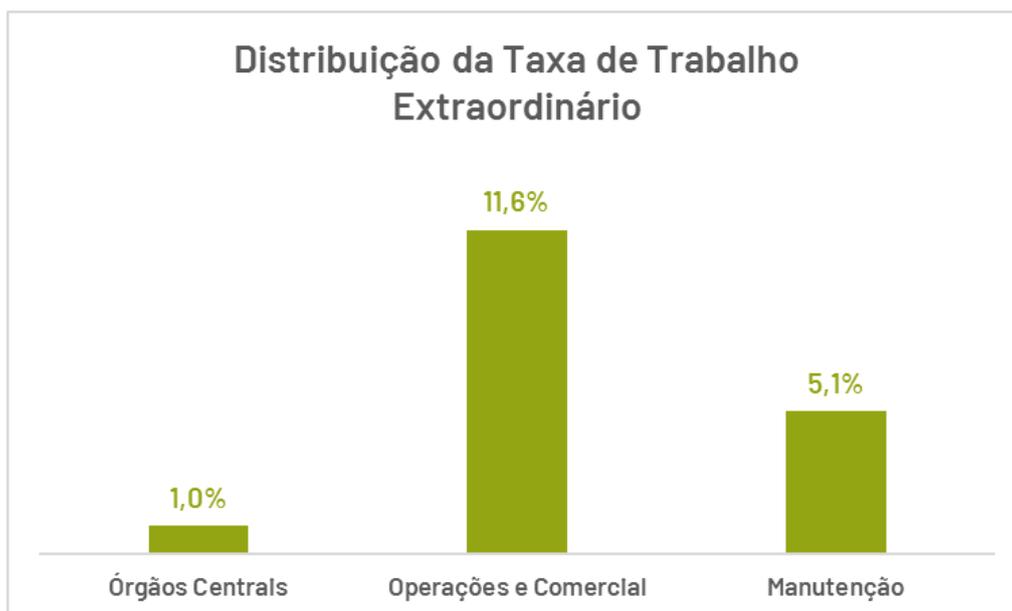


Gráfico 5 - Trabalho Extraordinário em 2020.

## Formação

A formação tem um papel muito importante numa empresa ferroviária, dada a especificidade da sua atividade.

Em 2020 foram ministradas mais de 75 mil horas de formação, a cerca de 4 000 formandos, tendo a sua maioria sido ministrada através da Fernave, empresa do Grupo CP.

A segurança foi o tema onde se registaram mais horas de formação e formandos abrangidos.

<b>Formação Por Categorias Profissionais 2020</b>	<b>Nº Formandos</b>	<b>Nº Horas</b>
Órgãos Sociais	4	274,0
Administrativa	40	168,5
Comercial	618	13 213,0
Condução	1 204	27 263,0
Material	24	284,0
Outras	56	389,0
Produção	1 111	18 886,5
Quadros Técnicos	879	9 838,5
Transporte	84	4 726,0
<b>TOTAL</b>	<b>4 020</b>	<b>75 042,5</b>

## Frota

No final de 2020 a CP dispunha de 395 unidades de material circulante afetas ao parque ativo em serviço comercial com a seguinte tipologia:

Típolgia do Material	2020	2019	Δ 20-19
Automotoras Elétricas	191	189	2
Automotoras Diesel	51	52	-1
Locomotivas Elétricas	26	24	2
Locomotivas Diesel	9	7	2
Carruagens	118	108	10
<b>TOTAL</b>	<b>395</b>	<b>380</b>	<b>15</b>

Nota: Foi alterado o conceito de "Parque Ativo" face ao último Relatório e Contas.

Na sequência da implementação da estratégia de reposição ao serviço de material imobilizado, para aumento dos índices de regularidade, durante o ano de 2020 entraram em serviço 17 unidades.

Foi, por sua vez, imobilizada uma automotora elétrica da série CPA 4000 afeta ao serviço Alfa Pendular que sofreu um gravíssimo acidente na Linha do Norte no final do mês de julho de 2020.

No parque acima indicado incluem-se 23 automotoras *diesel* alugadas à RENFE, afetas ao serviço Regional e ao "Celta" (ligação internacional Porto-Vigo). Durante 2020 foi devolvida uma automotora à RENFE.

O parque de material tem a seguinte afetação aos serviços:

Onde Prestam Serviço	2020	2019	Δ 19-18
Serv. Urb. Lisboa	94	91	3
Serv. Urb. Porto	34	34	0
Serviço Reg./LC	262	250	12
Aluguer Medway	5	5	0
<b>Total</b>	<b>395</b>	<b>380</b>	<b>15</b>

A CP dispõe ainda de 16 unidades afetas aos Comboios Históricos, 10 unidades ao Comboio Socorro e 7 Locotratores, que prestam serviço interno de apoio às oficinas.

No terceiro trimestre de 2020 foram adquiridas à RENFE 50 carruagens, ainda em reabilitação.

## Qualidade do Serviço

O Índice Global de Pontualidade de 2020 situou-se nos 85%, 2,8 p.p. superior ao do ano anterior. Registou-se uma melhoria na maioria dos serviços.

Pontualidade Diária	2020	2019	Δ 2020-2019
<b>Serv. Urbano Lisboa (1)</b>			
Sintra / Azambuja	89,3%	86,0%	3,3 p.p.
Cascais	94,2%	86,4%	7,8 p.p.
Sado	85,2%	79,8%	5,4 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto (1)</b>			
Aveiro	88,9%	82,5%	6,4 p.p.
Braga	88,4%	89,7%	-1,3 p.p.
Caíde	80,8%	84,6%	-3,8 p.p.
Guimarães	81,2%	81,7%	-0,5 p.p.
<b>Serv. Urbano Coimbra (1)</b>			
Coimbra-Fig.Foz	92,4%	90,5%	1,9 p.p.
<b>Serv. Longo Curso (2)</b>			
Alfas	76,7%	65,2%	11,5 p.p.
Intercidades	74,6%	60,9%	13,7 p.p.
Internacional	34,8%	48,3%	-13,5 p.p.
<b>Serv. Regional (2)</b>			
Serv. Regional	85,5%	80,0%	5,5 p.p.
<b>Global CP</b>	<b>85,0%</b>	<b>82,2%</b>	<b>2,8 p.p.</b>

**Notas: (1)** Atrasos superiores a 3 minutos

**(2)** Atrasos superiores a 5 minutos

O Índice Global de Regularidade de 2020 manteve-se acima dos 99% para a generalidade dos serviços.

Regularidade	2020	2019	Δ 2020-2019
<b>Serv. Urbano Lisboa</b>			
Sintra / Azambuja	99,3%	99,0%	0,3 p.p.
Cascais	99,3%	99,5%	-0,2 p.p.
Sado	99,3%	99,7%	-0,4 p.p.
<b>Serv. Urbano Porto</b>			
Aveiro	99,3%	99,6%	-0,3 p.p.
Braga	99,6%	99,9%	-0,3 p.p.
Caíde	99,5%	99,9%	-0,4 p.p.
Guimarães	99,5%	99,9%	-0,4 p.p.
<b>Serv. Urbano Coimbra (1)</b>			
Coimbra-Fig.Foz	98,5%	98,6%	-0,2 p.p.
<b>Serv. Longo Curso</b>			
Alfas	99,3%	99,8%	-0,5 p.p.
Intercidades	99,2%	99,7%	-0,6 p.p.
Internacional	98,0%	99,8%	-1,8 p.p.
<b>Serv. Regional</b>			
Serv. Regional	99,1%	99,4%	-0,3 p.p.
<b>Total CP</b>	<b>99,2%</b>	<b>99,5%</b>	<b>-0,3 p.p.</b>

As principais causas de perturbações na circulação foram as seguintes:

## Causas IP

- Limitações de velocidade na Rede Ferroviária Nacional, nomeadamente nas linhas do Norte, Minho, Beira Alta e Beira Baixa (essencialmente devido a deficiência de via, trabalhos na via / conservação / modernização);
- Avarias de sinalização (sinais, aparelhos de mudança de via - AMV, Mesa de Comando);
- Ocorrências na catenária;
- Greve na IP (dia 17 julho), tendo sido suprimidos 27 comboios da Linha do Oeste;
- Colisão do comboio AP133 com uma Dresina da IP entre Soure e Alfarelos, a qual penalizou 722 comboios e provocou a supressão de 75 comboios (dia 31 julho).

## Causas CP

- Avarias de material motor;
- Atrasos devido a embarque / desembarque / enlace de passageiros;
- Greve decretada pelo Sindicato de Revisão entre os dias 6 e 10 de julho na Linha do Sado, tendo sido suprimidos 22 comboios e no dia 24 de julho, a nível nacional, com a supressão de 1 009 comboios.

## Outras Causas

- Acidentes com pessoas (colhidas) e ocorrências com passageiros acometidos de doenças súbitas;
- Dois descarrilamentos de comboios da MEDWAY e um com a marcha 27001 na Linha do Vouga;
- Colisão do AP124 com um veículo pesado em passagem de nível ao PK 69,500 entre Santarém / Vale de Santarém, penalizando 70 comboios e originando a supressão de 17 comboios;
- Inundações no Ramal de Alfarelos, em janeiro de 2020 e incêndios junto à via, com maior expressão nos meses de junho e julho;
- Declaração de calamidade pública no concelho de Ovar, devido à pandemia COVID-19, tendo os comboios deixado de efetuar paragens para realização do serviço comercial nas estações daquele concelho e com a supressão dos comboios da família de Ovar dos Urbanos do Porto.

## Investimentos

Foram realizados em 2020, cerca de 21 milhões de euros de investimentos. Destes, cerca de 80% foram despendidos na modernização do material circulante e 10% em intervenções em Instalações Fixas.

<b>Investimento Total</b>	<b>Valor Realizado</b>	<b>Peso</b>
Valores em Euros		
Aquisição de Material Circulante	587 523 €	2,8%
Modernização de Material Circulante (*)	16 660 424 €	79,6%
Trabalhos para a própria Empresa	14 047 696 €	67,1%
Outros Material Circulante	2 612 728 €	12,5%
Instalações Fixas	2 172 069 €	10,4%
Equipamentos	820 032 €	3,9%
Equipamentos Comerciais	52 016 €	0,2%
Informatização	636 505 €	3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>20 928 570</b>	<b>100,0%</b>

(\*) Inclui Trabalhos para a Própria Empresa

Com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção e reparação de material circulante foi internalizada.

Desta forma, as grandes intervenções de reparação de material circulante, realizadas internamente, que têm como objetivo a reposição do nível de operacionalidade e segurança ou a modernização / modificação do material circulante, passaram a ser capitalizadas como “Trabalhos para a Própria Empresa”.

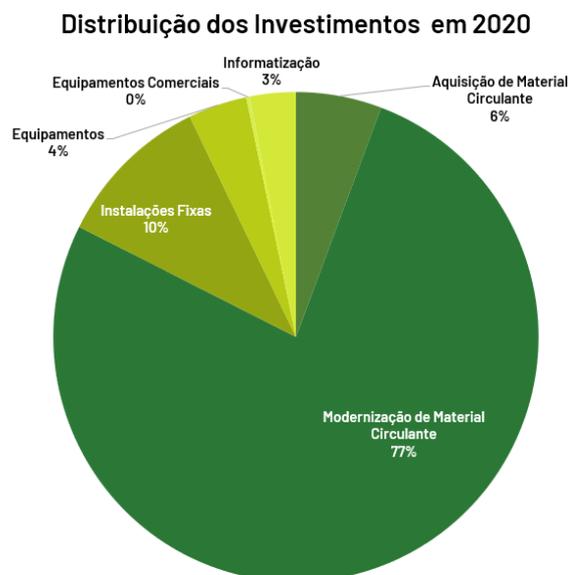


Gráfico 6 - Discriminação dos Investimentos em 2020.

Na rubrica de "Aquisição de material circulante" inclui-se o primeiro adiantamento pela aquisição de 50 carruagens à RENFE e as despesas com a remoção de amianto das mesmas.

Apesar de ter ocorrido a assinatura do contrato de aquisição de 22 automotoras para o serviço regional, não houve lugar a qualquer realização financeira, uma vez que o contrato aguarda visto do Tribunal de Contas.

Em termos de investimentos em Instalações Fixas, destacam-se as intervenções realizadas em instalações oficiais.

Os investimentos de 2020 foram financiados exclusivamente com recurso a receitas próprias da empresa.

## Grupo CP

A CP é uma empresa pública de transporte ferroviário detida 100% pelo Estado. Controla empresas na esfera dos fornecimentos no sector, designadamente nas áreas de manutenção de material circulante, formação, cuidados de saúde e mediação de seguros e detém participações minoritárias casuísticas, numa lógica de cooperação, com outros operadores.

As contas consolidadas do Grupo serão apresentadas no Relatório & Contas Consolidadas de 2020.

O esquema seguinte apresenta as participações da CP e suas empresas participadas em 2020:

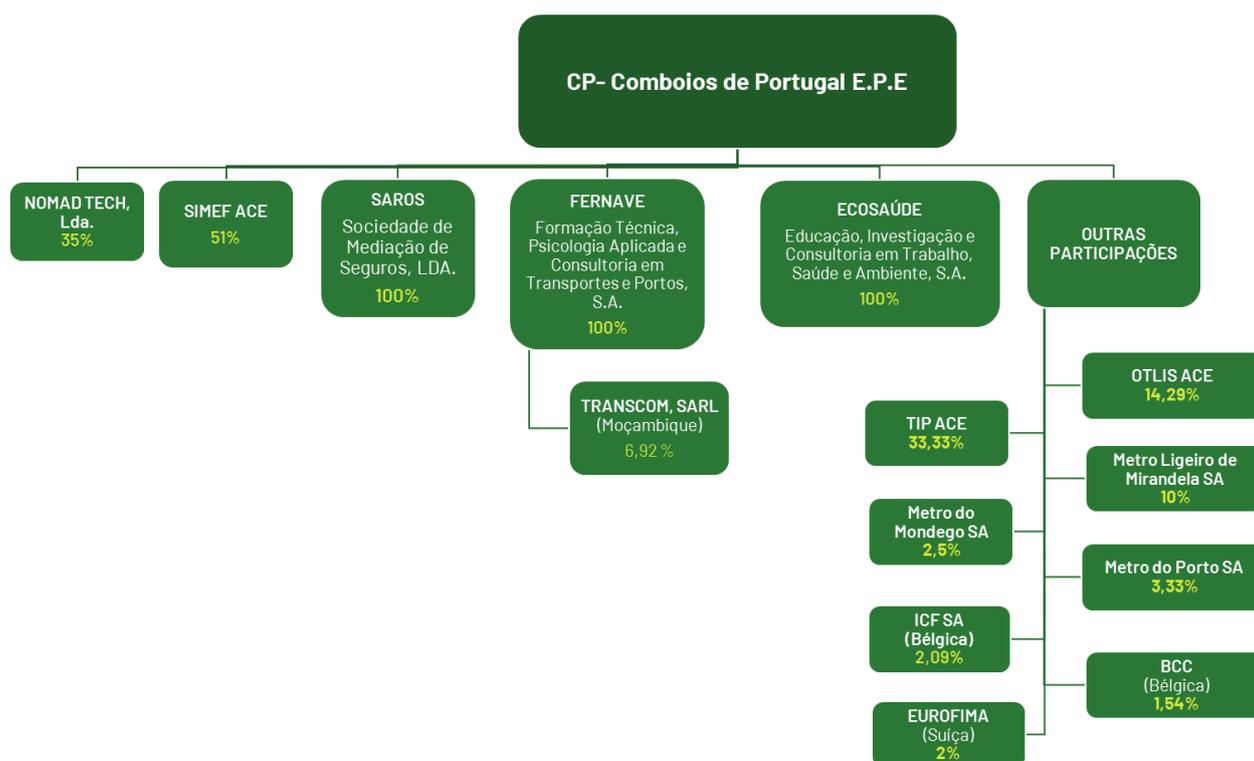


Gráfico 7 - Grupo CP.

Relatório e Contas 2020

# CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

# 07



## **CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS**

Os nossos deveres de reporte.

*Manuel Moreira*

# Quadro – Resumo

Cumprimento das Orientações legais 2020	Cumprimento		Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA			
<b>Objectivos de Gestão</b>				
Melhorar EBITDA	N		-52 M€ face a 2019 e +41 M€ que o PAO (revisto)	EBITDA recorrente / Ver "Objetivos de Gestão" e "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
Redução do peso dos Gastos no Volume de Negócios	S		-14,5 p.p. face a 2019 e -9 p.p. que o PAO (revisto)	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
<b>Metas a atingir constantes no PAO 2020</b>				
Proveitos de Tráfego	N		-123 M€ face a 2019 e +13,2 M€ que o PAO (revisto)	Ver "Objetivos de Gestão"
Passageiros Transportados	N		-58 M pass. face a 2019 e +3,6 M pass. que o PAO (revisto)	Ver "Objetivos de Gestão"
Efetivo Médio a Cargo	N		+1076 face a 2019 e -29 que o PAO (revisto)	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais" e "Efetivo"
Investimento	N		40,4 % de execução do Orçamento Anual	Ver "Objetivos de Gestão" e "Investimento"
<b>Grau de execução do Orçamento carregado no SIGO/SOE</b>				
	S		Receita 68,7 % Despesa 64,0%	Ver "Objetivos de Gestão"
<b>Gestão do Risco Financeiro</b>				
	S		2,7	Taxa média de financiamento / Ver "Gestão do Risco Financeiro"
<b>Limites de Crescimento do Endividamento</b>				
Endividamento Ajustado	S		1,1	Ver "Limite de Crescimento do Endividamento"
<b>Evolução do PMP a fornecedores</b>				
	S		+31 dias	Variação entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2019. / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
<b>Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")</b>				
	S		0	Não existem pagamentos em atraso por motivos imputáveis à empresa / Ver "Prazo Médio de Pagamento"
<b>Recomendações do acionista na última aprovação de contas</b>				
	NA		-	As contas da empresa relativas aos anos 2016, 2017, 2018 e 2019 aguardam aprovação pela Tutela.
<b>Remunerações:</b>				
Não atribuição de prémios de gestão	S		Não existiram	Ver "Remunerações"
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2020	S		23 131,26 €	Na vigência da Lei nº 02/2020 de 31 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2020, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração. Ver "Remunerações"
Fiscalização (CF/ROC) - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2020	NA		Não aplicável	Ver "Remunerações"
Auditor Externo - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2020	NA		Não aplicável	Ver "Remunerações"

Cumprimento das Orientações legais 2020	Cumprimento	Quantificação/ Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S/N/NA		
<b>EGP - artigo 32º e 33º do EGP</b>			
Não utilização de cartões de crédito	S	Não utilizados	Não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração.
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	Não existiram	Não há lugar a reembolso aos Membros do Conselho de Administração de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	80 €	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	1/4 das despesas de representação	Ver "Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público"
<b>Despesas não documentadas ou confidenciais - nº 2 do artº 16º do RJSPE e artº 1º do EGP</b>			
Proibição de despesas não documentadas ou confidenciais	S	Não existiram	Ver "Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 1º do EGP"
<b>Promoção da Igualdade salarial entre mulheres e homens - nº2 da RCM nº 18/2014</b>			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	No site da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção</b>			
Relatório anual sobre prevenção da corrupção	S	No site da CP	<a href="http://www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo">www.cp.pt/institucional/pt/empresa/principios-bom-governo</a>
<b>Contratação Pública</b>			
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	S	100%	Ver "Contratação Pública"
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	NA	Não aplicável	Ver "Contratação Pública"
Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	1 contrato no valor de 158.140.672 €	Ver "Contratação Pública"
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		Ver "Contratação Pública"
<b>Gastos Operacionais das Empresas Públicas</b>			
Eficiência Operacional	S	Vários	Ver "Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais"
<b>Contratação de Estudos</b>			
Cont. estudos, pareceres, projetos e consultoria (artº 49º do DLEO 2019)	S	7	Ver "Contratação de Estudos"
<b>Princípio da Unidade de Tesouraria (artº 28º do DL 133/2013)</b>			
Disponibilidades e aplicações Centralizadas no IGCP	S	31 493 422 €	Valor depósitos à ordem no IGCP no final do ano. Ver "Princípio da Unidade de Tesouraria"
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	911 940 €	Valor de D0 na Banca Comercial no final do ano, de acordo com a dispensa obtida do Princípio da UTE.
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0 €	Não existem juros auferidos.
<b>Auditorias do Tribunal de Contas</b>			
	S	0	Não ocorreram auditorias do Tribunal de contas durante o ano 2020
<b>Elaboração de Plano para a Igualdade de Género</b>			
Det. No Artº7º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S	No site da CP	Ver "Plano para a Igualdade"
<b>Demonstração Não Financeira</b>			
Apresentação da Demonstração Não Financeira	S	No site da CP	Ver "Relato Não Financeiro"

# Objetivos de Gestão e PAO

## Plano de Atividades e Orçamento

Para efeitos de análise consideram-se as metas incluídas no Plano de Atividades e Orçamento 2020-2022 (PAO) apresentado às Tutelas em outubro de 2020. Este documento já considerava a revisão das previsões iniciais face ao impacto da pandemia COVID-19.

Em 2020, a CP transportou cerca de 87 milhões de passageiros, mais 3,6 milhões que a previsão revista (+4,3%).

Os rendimentos de tráfego ascenderam a 150,7 milhões de euros, ficando 13,2 milhões de euros acima do previsto (+9,6%). Este desvio é explicado, essencialmente, pelas participações extraordinárias recebidas no âmbito do programa de apoio à redução tarifária.

A oferta, medida em comboios-quilómetro, ficou 6% abaixo do previsto, devido, designadamente, ao prolongamento dos constrangimentos à mobilidade durante o ano de 2020. A previsão revista apenas contemplava a redução parcial implementada durante o primeiro período de confinamento.

A CP encerrou o exercício de 2020 com um Resultado Líquido de -95,4 milhões de euros, 35,2 milhões de euros melhor que a previsão revista.

O Resultado Operacional das Atividades de Transporte e Manutenção (EBITDA recorrente) em 2020 situou-se nos -4,1 milhões de euros, cerca de 41 milhões de euros (91%) melhor que a previsão revista.

Este desvio é justificado, essencialmente, pelos seguintes factos:

- atribuição de participações extraordinárias no âmbito do programa de apoio à redução tarifária, contribuindo para o desvio positivo registado nas vendas e serviços prestados;
- atrasos verificados no lançamento de processos de compra e adiamento de entregas pelos fornecedores devido ao impacto da pandemia, o que obrigou à reprogramação de diversos projetos e intervenções programadas e contribuiu para a redução de gastos com consumos de materiais e fornecimentos e serviços externos, mas também, para um valor de trabalhos para a própria empresa abaixo do previsto;
- prolongamento da suspensão do serviço internacional, com redução, nomeadamente, de gastos com o aluguer de material e serviços a bordo;
- atraso na autorização dos recrutamentos previstos e apoios concedidos pelo Estado durante os períodos de confinamento diretamente aos trabalhadores, o que contribuiu para o desvio registado em termos de gastos com pessoal.

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	Períodos		Variação 2020/20P		
	REAL 31-12-2020	31-12-2020 (P)	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	171 334	161 914	9 419	6%	
Subsídios à exploração	88 127	88 113	14	0%	
Variação nos inventários de produção	3 981	0	3 981	s/s	
Trabalhos para a própria entidade	14 048	27 068	-13 020	-48%	
Outros rendimentos	17 269	14 109	3 160	22%	
	<b>294 768</b>	<b>281 204</b>	<b>3 555</b>	<b>1%</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-22 696	-39 814	17 119	43%	
Fornecimentos e serviços externos	-131 145	-145 494	14 349	10%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-138 706	-148 329	9 623	6%	
Outros gastos	-6 332	-2 678	-3 654	-136%	
	<b>-298 879</b>	<b>-338 318</b>	<b>37 437</b>	<b>11%</b>	
<b>Resultado Operacional das Atividades de Transporte e Manutenção* (EBITDA)</b>	<b>-4 121</b>	<b>-45 112</b>	<b>40 992</b>	<b>91%</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-59 211	-55 062	-4 149	-8%	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	548	243	305	125%	
Indemnizações por rescisão	-139	-558	418	75%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 187	1 704	-518	-30%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-4 919	0	-4 919	s/s	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 558	-297	-3 260	-1096%	
Provisões (aumentos/reduções)	-49	806	-855	-106%	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	3 486	0	3 486	s/s	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-188	-479	291	61%	
Outros rendimentos (não core)	2 539	37	2 502	6708%	
Outros gastos (não core)	-52	-1	-51	-5146%	
	<b>Resultado Operacional</b>	<b>-84 477</b>	<b>-88 718</b>	<b>34 240</b>	<b>35%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12	17	-6	-34%	
Juros e gastos similares suportados	-30 622	-30 829	207	1%	
	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-30 610</b>	<b>-30 612</b>	<b>202</b>	<b>1%</b>
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-85 087</b>	<b>-129 628</b>	<b>34 442</b>	<b>27%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-312	-1 103	790		
	<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-85 399</b>	<b>-130 632</b>	<b>35 232</b>	<b>27%</b>

\*Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* da empresa.

O Resultado Financeiro foi de -30,6 milhões de euros, ficando próximo da previsão revista.

O valor de investimentos realizado em 2020 ascendeu a 20,9 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de realização de 40,4% do orçamento revisto.

O baixo nível de execução é justificado pelo atraso significativo no lançamento de alguns projetos e o adiamento de diversos fornecimentos devido ao impacto da pandemia COVID-19. De referir ainda que, o contrato de aquisição de 22 automotoras para serviço regional, assinado em 2020, aguarda visto do Tribunal de Contas.

<b>Investimento Total</b>	<b>Valor Anual Previsto</b>	<b>Valor Realizado</b>	<b>% Execução</b>
<b>Valores em Euros</b>			
Aquisição de Material Circulante	7 037 520,00 €	587 523,12 €	8,3%
Modernização de Material Circulante *	33 015 364,00 €	16 660 424,33 €	50,5%
Trabalhos para a própria Empresa	27 067 503,00 €	14 047 696,00 €	51,9%
Outros Material Circulante	5 947 861,00 €	2 612 728,33 €	43,9%
Instalações Fixas	3 451 649,00 €	2 172 069,38 €	62,9%
Equipamentos	5 383 267,00 €	820 031,62 €	15,2%
Equipamentos Comerciais	1 642 535,00 €	52 016,24 €	3,2%
Informatização	1 259 148,00 €	636 504,91 €	50,6%
<b>TOTAL</b>	<b>51 789 483</b>	<b>20 928 570</b>	<b>40,4%</b>

\*Inclui Trabalhos para a Própria Empresa

## Execução Orçamental

A CP registou em 2020 um nível de execução de receita de 68,7% face ao orçamento corrigido e de 80,7% relativamente ao aprovado em Orçamento de Estado.

<b>Execução Orçamental da Receita</b>		<b>2020</b>			
<b>Todas as fontes</b>		<b>Orçamento Aprovado (1)</b>	<b>Orçamento Corrigido (2)</b>	<b>Recebimentos (3)</b>	<b>Taxa de Execução (4)=(3)/(2)</b>
<b>Económica</b>	<b>Designação</b>				
R.04	Multas Penalidades	73 800,00 €	73 800,00 €	270 332,39 €	366,3%
R.05 / R.11	AT FIN SOC E QUA SOC	410 585,00 €	410 585,00 €	1 340 484,57 €	326,5%
R.07	Venda de Bens e Serviços Correntes	339 794 908,00 €	339 794 908,00 €	198 773 076,31 €	58,5%
R.08	Outras Receitas Correntes	18 461 291,00 €	18 461 291,00 €	13 980 473,84 €	75,7%
R.06 / R.10	Transferências	106 215 099,00 €	106 215 099,00 €	96 405 489,86 €	90,8%
R.12.05	Passivos Financeiros - Emp. Curto Prazo	0,00 €	104 700 000,00 €	104 699 999,97 €	100,0%
R.12.06	Passivos Financeiros - Emp. Médio e Longo Prazo	0,00 €	32 000 000,00 €	32 000 000,00 €	100,0%
R.12.07	Passivos Financeiros - Dotação Capital	129 503 142,00 €	65 943 142,00 €	0,00 €	0,0%
R.13 / R.15	Sinistros / RNAP	0,00 €	0,00 €	1 471 995,22 €	
R.16	Saldo de Gerência	0,00 €	30 684 252,00 €	30 684 252,00 €	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>594 458 825,00 €</b>	<b>698 283 077,00 €</b>	<b>479 626 104,16 €</b>	<b>68,7%</b>

Os principais desvios face ao orçamento aprovado ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

**Venda de bens e serviços (R.07)**

Verificou-se uma quebra significativa de receita com serviços prestados, decorrente do impacto da pandemia COVID-19.

Inclui-se na execução desta rubrica o saldo de tesouraria transitado da EMEF, na sequência da fusão por incorporação na CP, no valor de 9 milhões de euros.

**Outras receitas correntes (R.08)**

O valor de reembolsos de IVA situou-se aquém do esperado, devido aos constrangimentos orçamentais que levaram a que um volume significativo de despesa só fosse regularizado no final do ano.

**Transferências de capital (R.10)**

Atendendo a que o contrato de aquisição de 22 automotoras para serviço regional aguarda visto do Tribunal de Contas, não houve lugar à transferência do cofinanciamento pelo Fundo Ambiental (5,1 milhões de euros).

Por ausência de enquadramento legal não foi transferido o valor de apoio ao investimento (1,8 milhões de euros).

**Transferências correntes (R.06)**

Durante o ano foi transferido para a CP o valor de participações pelas obrigações de serviço público estabelecido na RCM n.º 43/2020. Esse valor ficava, no entanto, abaixo do inicialmente previsto (-1,3 milhões de euros).

O Protocolo com a Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua permanece em apreciação pelas Tutelas.

**Passivos financeiros (R.12)**

Na ausência, ao contrário do previsto, de dotações de capital para fazer face às amortizações da dívida histórica e dadas as necessidades decorrentes da quebra da receita, por via do impacto da pandemia, a CP viu-se na contingência de recorrer a endividamento:

- DGTf

Empréstimo de curto prazo, no valor de 29,6 milhões de euros, para financiar a amortização de empréstimo BEI garantido pelo Estado;

Empréstimos no valor de 2 milhões de euros e de 73,1 milhões de euros, com o objetivo de satisfazer necessidades de financiamento urgentes relativas a despesas operacionais da empresa.

- Banca Nacional

Linha de crédito de curto prazo com o Banco BPI, para apoio de tesouraria, negociada pelo valor de 45 milhões de euros, dos quais foram utilizados 32 milhões de euros.

O empréstimo DGTF no valor de 2 milhões de euros e a linha de crédito do Banco BPI foram amortizados durante o ano.

Foram ainda prorrogados dois empréstimos EUROFIMA no valor global de 100 milhões de euros.

A despesa registou uma execução de 64% do orçamento disponível e de 75,2% relativamente ao aprovado em Orçamento de Estado.

Execução Orçamental da Despesa Todas as fontes		2020					
Económica	Designação	Orçamento Aprovado (1)	Orçamento Corrigido (2)	Cativações (3)	Orçamento Disponível (4)=(2)-(3)	Pagamentos Efetuados (5)	Taxa de Execução (6)=(5)/(4)
D.01	Despesas c/ pessoal	150 000 000,00 €	161 364 953,00 €	0,00 €	161 364 953,00 €	139 620 560,31 €	86,5%
D.02	Aquisição de bens e serviços	235 100 000,00 €	308 210 661,00 €	29 339,00 €	308 181 322,00 €	206 379 800,18 €	67,0%
D.10/D.03	Amortizações empréstimos/Juros e outros encargos	159 310 070,00 €	170 797 164,00 €	0,00 €	170 797 164,00 €	88 349 079,26 €	51,7%
D.07	Aquisição de bens de capital	33 500 000,00 €	37 773 165,00 €	0,00 €	37 773 165,00 €	7 610 562,51 €	20,1%
D.04/D.06/D.09	Restantes	16 514 095,00 €	20 073 041,00 €	0,00 €	20 073 041,00 €	4 888 217,98 €	24,4%
<b>TOTAL</b>		<b>594 424 165,00 €</b>	<b>698 218 984,00 €</b>	<b>29 339,00 €</b>	<b>698 189 645,00 €</b>	<b>446 848 220,24 €</b>	<b>64,0%</b>

Durante o ano foi obtida autorização para utilização do saldo de gerência de 2019, no valor de 30,7 milhões de euros.

Nos últimos dias do ano, foi autorizada a descativação total do orçamento da empresa, com exceção da fonte 540.

O orçamento corrigido está influenciado pelas diversas alterações de fontes de financiamento ocorridas ao longo do ano, em consequência da forte quebra de receitas próprias, devido ao impacto da pandemia.

Os principais desvios face ao orçamento aprovado ocorreram ao nível das seguintes rubricas:

#### Despesas com pessoal (D.01)

O desvio é justificado, essencialmente, por um número de entradas muito inferior ao previsto inicialmente.

De considerar ainda, o impacto dos mecanismos de apoio disponibilizados pelo Estado durante o período de pandemia.

#### Aquisição de bens e serviços (D.02)

Devido à pandemia e à reestruturação orgânica efetuada na sequência da fusão por incorporação

da EMEF na CP, verificaram-se atrasos na concretização de alguns processos de compra e na concretização das entregas pelos fornecedores.

Por outro lado, a dificuldade de estabilização do quadro de financiamento da empresa, perante a forte quebra de receitas próprias, e o facto da descativação desta rubrica só ter sido obtida nos últimos dias do ano, originaram a transição de diversos processos de compra para 2021.

### Investimento (D.07)

Verificou-se um atraso significativo no lançamento de alguns projetos e o adiamento de diversos fornecimentos devido ao impacto da pandemia COVID-19.

O contrato de aquisição de 22 automotoras para serviço regional, assinado em 2020, não teve realização financeira por aguardar visto do Tribunal de Contas.

### Passivos financeiros (D.10)

Foram prorrogados dois empréstimos EUROFIMA no valor global de 100 milhões de euros.

Foi registada a amortização de dois empréstimos de curto prazo, no valor de 2 milhões de euros (DGTF) e 32 milhões de euros (Banco BPI), contraídos durante o ano para fazer face a necessidades de financiamento urgentes.

## Gestão do Risco Financeiro

Os encargos financeiros mantiveram a tendência decrescente, em resultado da diminuição do valor médio da dívida remunerada. O aumento do peso relativo dos empréstimos de taxa fixa justifica o acréscimo da taxa média de financiamento.

Anos	2020	2019	2018	2017	2016
Juros e Gastos Similares Suportados (€)	30 622 455,91 €	55 776 721,60 €	68 303 617,82 €	76 570 728,96 €	88 330 671,50 €
Taxa Média de Financiamento (%)	2,7%	2,4%	2,6%	2,7%	2,7%

No capítulo "Financiamento" do capítulo "Análise Económico-Financeira" é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2020.

## Limite de Crescimento do Endividamento

A dívida remunerada a 31 de dezembro de 2020 sofreu um acréscimo face ao final do ano anterior. Este acréscimo foi justificado pela necessidade de recurso a empréstimo DGTf para mitigar necessidades de financiamento urgentes relativas a despesas operacionais da empresa.

A CP não beneficiou de qualquer aumento de capital em 2020.

O valor de endividamento ajustado teve um acréscimo de 1,1%.

Variação do Endividamento (execução)	2020	2019	Variação 20/19	
	Valores (€)		Valor	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrente)	2 132 106 150,44 €	2 066 651 730,97 €	65 454 419,47 €	3%
Capital estatutário	3 959 489 351,01 €	3 959 489 351,01 €	0,00 €	0%
Aumentos de Capital por dotação (*)	0,00 €	28 489 351,00 €	-28 489 351,00 €	-100%
Novos investimentos em 2020 (com expressão material)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	s/s

**Variação do endividamento**

**1,1%**

Nota: Novos investimentos - Nos termos do n.º2 do artº146 do DLEO 2018, consideram-se novos investimentos com expressão material os que não figuram no plano de investimentos da ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 000 000 € ou a 10% do orçamento anual da empresa.

(\*) A CP recebeu em 2019, 518.616.538 € no âmbito de uma operação de recomposição de capital para pagamento do empréstimo obrigacionista de 500M€ (amortização e encargos financeiros).

fórmula da variação do endividamento: 
$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

No capítulo "Financiamento" do capítulo "Análise Económico-Financeira" é possível obter informação adicional sobre a gestão financeira durante o ano de 2020.

## Prazo Médio de Pagamento

A 31 de dezembro de 2020 a CP não apresentava dívidas em atraso por motivos imputáveis à empresa, conforme evidenciado no quadro seguinte:

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o Art.1.º DL 65-A/2011 (€)					
	Valor (€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	23 166 683,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquisição de Capital	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0
<b>TOTAL</b>	<b>23 166 683,73 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

Nota: tal como previsto na lei, foram excluídas as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor e as situações relativas a processos judiciais em curso.

No quadro abaixo apresenta-se a comparação do PMP trimestral, medido em número de dias:

PMP	Prazo (dias)		Δ 20-19	
	Trimestre	2020	2019	Valor
1º	34	18	16	88,9%
2º	53	19	34	178,9%
3º	60	21	39	185,7%
4º	57	26	31	119,2%

Comparando o número de dias referente ao PMP do 4º trimestre de 2020 face ao período homólogo, verifica-se um acréscimo de 31 dias, o que é explicado pela quebra de receita decorrente do impacto da pandemia COVID-19 e pelas dificuldades de clarificação do cenário de financiamento alternativo.

## Recomendações do Acionista Emitidas Aquando da Aprovação das Contas de 2019

As Contas de 2016, 2017, 2018 e 2019 aguardam aprovação pela Tutela.

# Remunerações

## Medidas de Redução Salarial

Durante o ano de 2020, na vigência da Lei nº 02/2020 de 31 de março, que aprovou o Orçamento de Estado para 2020, manteve-se a redução de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida aos Membros do Conselho de Administração, (cfr. artigo 12º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho).

## Remunerações do Conselho de Administração

Mandato	Cargo	Nome	Designação		OPRLO			Nº de Mandatos
			Forma	Data	Sim/ Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	
19-07-2019 a 31-12-2021	Presidente	Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vice Presidente	Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Ana Maria dos Santos Malhó	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	2
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1
19-07-2019 a 31-12-2021	Vogal	Pedro Manuel Franco Ribeiro	RCM nº118/2019	24-07-2019 (*)	N	-	CP	1

**Legenda:**

O/D - Origem/destino

(\*) com efeitos ao dia 19 de julho de 2019

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções - 2020			
	Entidade	Função	Regime (Pública/Privada)	Identificação da data de Autorização e Forma (AG/DUE/D)
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	NOMAD TECH	Gerente (desde 30-07-2019)	Privada	AG de 30-07-2019
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	SIMEF	Presidente do C.A. (desde 30-07-2019)	Pública	AG de 30-07-2019

**Legenda:**

Nomad Tech, Lda

SIMEF A.C.E.- Serviços Integrados de Manutenção e Engenharia Ferroviária, A.C.E.

C.A. - Conselho de Administração

Membro do CA	Estatuto do Gestor Público		Remuneração Mensal Bruta (€)	
	Fixado (S/N)	Classificação (A,B,C)	Vencimento Mensal	Despesas de Representação
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	S	A	5 722,75 €	2 289,10 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	A	5 150,48 €	2 060,19 €
Ana Maria dos Santos Malhó	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	A	4 578,20 €	1 831,28 €

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2020 (€)					
	Fixa (1)	Variável (2)	Acerto vencimento 13ºM e 14ºM 2019 (3)	Valor Bruto (4)=(1)+(2)+(3)	Reduções Remuneratórias (5)	Valor Bruto Final (6)=(4)-(5)
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	107 587,70 €	0,00 €	2 174,64 €	109 762,34 €	5 379,48 €	104 382,86 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	96 829,00 €	0,00 €	-524,28 €	96 304,72 €	4 841,40 €	91 463,32 €
Ana Maria dos Santos Malhó	86 070,16 €	0,00 €	0,00 €	86 070,16 €	4 303,46 €	81 766,70 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	86 070,16 €	0,00 €	189,14 €	86 259,30 €	4 303,46 €	81 955,84 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	86 070,16 €	0,00 €	-53,33 €	86 016,83 €	4 303,46 €	81 713,37 €
<b>TOTAL</b>				<b>464 413,35 €</b>	<b>23 131,26 €</b>	<b>441 282,09 €</b>

(1) Vencimento + Desp Representação

(3) Montantes de acerto relativos a 2019, ano de início de mandato, referente aos montantes devidos de proporcionais do 13º e 14º mês de vencimento

(5) Previstas no Artº12º da Lei nº 12 - A/2010, de 30 de Junho. Incluem sobre valores da coluna (1).

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)									
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Vida		Seguro de Saúde		Outros	
	Diário	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa	Identificar	Encargo Anual da Empresa
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	7,60 €	1 923,82 €	Segurança Social	24 952,71 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	7,60 €	1 923,82 €	Segurança Social	21 722,56 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Ana Maria dos Santos Malhó	7,60 €	1 923,82 €	Segurança Social	19 419,60 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	7,60 €	1 923,82 €	Segurança Social	19 464,52 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
Pedro Manuel Franco Ribeiro	7,60 €	1 923,82 €	Segurança Social	19 406,93 €	--	350,55 €	Seguro de Acidentes Pessoais	5,11 €		
<b>TOTAL</b>		<b>9 619,10 €</b>		<b>104 966,32 €</b>		<b>1 752,75 €</b>		<b>25,57 €</b>		

Nota: Os valores dos prémios do seguro de saúde e do seguro de acidentes pessoais são idênticos para todos os trabalhadores, correspondendo os valores indicados aos prémios totais *per capita* (prémios comerciais e taxas inerentes).

Encargos com viaturas - 2020 (valores com IVA incluído)									
Membro do CA	Viatura Atribuída de Contrato (S/N)	Celebração de Contrato (S/N)	Valor de Referência da Viatura (€)	Modalidade (ALD/AOV)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto com Rendas (€)	Nº Prestações Contratuais Remanescentes
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	S	N	32 500,07 €	ALD	2018	2022	714,18 €	8 570,16 €	23
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	S	N	27 108,08 €	ALD	2018	2022	581,13 €	6 973,56 €	23
Ana Maria dos Santos Malhó	S	N	28 069,23 €	ALD	2018	2022	605,83 €	7 269,96 €	24
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	S	N	11 369,39 €	AOV	2017	2021	277,91 €	3 334,92 €	4
Pedro Manuel Franco Ribeiro	S	N	11 369,39 €	AOV	2017	2021	277,90 €	3 334,80 €	4

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço (€)	Custo com Alojamento (€)	Ajudas de Custo (€)	Outras		Gasto Total com Viagens
				Identificar	Valor (€)	
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	154,21 €	862,75 €	62,55 €	Refeições + Táxi	348,91 €	1 428,42 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	0,00 €	547,25 €	0,00 €	Refeições	198,55 €	745,80 €
Ana Maria dos Santos Malhó	0,00 €	568,05 €	0,00 €	Refeições	296,90 €	864,95 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	0,00 €	714,45 €	0,00 €	Refeições	151,37 €	865,82 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro	0,00 €	2 074,00 €	0,00 €	Refeições+cartão zapping + táxi	457,99 €	2 531,99 €
<b>TOTAL</b>		<b>4 766,50 €</b>				<b>6 436,97 €</b>

# Fiscalização

## Conselho Fiscal

Mandato Início-Fim	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (Mensal) (*)	Nº de Mandatos
			Forma	Data		
2019-2021	Presidente	António José Farinha Simão	Despacho Conjunto s/número dos Ministérios das Finanças e das Infraestruturas e Habitação	28-08-2019	1602,37 €	2
2019-2021	Vogal Efetivo	Teresa Isabel Carvalho Costa			1201,78 €	1
2019-2021	Vogal Efetivo	Cristina Maria Pereira Freire			1201,78 €	1
2019-2021	Vogal Suplente	Mário José Alveirinho Carrega			-	-

(\*) Montantes indicados no Despacho de nomeação

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2020 (€)		
	Bruta (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
António José Farinha Simão	22 433,18 €	0,00 €	22 433,18 €
Teresa Isabel Carvalho Costa	16 824,92 €	0,00 €	16 824,92 €
Cristina Maria Pereira Freire	16 824,92 €	0,00 €	16 824,92 €
Mário José Alveirinho Carrega	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>56 083,02 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>56 083,02 €</b>

## Revisor Oficial de Contas

Mandato		Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Início-Fim	Cargo	Nome	Número inscrição na OROC	Número registo na CMVM	Forma	Data	Data do Contrato		
01-08-2014 a 31-12-2015 (*)	SROC	Oliveira Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda	23	20 161 381	Despacho Conjunto s/número de 16 de maio de 2014, dos Ministérios das Finanças e da Economia, iniciaram funções em 1 de agosto de 2014 para completar o mandato de 2013-2015.	1-8-2014	16-5-2014	7	7
01-08-2014 a 31-12-2015 (*)	ROC	Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	1056	20 160 668				7	7

(\*) Permanecendo em funções até à presente data e até serem substituídos

Nome ROC/FU	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Oliveira, Reis e Associados-Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda <sup>2</sup> , representada pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus	21 500,04 €	0,00 €	21 500,04 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
<b>Total</b>	<b>21 500,04 €</b>	<b>0,00 €</b>	<b>21 500,04 €</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>	<b>N.A.</b>

## Auditor Externo

Identificação do Auditor Externo (SROC/ROC)				Contratação		N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na sociedade
Nome	NºRegisto na OROC	NºRegisto na CMVM	Data	Duração			
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	197	20 161 495	11-08-2020	1 ano	7	7	
Representado por: Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro	1 015	20 160 630	11-08-2020	1 ano	7	7	

Nome do Auditor Externo	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2020 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2020 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Ribeiro, Rigueira, Marques, Roseiro & Associados, SROC, Lda	21 500,00 €	N.A.	21 500,00 €	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

**Nota:** o valor da prestação de serviços de auditoria contratada engloba os serviços de auditoria da CP(contas individuais e consolidadas) e das empresas do Grupo, com um total de 27.500€. Os encargos respeitantes exclusivamente à CP(contas individuais e consolidadas)ascendem a 21.500€.

## Aplicação dos Art.ºs 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, Rect. n.º 2/2012, de 25 de janeiro e Decreto-Lei n.º 39/2016, de 28 de julho), não são utilizados cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento, para realização de despesas ao serviço da Empresa, pelos Membros do Conselho de Administração, não havendo igualmente lugar a reembolso aos mesmos de quaisquer eventuais despesas de representação pessoal.

O valor máximo das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet, pelo Despacho n.º 761/SETF/2012, de 25 de maio (2ª série DR), de Sua Excelência a Senhora Secretária de Estado do Tesouro e Finanças, é limitado a 80 euros mensais.

Membro do CA	Gastos com Comunicações (€)	
	Plafond mensal definido	Valor Anual
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	80	236
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira	80	68
Ana Maria dos Santos Malhó	80	256
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro	80	400
Pedro Manuel Franco Ribeiro	80	405
<b>TOTAL</b>		<b>1366</b>

No que diz respeito à utilização de viaturas, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 33º do Estatuto do Gestor Público o valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço é fixado em um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação.

Membro do CA	Plafond mensal definido para Combustíveis e Portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)		
		Combustível	Portagens	Total
Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas	1/4 despesas representação	1 710,29 €	1 302,75 €	3 013,04 €
Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira		1 236,51 €	915,40 €	2 151,91 €
Ana Maria dos Santos Malhó		1 054,25 €	431,45 €	1 485,70 €
Maria Isabel de Magalhães Ribeiro		1 016,98 €	1 146,44 €	2 163,42 €
Pedro Manuel Franco Ribeiro		573,94 €	185,71 €	759,65 €
<b>TOTAL</b>		<b>9 573,72 €</b>		

## Aplicação dos Art.ºs 16º do RJSPE e 11º do EGP

Não foram realizadas pela empresa nem pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

## Relatório Sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/remuneracoes-pagas-mulheres-homens.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/remuneracoes-pagas-mulheres-homens.pdf)

## Relatório Anual Sobre Prevenção da Corrupção

Encontra-se disponível no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/identificacao-infracao-penal.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/identificacao-infracao-penal.pdf)

## Contratação Pública

Os procedimentos adotados pela empresa em sede de contratação regem-se pelo Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e suas modificações, tendo sido considerada entidade adjudicante do sector especial dos transportes.

A CP, nos procedimentos relacionados com aquisições de bens e serviços, recorre à realização de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. Dispõe de um Normativo sobre Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas desde maio de 2014, com a última atualização em 2020, e publica um Regulamento de Compras no seu site no seguinte endereço:

[https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1\\_a\\_empresa/2\\_principios\\_bom\\_governo/compras.pdf](https://www.cp.pt/StaticFiles/Institucional/1_a_empresa/2_principios_bom_governo/compras.pdf)

Em 2020 foi submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, por ultrapassar o montante global acumulado de 5.000.000€, o contrato de Aquisição de 12 Unidades Bi-Modo e 10 Unidades Automotoras Elétricas, no valor global de 158.140.672 €.

## **Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)**

A CP assinou em julho de 2010 um contrato de adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) na qualidade de entidade compradora voluntária.

Tendo em conta os acordos-quadro existentes na ANCP, a CP tem vindo a analisar caso a caso se a utilização desses acordos lhe é vantajosa face aos valores contratuais conseguidos diretamente pela empresa, bem como se as características técnicas em causa correspondem às suas necessidades.

# Medidas de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

Eficiência Operacional (Valores em Euros)	2020	2020	2019	2019	2020/2019	
	Orç.	Exec.	Exec.	Exec.	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-45 112 260,27 €	-4 121 068,29 €	48 124 124,60 €	9 488 456,00 €	-52 245 192,89 €	-109%
(1) CMVMC	39 814 120,01 €	22 695 541,31 €	6 287 643,25 €	5 881 459,00 €	16 407 898,06 €	261%
(2) FSE	145 494 278,01 €	131 145 167,41 €	175 203 485,85 €	163 428 859,00 €	-44 058 318,44 €	-25%
(3) Gastos com o pessoal	148 886 490,16 €	138 845 084,78 €	109 014 542,46 €	105 613 535,00 €	29 830 542,32 €	27%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	557 501,06 €	139 335,22 €	1 289 531,84 €	1 006 239,00 €	-1 150 196,42 €	-89%
(3.ii) Valorizações remuneratórias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-
(3.iii) Impacto da aplicação dos IRCT (a)	5 416 623,00 €	5 044 186,40 €	0,00 €	0,00 €	5 044 186,40 €	-
(4) Gastos com o pessoal para efeitos do apuramento operacional (3-3.1-3.ii-3.iii)	142 912 366,10 €	133 661 563,16 €	107 725 010,82 €	104 607 296,00 €	25 936 552,34 €	24%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal) (b)	0,00 €	707 194,98 €	0,00 €	0,00 €	707 194,98 €	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos de apuramento da eficiência operacional (1)+(2)-(4)-(5)	328 220 764,12 €	286 795 076,90 €	289 216 139,92 €	273 917 614,00 €	-2 421 063,02 €	-1%
(7) Volume de negócios (VN) (c)	161 914 456,38 €	171 333 640,71 €	280 719 728,86 €	266 636 102,38 €	-109 386 088,15 €	-39%
(7.1) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+) (b)	147 822 510,32 €	138 403 325,99 €	0,00 €	0,00 €	138 403 325,99 €	-
(7.2) Trabalhos para a própria empresa	27 067 503,07 €	14 047 695,52 €	0,00 €	0,00 €	14 047 695,52 €	-
(8) Volume de negócios para efeitos de apuramento da eficiência operacional (7+7.1+7.2)	336 804 469,76 €	323 784 662,22 €	280 719 728,86 €	266 636 102,38 €	43 064 933,36 €	15%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8)	97,5%	88,6%	103,0%	102,7%	-14,5p.p.	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	2 407 200,00 €	2 576 668,88 €	5 730 052,22 €	5 884 400,72 €	-3 153 383,34 €	-55%
(ii) Gastos com Ajudas de custo e Alojamento (G c/ Pessoal)	3 727 370,48 €	3 757 784,00 €	4 194 445,44 €	4 213 018,27 €	-436 661,44 €	-10%
(iii) Gastos associados à frota automóvel (d)	562 635,01 €	476 988,58 €	269 446,78 €	271 081,05 €	207 541,80 €	77%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	6 697 205,49 €	6 811 441,46 €	10 193 944,44 €	10 368 500,04 €	-3 382 502,98 €	-33%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	2 133 393,33 €	1 814 409,44 €	483 170,57 €	422 527,85 €	1 331 238,87 €	276%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores) (e)	3 739	3 710	2 634	2 680	1 076	41%
N.º Órgãos Sociais (OS) (e)	8	8	7	6	1	14%
N.º Cargos de Direção (CD) (e)	22	22	22	20	0	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD) (e)	3 709	3 680	2 605	2 654	1 075	41%
N.º Trabalhadores/N.º CD (e)	169	167	118	133	49	42%
N.º de viaturas	116	116	48	48	68	142%

(a) Foi considerado o impacto da última revisão de 2019/2020 aos AE's

(b) Em conformidade com a execução orçamental reportada.

(c) Não inclui Subsídios à Exploração e Indemnizações Compensatórias.

(d) Inclui rendas / amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

(e) Efetivo médio a cargo.

A CP registou em 2020 um EBITDA recorrente de -4,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 52,2 milhões de euros face ao ano anterior, mas que foi cerca de 41 milhões de euros melhor que a previsão revista (já considerando impacto da pandemia).

Para a variação face ao ano anterior, contribuiu fundamentalmente a quebra registada ao nível das prestações de serviços, no valor de 109,4 milhões de euros, decorrente da situação de pandemia gerada pela pandemia COVID-19, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos subsídios

à exploração obtidos, em 48,1 milhões de euros, após visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Serviço Público.

Devido à fusão por incorporação da EMEF na CP e conseqüente integração da atividade de manutenção e reparação de material circulante, registou-se um aumento dos gastos com pessoal e dos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com contrapartida na redução dos fornecimentos e serviços externos e no registo de trabalhos para a própria entidade.

Assim, apesar de as principais rubricas de gastos apresentarem um crescimento face a 2019, considerando o valor de trabalhos para a própria entidade, verifica-se uma variação positiva nos resultados face ao ano anterior e ao previsto.

Esta variação positiva é justificada pela diminuição dos gastos variáveis, em função da redução de oferta face ao ano anterior e ao previsto, e pelos constrangimentos decorrentes da pandemia que levaram ao adiamento de diversos projetos e entregas de fornecedores.

O peso das principais rubricas de gastos (CMVMC + FSE + Pessoal sem indemnizações por rescisão, valorizações remuneratórias e retoma dos instrumentos de regulamentação coletiva do trabalho) no volume de negócios (sem subsídios à exploração e compensações financeiras pelas obrigações de serviço público) situou-se em 2020 nos 155,1%.

Excluindo o impacto da pandemia COVID-19, tanto em termos de acréscimo de gastos para combate e mitigação da pandemia como de quebra de receita, o rácio situou-se nos 88,6%, o que representou uma melhoria face ao previsto e a 2019.

O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel diminuiu face a 2019 e situou-se próximo do previsto. De referir, contudo, que em 2020 houve lugar à reclassificação contabilística para gastos com pessoal das verbas relativas a deslocações de pessoal operacional (reconhecidas em 2019 em deslocações).

É política da Empresa procurar minimizar o recurso a prestadores de serviço externos. Neste sentido, a CP recorre a contratação externa apenas em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, e desde que devidamente demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades por via dos recursos próprios.

Devido às medidas de contenção adotadas e às imposições legais à contratação desse tipo de serviços, o volume de trabalhos especializados contratado em 2020 ficou aquém do previsto. Registou, contudo, um acréscimo face ao ano anterior, justificado, nomeadamente, pela incorporação da atividade de manutenção e reparação de material circulante e pelos gastos decorrentes de consultorias para apoio à fusão e à elaboração de estudo para o saneamento da dívida histórica.

## Contratação de Estudos

A CP cumpriu o procedimento previsto no disposto no nº 7 do artigo 49.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho, através da submissão à Parpública para parecer prévio, sempre que esteve em causa a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultorias de natureza não intelectual e sempre que os serviços incidiram sobre o âmbito específico do disposto no n.º 2 do artigo 49.º do Decreto-Lei atrás citado.

Em 2020 submeteu a parecer sete processos que se enquadravam legalmente nesta necessidade.

# Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

Dando cumprimento ao estabelecido na legislação sobre o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado a que as empresas públicas estão sujeitas, a CP tem requerido a dispensa do seu cumprimento. Igualmente tem desenvolvido todos os esforços para assegurar o cumprimento integral deste princípio, centrando o máximo de serviços no IGCP. Assim:

- A generalidade dos pagamentos é efetuada via IGCP;
- Os recebimentos dos clientes estão a ser canalizados para a conta do IGCP;
- Desde dezembro de 2010 que excedentes de tesouraria pontuais são aplicados no IGCP – CEDIC's;
- Os valores disponíveis, ainda que não aplicados, dado o seu montante, são mantidos na conta do IGCP.

No entanto, dadas as especificidades da atividade da CP, tem sido necessário manter a movimentação de algumas contas bancárias junto da banca nacional, pela impossibilidade de alguns serviços necessários ao funcionamento da Empresa serem prestados pelo IGCP.

Encontram-se entre estes serviços a recolha, transporte e contagem de valores, o recebimento de valores de vendas efetuadas por canais Web em conta da banca comercial, empréstimos bancários, garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e a guarda de títulos de empresas participadas.

O despacho do IGCP de 23 de novembro de 2020 concedeu o parecer favorável ao pedido de isenção ao cumprimento deste princípio formulado pela CP. Esta dispensa é válida pelo período máximo de 2 anos.

A CP não auferiu no período em análise, de quaisquer rendimentos decorrentes de aplicações financeiras na Banca Comercial. Apresenta-se seguidamente um quadro contendo os saldos depositados na Banca Comercial no final de cada trimestre de 2020:

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	24 864 151,89 €	1 566 848,00 €	10 270 047,02 €	31 493 422,13 €
Aplicações Financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
<b>Total</b>	<b>24 864 151,89 €</b>	<b>1 566 848,00 €</b>	<b>10 270 047,02 €</b>	<b>31 493 422,13 €</b>

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BPI	653 150,93 €	943 576,76 €	1 136 468,63 €	841 297,62 €
CGD	1 053,88 €	1 006,19 €	994,50 €	964,81 €
Millennium BCP	71 500,20 €	70 846,18 €	70 186,79 €	69 677,40 €
<b>Total</b>	<b>725 705,01 €</b>	<b>1 015 429,13 €</b>	<b>1 207 649,92 €</b>	<b>911 939,83 €</b>
Juros auferidos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

# Auditorias Conduzidas pelo Tribunal de Contas

Não ocorreram auditorias do Tribunal de Contas desde 2014.

## Plano para a Igualdade

O Plano para a Igualdade de Género foi elaborado e comunicado às Entidades previstas na legislação, de acordo com os seguintes comprovativos:

**A entrega a estes destinatários ou grupos está concluída, mas não foi enviada nenhuma notificação de entrega pelo servidor de destino:**

[geral@cite.pt](mailto:geral@cite.pt) ([geral@cite.pt](mailto:geral@cite.pt))

Assunto: Plano para a Igualdade de Género CP\_ 2021

**A entrega a estes destinatários ou grupos está concluída, mas não foi enviada nenhuma notificação de entrega pelo servidor de destino:**

[cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt) ([cig@cig.gov.pt](mailto:cig@cig.gov.pt))

Assunto: Plano para a Igualdade de Género CP\_ 2021

## Relato Não Financeiro

No que diz respeito ao Relato Não Financeiro do ano 2020, a CP elabora desde 2008 o seu Relatório de Sustentabilidade e publica-o no seu *site* em data posterior ao da publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão. Para o exercício em apreço, procederá do mesmo modo, de acordo com o Artº 3º do Decreto-Lei nº 89/2017 de 28 de julho.

## Informação no Site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N	Data Atualização	
Estatutos	S	30-03-2021	
Caracterização da Empresa	S	30-03-2021	
Função de tutela e accionista	S	30-03-2021	
Modelo Governo / Membros dos Órgãos Sociais:	S	30-03-2021	
Identificação dos órgãos sociais	S	30-03-2021	
Estatuto remuneratório fixado	S	30-03-2021	
Divulgação das Remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S	30-03-2021	
Identificação das funções e responsabilidades dos membros do CA	S	30-03-2021	
Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S	30-03-2021	
Esforço Financeiro Público	S	30-03-2021	
Ficha Síntese	S	30-03-2021	
Informação Financeira histórica e atual	S	30-03-2021	Com referência às Contas Aprovadas de 2015.
Princípios de Bom Governo	S	30-03-2021	
Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	S	30-03-2021	
Transações Relevantes c/entidades relacionadas	S	30-03-2021	
Outras transações	S	30-03-2021	
Análise de sustentabilidade nos domínios:	S	30-03-2021	
Económico	S	30-03-2021	
Social	S	30-03-2021	
Ambiental	S	30-03-2021	
Avaliação do cumprimento dos PBG	S	30-03-2021	
Código de Ética	S	30-03-2021	

Relatório e Contas 2020

**ANÁLISE  
ECONÓMICO-  
FINANCEIRA**

**08**



# ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A explicação das nossas Contas

M@n

# Notas Introdutórias

## Normativo Aplicável

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes a dezembro de 2020, foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística, em conformidade com o regime de exceção à aplicação do SNC-AP, previsto no n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-B/2020.

## Fusão CP e EMEF

Em 1 de janeiro de 2020 foi concretizada a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, tal como definido, no Decreto-Lei n.º 174/2019-B, publicado em 26 de dezembro de 2019. Assim, a CP sucedeu em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF. Nestas circunstâncias, as demonstrações financeiras individuais agora apresentadas, integram a atividade anteriormente desenvolvida pela EMEF no que respeita ao ano 2020, ainda que tal não aconteça com referência ao ano 2019<sup>3</sup>, usado como comparativo.

---

<sup>3</sup> As demonstrações financeiras de 2019, usadas como comparativo no exercício de 2020, correspondem às demonstrações divulgadas e objeto de certificação com referência ao exercício de 2019, refletindo a participação da CP na EMEF por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e sua integração no resultado individual da CP.

# Conta de Exploração

## Resultado Líquido

RENDIMENTOS E GASTOS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2020/2019		
	REAL 31-12-2020	REAL 31-12-2019	Valor	%	
Vendas e serviços prestados	171 333	280 720	-109 387	-39%	
Vendas e serviços prestados - Passageiros	150 899	274 631	-123 732	-45%	
Vendas e serviços prestados - Manutenção e reparação	15 475	5	15 470	309400%	
Vendas e serviços prestados - Outros	4 959	6 084	-1 125	-18%	
Subsídios à exploração	88 127	40 004	48 123	120%	
Variação nos inventários da produção	3 981	0	3 981	s/s	
Trabalhos para a própria entidade	14 048	0	14 048	s/s	
Outros rendimentos	17 269	20 502	-3 233	-16%	
	<b>204 758</b>	<b>341 228</b>	<b>-48 488</b>	<b>-14%</b>	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-22 696	-6 288	-16 408	-261%	
Fornecimentos e serviços externos	-131 145	-175 203	44 058	25%	
Gastos com o pessoal (s/ Indemnizações e acordo de variáveis)	-138 706	-107 725	-30 981	-29%	
Outros gastos	-6 332	-3 886	-2 446	-63%	
	<b>-208 870</b>	<b>-203 102</b>	<b>-5 777</b>	<b>-2%</b>	
<b>Resultado Operacional das Atividades de Transporte e Manutenção* (EBITDA)</b>	<b>-4 121</b>	<b>48 124</b>	<b>-52 245</b>	<b>-108%</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-59 211	-52 958	-6 253	-12%	
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	548	814	-266	-33%	
Indemnizações por rescisão	-139	-1 290	1 151	89%	
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1 187	9 153	-7 966	-87%	
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-4 919	-123	-4 796	-3899%	
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 558	-629	-2 929	-466%	
Provisões (aumentos/reduções)	-49	1 721	-1 770	-103%	
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	3 486	-465	3 951	850%	
Diferenças de câmbio (aumento/reduções)	-188	-1 411	1 223	87%	
Outros rendimentos (não core)	2 539	1 711	828	48%	
Outros gastos (não core)	-52	-236	184	78%	
	<b>Resultado Operacional</b>	<b>-84 477</b>	<b>4 411</b>	<b>-88 888</b>	<b>-1582%</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	12	526	-514	-98%	
Juros e gastos similares suportados	-30 622	-55 774	25 152	45%	
	<b>Resultado Financeiro</b>	<b>-30 610</b>	<b>-55 248</b>	<b>24 638</b>	<b>46%</b>
	<b>Resultado Antes de Impostos</b>	<b>-95 067</b>	<b>-50 837</b>	<b>-44 250</b>	<b>-87%</b>
Imposto sobre o rendimento do período	-312	-741	429	58%	
	<b>Resultado Líquido do Período</b>	<b>-95 389</b>	<b>-51 578</b>	<b>-43 821</b>	<b>-85%</b>

\* Antes de indemnizações por rescisão, justo valor, imparidades, provisões, depreciações, gastos de financiamento e impostos e outras operações não relacionadas com as atividades *core* da empresa.

O *Resultado Líquido* de 2020 apresenta um agravamento de 85% face ao ano anterior (43,8 milhões de euros), passando de -51,6 milhões de euros, em 2019, para -95,4 milhões de euros em 2020.

Para esta variação contribuiu fundamentalmente a quebra registada ao nível das *prestações de serviços*, no valor de 109,4 milhões de euros, decorrente da situação de pandemia COVID-19, ainda que parcialmente compensada pelo aumento dos *subsídios à exploração obtidos*, em 48,1 milhões de euros, na sequência do visto do Tribunal de Contas ao Contrato de Obrigações de Serviço Público. De referir também a melhoria do *Resultado Financeiro*, em 24,6 milhões de euros.

Decorrente da fusão por incorporação da EMEF na CP e consequente integração da atividade de manutenção e reparação de material circulante, destacam-se o aumento dos *gastos com pessoal* (sem indemnizações) e dos *custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas* e a redução dos *fornecimentos e serviços externos*.

## Resultado Operacional das Atividades de Transportes e Manutenção (EBITDA)

O EBITDA recorrente das atividades de transportes e manutenção foi em 2020 de -4,1 milhões de euros, o que representou um decréscimo de cerca de 52,2 milhões de euros face ao ano anterior. Contribuíram, essencialmente, para esta evolução as seguintes variações:

- Diminuição das *prestações de serviços* em 109,4 milhões de euros, decorrente fundamentalmente da quebra de 123,7 milhões de euros das prestações de serviços de transporte de passageiros, devido à situação de pandemia COVID-19. Este impacto foi parcialmente compensado pela integração das prestações de serviços de manutenção e reparação, de 15,5 milhões de euros, em resultado da incorporação da atividade de manutenção e reparação de material circulante na CP;
- Aumento dos *gastos com pessoal* (sem indemnizações), no valor de 31 milhões de euros, em virtude, não só da integração dos trabalhadores da EMEF no quadro da CP, mas igualmente da implementação dos Acordos de Empresa assinados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e da variação do efetivo;
- Aumento dos *custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*, em 16,4 milhões de euros, em resultado da empresa ter passado a assegurar a prestação de serviços de manutenção de material circulante na sequência da fusão por incorporação da EMEF na CP;
- Diminuição dos *outros rendimentos*, em 3,2 milhões de euros, justificada, essencialmente, pela redução dos rendimentos de concessões de edifícios por, em resultado da fusão das duas empresas, a CP ter deixado de faturar à EMEF a utilização dos espaços que lhe estavam concessionados, nomeadamente os oficinais;
- Aumento dos *outros gastos*, em 2,4 milhões de euros, destacando-se os decorrentes de acertos de faturação de transporte de trabalhadores IP (fruto da celebração de novo acordo entre a CP e a IP), de indemnizações por danos materiais (acidente ocorrido em Espanha) e de penalidades de contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação a entidades terceiras à CP;
- Aumento dos *subsídios à exploração obtidos*, em 48,1 milhões de euros, na sequência do visto do Tribunal de Contas ao contrato de obrigações de serviço público e do recebimento das respetivas compensações financeiras;
- Diminuição dos *fornecimentos e serviços externos*, em 44,1 milhões de euros, decorrente fundamentalmente de:
  - incorporação da atividade de conservação e manutenção de material circulante na CP, motivada pela fusão com a EMEF – responsável pela redução, em cerca de 39,4 milhões de euros, dos encargos suportados com contratação externa de serviços de conservação e manutenção, ainda que parcialmente compensada pelo surgir de novas rubricas de gastos decorrentes da atividade de manutenção, destacando-se a de *subcontratos – componente industrial*, com gastos associados no valor de 8,5 milhões de euros;
  - ajustamentos nos serviços prestados em virtude da situação de pandemia COVID-19 – originando, entre outros, a diminuição dos encargos com a taxa de utilização da infraestrutura, em 6,4 milhões de euros, com eletricidade, em 4 milhões de euros, com

o acordo CP - RENFE, em 3,5 milhões de euros e com o serviço de restauração a bordo dos comboios, em 1,3 milhões de euros;

- Registo de *trabalhos para a própria entidade*, no valor de 14 milhões de euros e *variação nos inventários da produção*, no valor de 4 milhões de euros, em resultado da empresa ter passado a assegurar a prestação de serviços de manutenção de material circulante na sequência da fusão por incorporação da EMEF na CP.

## Resultado Operacional

O *Resultado Operacional* de 2020, situou-se nos -64,5 milhões de euros, o que representou um agravamento em 68,9 milhões de euros face ao registado no ano anterior (4,4 milhões de euros). Contribuíram para esta evolução, para além dos motivos já mencionados para o EBITDA recorrente, fundamentalmente, os seguintes factos:

- Diminuição dos *ganhos imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos*, em 8 milhões de euros, essencialmente por, em resultado da fusão por incorporação da EMEF na CP, se deixarem de registar ganhos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação anteriormente detida naquela entidade;
- Aumento dos *gastos de depreciação e de amortização*, em 6,3 milhões de euros, em resultado da integração dos ativos da EMEF na CP, bem como da reclassificação de algum material circulante, de *ativo não corrente detido para venda* para *ativo fixo tangível*, na sequência da sua reafecção à atividade comercial, com o conseqüente reconhecimento das depreciações pelo tempo decorrido desde a sua classificação em *ativo não corrente detido para venda*. Este efeito é parcialmente compensado pela reversão da *imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis* registada no período;
- Aumento das *imparidades de inventários*, em 4,8 milhões de euros, na sequência da integração da atividade de manutenção e reparação na empresa e do ajustamento dos critérios de reconhecimento de imparidades de inventários;
- Aumento das *imparidades de dívidas a receber*, em 2,9 milhões de euros, em conformidade com os ajustamentos considerados pertinentes em função da antiguidade das dívidas e da expectativa de recebimento das mesmas;
- Variação desfavorável da rubrica de *provisões*, em 1,8 milhões de euros. De realçar que, em 2019, foi revertida a provisão constituída para cobertura de prejuízos acumulados da Fernave (decorrente de operação de recomposição de capital desta empresa, ocorrida no final do ano). Em 2020, regista-se apenas um ajustamento às provisões constituídas para efeitos de cobertura das responsabilidades por processos judiciais em curso e por pensões de acidentes de trabalho (de acordo com estudo atuarial efetuado por entidade externa);
- Redução das *imparidades de investimentos não depreciáveis / amortizáveis*, em cerca de 4 milhões de euros, em resultado, designadamente e conforme referido anteriormente, da reclassificação de material circulante de *ativo não corrente detido para venda* para *ativo fixo tangível*, decorrente da sua reafecção à atividade comercial;
- Diminuição dos *gastos com diferenças de câmbio*, em 1,2 milhões de euros, correspondentes, essencialmente, a participação subscrita, mas não realizada, em francos suíços, na Eurofima;
- Diminuição dos *gastos com indemnizações por rescisão*, em 1,2 milhões de euros.

## Resultado Financeiro

O *Resultado Financeiro* em 2020 foi negativo em 30,6 milhões de euros, verificando-se uma melhoria face ao registado no ano anterior de cerca de 24,6 milhões de euros (+45%). Para esta evolução contribuiu, fundamentalmente, a redução do passivo remunerado da empresa.

## Balanço

RUBRICAS (valores em milhares de euros)	PERÍODOS		Variação 2020/2019	
	31-12-2020	31-12-2019	Valor	%
<b>ATIVO</b>				
Ativo Não Corrente	441 399	513 304	-71 905	-14%
Ativo Corrente	91 516	60 744	30 772	51%
<b>Total do Ativo</b>	<b>532 915</b>	<b>574 048</b>	<b>-41 133</b>	<b>-7%</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
Património líquido que inclui:	-1 778 677	-1 672 673	-106 004	-6%
Resultado Líquido do período	-95 399	-51 578	-43 821	-85%
<b>Total do Capital Próprio</b>	<b>-1 778 677</b>	<b>-1 672 673</b>	<b>-106 004</b>	<b>-6%</b>
<b>PASSIVO</b>				
Passivo Não Corrente	396 197	799 707	-403 510	-50%
Passivo Corrente	1 915 395	1 447 014	468 381	32%
<b>Total do Passivo</b>	<b>2 311 592</b>	<b>2 246 721</b>	<b>64 871</b>	<b>3%</b>
<b>Total do Capital Próprio + Passivo</b>	<b>532 915</b>	<b>574 048</b>	<b>-41 133</b>	<b>-7%</b>

## Ativo

Em 2020 o Ativo da CP diminuiu cerca de 41,1 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Diminuição dos *ativos fixos tangíveis*, em 28,7 milhões de euros, em virtude das depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimento e apesar da integração dos ativos da EMEF na CP;
- Redução das *participações financeiras - método de equivalência patrimonial*, em 43,4 milhões de euros, decorrente, fundamentalmente, da anulação da participação da EMEF, por contrapartida dos ativos e passivos transferidos para a CP em resultado da fusão. Foi aplicado o método de equivalência patrimonial às restantes participações detidas pela CP, tendo, no entanto, um impacto residual face à variação registada;
- Aumento dos *inventários*, em 32,7 milhões de euros, em resultado da incorporação dos inventários da EMEF na CP na sequência do processo de fusão;
- Diminuição do saldo de *clientes e de outros créditos a receber* em 0,8 milhões de euros. A empresa continuou a efetuar diligências junto das diferentes entidades no sentido de se assegurar o recebimento dos valores em dívida. Foi constituída imparidade para a dívida do IMT respeitante a comparticipações ainda não recebidas de passes sociais (sub-23, 4-18 e social +), por motivo de inexistência de expectativa de recebimento do valor;
- Diminuição do saldo do *Estado e outros entes públicos* em 1,6 milhões de euros, decorrente da redução do IVA a recuperar e dos reembolsos pedidos de IVA;
- Diminuição dos *ativos não correntes detidos para venda*, em 1,7 milhões de euros, em resultado da reclassificação de algum material circulante de *ativo não corrente detido para venda* para *ativo fixo tangível*, em virtude da sua reafectação à atividade comercial;

- Aumento do saldo de *caixa e depósitos bancários* em 2,1 milhões de euros.

## Capital Próprio

Em 2020, não ocorreram quaisquer operações de aumento ou recomposição do capital da empresa.

As variações registadas no capital próprio da empresa resultaram dos seguintes movimentos:

- transferência para *resultados transitados* do *resultado líquido* negativo da empresa de 2019;
- *Resultado Líquido* de 2020;
- diminuição da rubrica de ajustamentos / *outras variações no capital próprio*, em resultado da imputação como rendimento do exercício dos subsídios ao investimento recebidos, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

## Passivo

O Passivo da CP registou em 2020 um aumento de 64,9 milhões de euros, sendo de realçar os seguintes impactos mais significativos:

- Aumento das *provisões* constituídas em 1,4 milhões de euros, decorrente, essencialmente, da transferência para a CP das *provisões* constituídas pela EMEF, na sequência do processo de fusão. Importa referir que, em 2020, o reforço das *provisões* constituídas para efeitos de cobertura das responsabilidades por processos judiciais em curso e por pensões de acidentes de trabalho (de acordo com estudo atuarial efetuado por entidade externa) foi residual;
- Aumento dos *financiamentos obtidos* em cerca de 65 milhões de euros, em resultado da contratação de um empréstimo junto da DGTF, no valor de 73,1 milhões de euros, com o objetivo de mitigar necessidades de financiamento urgentes relativas a despesas operacionais da empresa e da amortização de um empréstimo BEI, no valor de 8,1 milhões de euros;
- Diminuição do saldo de *fornecedores e outras dívidas a pagar* em 2,1 milhões de euros.

## Financiamento

Em março de 2020, a CP contratou junto do Estado Português um empréstimo de curto prazo, no valor de 29,6 milhões de euros, para financiar a amortização de empréstimo BEI garantido pelo Estado.

Em junho, foi realizado um novo empréstimo entre a CP e o Estado Português, no valor de 2 milhões de euros, com a finalidade de mitigar necessidades de financiamento urgentes relativamente a despesas operacionais da empresa. Este empréstimo foi amortizado no final do ano 2020.

Na sequência da obtenção, no final de junho de 2020, de visto pelo Tribunal de Contas ao Contrato de Obrigações de Serviço Público, a CP passou a receber mensalmente o valor de compensações financeiras estipulado.

No decorrer do mês de julho, com a autorização do Estado Português, a empresa formalizou a contratação de uma linha de crédito de curto prazo com o Banco BPI, no valor de 45 milhões de euros, para apoio da sua tesouraria. Esta linha de crédito foi amortizada no decorrer do ano 2020.

Também em julho, a empresa negociou a prorrogação por um ano do vencimento de dois empréstimos Eurofima, no valor total de 100 milhões de euros.

Em setembro de 2020, a CP procedeu à amortização parcial de três empréstimos BEI, no valor total de 8,1 milhões de euros.

Por fim, em dezembro, a CP celebrou com o Estado Português um novo empréstimo no valor de 73,1 milhões de euros, com o objetivo de mitigar as necessidades de financiamento urgentes relativamente a despesas operacionais da empresa.

## Dívida Financeira

A dívida remunerada da CP a 31 de dezembro de 2020 era de aproximadamente 2,132 mil milhões de euros, mais 65 milhões de euros que no final de 2019, com o seguinte detalhe por fontes de financiamento:

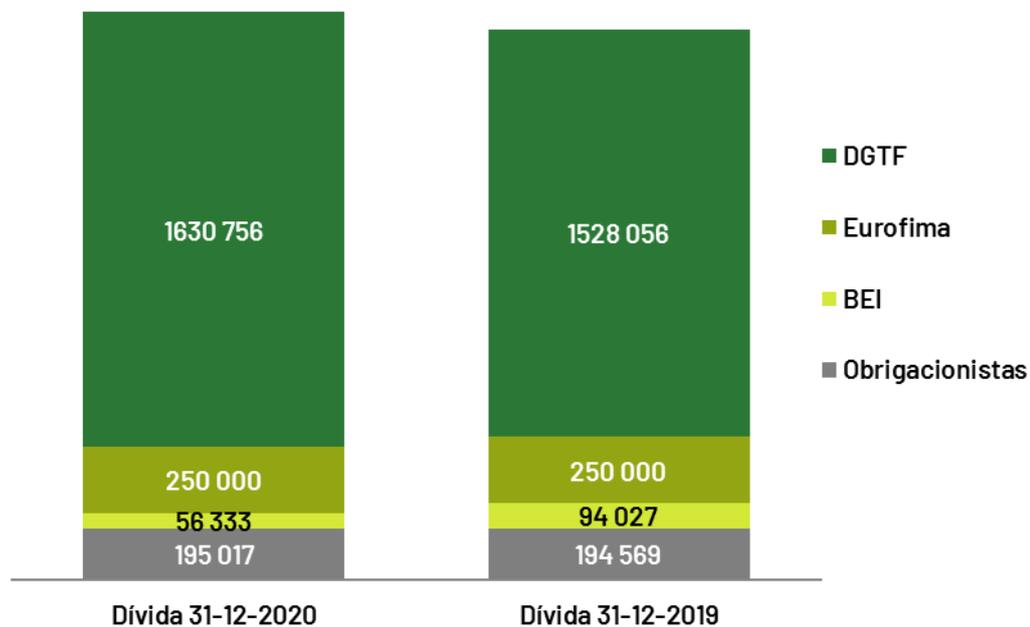


Gráfico 8 - Dívida remunerada por fontes de financiamento em 2019 e 2020.

O acréscimo da dívida financeira resulta da contratação de empréstimo junto da DGTF, no valor de 73,1 milhões de euros e da amortização de empréstimo BEI, no valor de 8,1 milhões de euros.

A prorrogação de dois empréstimos Eurofima, no valor total de 100 milhões de euros e a contratação de empréstimo da DGTF no valor de 29,6 milhões de euros para amortização de um empréstimo BEI, não tiveram impacto no valor global da dívida da empresa.

O gráfico seguinte ilustra a repartição da estrutura da dívida por prazo:

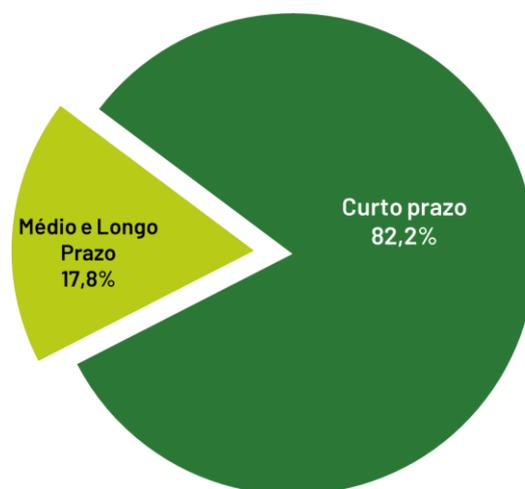


Gráfico 9 - Estrutura da Dívida.

A relevância do peso da dívida de curto prazo na estrutura resulta, fundamentalmente, da prorrogação sucessiva do prazo de vencimento dos empréstimos do Estado.

Relatório e Contas 2020

**PERSPETIVAS  
PARA 2021**

**09**



# PERSPETIVAS PARA 2021

O Futuro que antevemos

# Perspetivas para 2021

Em cumprimento do disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 110/2019, de 27 de junho, com vista à recuperação dos níveis de serviço do transporte ferroviário no curto prazo, em conformidade com o previsto no plano estratégico da CP e tendo presente o choque económico resultante da pandemia COVID-19, prevê-se para 2021:

- Transporte de passageiros – recuperação gradual da procura, na medida da redução das limitações impostas à mobilidade e da retoma económica. A procura deverá, contudo, manter-se ainda significativamente abaixo do registado nos anos anteriores à pandemia;
- Rendimentos dos serviços de manutenção prestados a terceiros – perspetiva-se um decréscimo, uma vez que se conclui um ciclo de intervenções de revisão geral à frota do cliente Metro do Porto;
- Recursos humanos – prevê-se que, em conformidade com a RCM n.º 110/2019, se realizem os recrutamentos necessários para assegurar a operação de transporte e os trabalhos de manutenção do material circulante;
- Aquisição de material circulante – prevê-se dar início aos processos de aquisição de automotoras para os serviços urbanos e regional e de automotoras elétricas para o segmento comercial de longo curso;
- Manutenção e reparação de material circulante – para responder à necessidade de melhorar a frequência, fiabilidade e pontualidade, a empresa optou por reabilitar material que se encontrava imobilizado e por adquirir carruagens usadas à RENFE, as quais iniciaram intervenções de reabilitação ainda em 2020 e que entrarão ao serviço em 2021;
- Libertação gradual de automotoras *diesel* da série 592 – tirando benefício das reposições ao serviço e da modernização de material, bem como das intervenções de eletrificação de infraestrutura que se encontram previstas pela IP, permitirá reduzir os gastos associados ao respetivo aluguer à RENFE;
- Continuação do processo de substituição dos equipamentos comerciais, atendendo aos problemas de obsolescência operacional.

Em termos financeiros, com a atividade já devidamente enquadrada pelo Contrato de Obrigações de Serviço Público firmado com o Estado, a sustentabilidade futura da empresa pressupõe a concretização do saneamento financeiro da dívida histórica. Neste contexto, espera-se a realização desta operação no decurso do ano de 2021.

Relatório e Contas 2020

**FACTOS RELEVANTES  
APÓS O TERMO DO  
EXERCÍCIO**

**10**

De referir os seguintes acontecimentos:

- Nesta data não são ainda possíveis de quantificar a totalidade dos impactos adicionais que a pandemia provocada pelo vírus COVID-19 pode vir a provocar na empresa, decorrente da imprevisibilidade da manutenção desta situação. De salientar, no entanto, a manutenção da forte quebra na utilização do transporte ferroviário, no 1º trimestre do ano, com impacto direto nos réditos da empresa.
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.
- O Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, estabelece no seu artigo 12º, a dissolução e liquidação da OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A. C. E., com a constituição das empresas previstas no referido decreto-lei e respetivo registo comercial. Tendo, em 23 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas emitido visto prévio favorável à constituição da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A., a Área Metropolitana de Lisboa (AML) outorgou a escritura pública de constituição da TML, com produção de efeitos em 17 de fevereiro de 2021 (data da transmissão). Assim, por força do artigo 12.º do Decreto-lei referido, teve lugar na data da transmissão a transmissão global do património da OTLIS para a TML, devendo a AML ou a TML acordar com os Membros da OTLIS ou com os seus liquidatários a contrapartida pela referida transmissão.



Relatório e Contas 2020

# PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

# 11

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os Resultados Líquidos do Exercício, prejuízo de 95 399 259 euros, sejam transferidos para a conta de Resultados Transitados.

Lisboa, 15 de junho de 2021

**O Conselho de Administração**

**Presidente:** Nuno Pinho da Cruz Leite de Freitas

**Vice-presidente:** Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

**Vogal:** Ana Maria dos Santos Malhó

**Vogal:** Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

**Vogal:** Pedro Manuel Franco Ribeiro



Relatório e Contas 2020

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Balço individual**

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		31-dez-20	31-dez-19
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	408 935 865	437 657 524
Ativos intangíveis	8	139 047	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	12	4 420 702	47 840 731
Outros Investimentos Financeiros	13	27 903 237	27 805 285
		<b>441 398 851</b>	<b>513 303 540</b>
Ativo corrente			
Inventários	15	36 631 813	3 955 631
Clientes	16	3 954 383	6 730 885
Estado e outros entes públicos	17	7 546 508	9 167 445
Outros créditos a receber	18	6 811 745	4 864 552
Diferimentos	19	1 091 023	896 288
Ativos não correntes detidos para venda	10	2 702 526	4 445 005
Caixa e depósitos bancários	5	<b>32 777 904</b>	30 684 252
		<b>91 515 902</b>	<b>60 744 058</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>532 914 753</b>	<b>574 047 598</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
Capital próprio			
Capital subscrito	20	3 959 489 351	3 959 489 351
Reservas legais	21	24 703	24 703
Outras reservas	22	1 306 650	1 306 650
Resultados transitados	23	(5 828 729 654)	(5 777 151 280)
Ajust/out variações capital próprio	24	184 631 308	195 235 424
Resultado líquido do período		( 95 399 259)	( 51 578 374)
<b>Total do capital próprio</b>		<b>(1 778 676 901)</b>	<b>(1 672 673 526)</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	25	15 646 965	14 290 852
Financiamentos obtidos	26	380 550 150	785 416 398
		<b>396 197 115</b>	<b>799 707 250</b>
Passivo corrente			
Fornecedores	28	7 292 799	8 264 962
Estado e outros entes públicos	17	340 563	766 770
Financiamentos obtidos	26	1 751 556 000	1 281 235 333
Outras dívidas a pagar	27	155 577 280	156 746 809
Diferimentos	19	627 897	-
		<b>1 915 394 539</b>	<b>1 447 013 874</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>2 311 591 654</b>	<b>2 246 721 124</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>532 914 753</b>	<b>574 047 598</b>

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana CoelhoPresidente - Eng.<sup>o</sup> Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.<sup>o</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.<sup>o</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

## Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2020

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	29	171 333 641	280 719 729
Subsídios à exploração	30	88 127 384	40 003 543
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	12,31	1 186 780	9 152 932
Variação nos inventários da produção	32	3 980 568	-
Trabalhos para a própria entidade	33	14 047 695	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	34	( 22 695 541)	( 6 287 643)
Fornecimentos e serviços externos	35	( 131 145 167)	( 175 203 486)
Gastos com o pessoal	36	( 138 845 085)	( 109 014 542)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	15	( 4 919 449)	( 123 082)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	16,18	( 3 557 690)	( 629 453)
Provisões (aumentos/reduções)	25	( 48 724)	1 720 715
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	37	3 485 991	( 465 389)
Outros rendimentos	38	21 463 935	24 059 953
Outros gastos	39	( 8 227 654)	( 7 376 784)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>( 5 813 316)</b>	<b>56 556 493</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8,9,40	( 59 211 388)	( 52 958 003)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	8,9,41	548 477	814 416
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>( 64 476 227)</b>	<b>4 412 906</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	42	11 539	526 306
Juros e gastos similares suportados	43	( 30 622 456)	( 55 776 722)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>( 95 087 144)</b>	<b>( 50 837 510)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	( 312 115)	( 740 864)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>( 95 399 259)</b>	<b>( 51 578 374)</b>

Contabilista Certificado - Dr.<sup>a</sup> Ana CoelhoPresidente - Eng.<sup>o</sup> Nuno Pinho da Cruz de FreitasVice-Presidente - Eng.<sup>o</sup> Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes MoreiraAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Ana Maria dos Santos MalhóAdministradora - Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel de Magalhães RibeiroAdministrador - Eng.<sup>o</sup> Pedro Manuel Franco Ribeiro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe					Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio			
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio				Resultado líquido do período		
Posição no início do período de 2020	1	20 a 24	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 777 151 280)	195 235 424	( 51 578 374)	(1 672 673 528)	(1 672 673 528)	-	-
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	( 51 578 374)	( 10 604 116)	51 578 374	( 10 604 116)	( 10 604 116)	-	-
Resultado líquido do período	2		-	-	-	( 51 578 374)	( 10 604 116)	51 578 374	( 10 604 116)	( 10 604 116)	-	-
Resultado Integral	3		-	-	-	-	-	( 95 398 259)	( 95 398 259)	( 95 398 259)	-	-
Operações com detentores de capital no período	4 = 2 + 3		-	-	-	( 51 578 374)	( 10 604 116)	( 43 820 886)	( 106 005 375)	( 106 005 375)	-	-
Realizações de capital			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período de 2020	5	3 = 1+2+3+5	3 959 489 351	24 703	1 306 650	(5 828 729 654)	104 631 300	( 95 398 259)	(1 778 676 801)	(1 778 676 801)	-	-

Contabilista Certificado - Dr Ana Cordeiro

Presidente - Eng.º Nuno Pinho de Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe					Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio			
Posição no início do período de 2019	1	20 a 24	3 931 000 000	24 703	1 306 650	(6 190 140 886)	197 946 202	(1 05 626 933)	(2 165 489 263)
Alterações no período			-	-	-	-	-	-	-
Primeira adoção de novo referencial contabilístico			-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contabilísticas			-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras			-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização			-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos			-	-	-	-	-	-	-
Otras alterações reconhecidas no capital próprio			-	-	-	-	-	-	-
	<b>2</b>		-	-	-	(1 05 626 933)	(2 710 778)	1 05 626 933	(2 710 778)
Resultado líquido do período	3		-	-	-	(1 05 626 933)	(2 710 778)	1 05 626 933	(2 710 778)
<b>Resultado integral</b>	<b>4 = 2 + 3</b>		-	-	-	(1 05 626 933)	(2 710 778)	54 048 569	(54 288 152)
O perações com detentores de capital no período			-	-	-	-	-	-	-
Realizações de capital			28 489 351	-	-	-	-	-	28 489 351
Realizações de prémios de emissão			-	-	-	-	-	-	-
Distribuições			-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas			-	-	-	51 8 616 538	-	-	51 8 616 538
Otras operações			-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição no fim do período de 2019</b>	<b>5 = 1+2+3+4</b>		<b>3 959 489 351</b>	<b>24 703</b>	<b>1 306 650</b>	<b>(5 777 1 51 200)</b>	<b>195 235 424</b>	<b>(51 576 374)</b>	<b>547 1 05 889</b>
									<b>(1 672 673 526)</b>

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinto da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Ouedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malho

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

**Demonstração individual dos fluxos de caixa**

Período findo em 31 de dezembro de 2020

(valores em euros)

<b>DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA</b>	<b>31-dez-20</b>	<b>31-dez-19</b>
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	280 483 153	339 267 509
Pagamentos a fornecedores	( 206 194 020)	( 189 675 251)
Pagamentos ao pessoal	( 132 879 854)	( 112 801 022)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>( 58 590 721 )</b>	<b>36 791 236</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	( 5 846)	( 530 213)
Outros recebimentos/pagamentos	9 572 943	5 463 325
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>( 49 023 624 )</b>	<b>41 724 348</b>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	( 7 610 563)	( 22 096 706)
Outros ativos	-	( 13 000 000)
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	-	1 344 278
Investimentos financeiros	30 000	1 521 000
Outros ativos	-	13 000 000
Subsídios ao investimento	-	6 554 917
Juros e rendimentos similares	20 818	401 095
Dividendos	1 241 629	651 020
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>( 6 318 116 )</b>	<b>( 11 624 396 )</b>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	136 700 000	-
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	28 489 351
Cobertura de prejuízos	-	518 616 538
Outras operações de financiamento	48 038	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	( 71 693 333)	( 520 685 000)
Juros e gastos similares	( 16 654 345)	( 38 621 601)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>48 400 360</b>	<b>( 12 200 712 )</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>	<b>( 6 941 380 )</b>	<b>17 899 240</b>
Efeito das diferenças de câmbio	79	( 39)
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>39 719 205</b>	<b>12 785 051</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>32 777 904</b>	<b>30 684 252</b>

\* O saldo inicial de caixa e bancos inclui o saldo proveniente da EMEF decorrente do processo de fusão a 01/01/2020 no valor de € 9.034.953

Contabilista Certificado - Dr.ª Ana Coelho

Presidente - Eng.º Nuno Pinho da Cruz de Freitas

Vice-Presidente - Eng.º Pedro Miguel Sousa Pereira Guedes Moreira

Administradora - Dr.ª Ana Maria dos Santos Malhó

Administradora - Dr.ª Maria Isabel de Magalhães Ribeiro

Administrador - Eng.º Pedro Manuel Franco Ribeiro

Relatório e Contas 2020

# **ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# Identificação da entidade e período de relato (nota 1)

## Identificação da Entidade

A CP – Comboios de Portugal, E.P.E., é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede social na Calçada do Duque, n.º20, 1249-109 Lisboa, cujo atual regime jurídico e estatutos foram aprovados pelo Decreto-lei n.º137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo Decreto-lei nº 59/2012, de 14 de março, e, pelo Decreto-lei nº 124-A/2018, de 31 de dezembro e pelo Decreto-lei n.º174-B/2019, de 26 de dezembro<sup>4</sup>, embora este diploma só tenha produzido efeitos no dia 1 de janeiro de 2020.

Os objetos principais da atividade da CP são:

- a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram ou venham a integrar a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros;
- o fabrico e reabilitação, grande reparação e manutenção de equipamentos e veículos ferroviários, bem como o estudo de instalações oficinais para manutenção.

A integração no seu objeto da atividade de fabrico, reabilitação, grande reparação e manutenção resultou da fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP, com referência a 1 de janeiro de 2020.

O transporte de mercadorias foi objeto de cisão, em 2009, tendo passado a ser realizado pela CP Carga - Logística e Transporte Ferroviário de Mercadorias, S.A., com capital social detido integralmente pela CP até 2015, e alienado em 2016, à *Mediterranean Shipping Company Rail* (Portugal) – Operadores Ferroviários, S.A..

A CP como entidade pública empresarial está sujeita às orientações de gestão definidas pela Tutela Económica e Financeira, exercida pelos membros do Governo responsáveis pela área de Finanças e dos Transportes, bem como à jurisdição do Tribunal de Contas e à fiscalização da Inspeção Geral de Finanças.

Para além deste controlo, está previsto nos estatutos da entidade uma estrutura dualista de fiscalização composta por Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas.

A CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas demonstrações financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transações com as empresas do grupo apresentados na nota 7.

---

<sup>4</sup> A que acresce a Declaração de Retificação 10/2020, de 21 de fevereiro.

## Acesso à Infraestrutura

O estatuto do gestor das infraestruturas, Infraestruturas de Portugal, S.A. (abreviadamente IP), consta do Decreto-lei n.º91/2015, de 29 de maio.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infraestrutura encontra-se atualmente vertida no Decreto-lei n.º217/2015, alterado pelo Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro.

O artigo 10.º e seguintes regulam as regras de acesso à infraestrutura e aos serviços ferroviários.

Aí se prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas ações e decisões que devam ser tomadas em relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infraestruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do referido diploma serão devidas ao gestor da infraestrutura taxas de utilização pela utilização da infraestrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infraestrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infraestrutura é utilizada.

Para além da utilização do pacote mínimo de acessos da infraestrutura ferroviária, o diploma prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário compreende, tudo aquilo que é necessário ao efetivo exercício do direito de acesso à infraestrutura, ou sejam os serviços adicionais, acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços e os serviços auxiliares.

De acordo com o Diretório da Rede 2020, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia elétrica para tração, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e transportes excecionais e matérias perigosas. Ainda que a IP não tenha obrigação de prestar estes serviços se existirem alternativas viáveis e comparáveis no mercado, é política da IP prestá-los de forma não discriminatória, sempre que sejam solicitados e desde que haja capacidade disponível para o efeito.

Os serviços de acesso a instalações de serviços e ao fornecimento de serviços, compreendem, utilização de estações e apeadeiros, disponibilização de instalações operacionais em estações, disponibilização de espaços para instalação de equipamentos em áreas comuns das estações e fornecimento de Informações de natureza comercial. Estas instalações de serviços são geridas pela IP, nas quais podem ser prestados serviços a todas as empresas de transporte ferroviário que o solicitem, respeitando sempre o princípio da não discriminação.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a atividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, e a inspeção técnica do material circulante, realização de estudos de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, fornecimento de mão-de-obra para atividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto na legislação referida, o gestor da infraestrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

## Regime de Concessão

Em 1 de janeiro de 1951 a CP iniciou a exploração do transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-lei n.º38246, de 9 de maio de 1951.

Este contrato foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-lei n.º104/73, de 13 de março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-lei n.º205-B/75, de 16 de abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-lei n.º80/73, de 2 de março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se, entre outros aspetos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente, as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorria igualmente dos Regulamentos comunitários n.º1191/69 do Conselho, de 26 de junho, n.º1107/70, do Conselho de 4 de junho e n.º1893/91, do Conselho, de 20 de junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

O Regulamento comunitário n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro, alterado pelo Regulamento n.º2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro, e o Decreto-lei n.º167/2008, posteriormente publicados, veem, estabelecer o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, possibilitando a adoção transitória e gradual de medidas para a implementação de contratos de serviço público.

O Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro, que procede a revisão do Decreto-lei 58/2018, de 26 de março, do Decreto-lei n.º137-A/2009, de 12 de junho, e do Decreto-lei n.º217-/2015, de 7 de outubro, estabelece: (i) as regras gerais aplicáveis a todos os operadores de transporte ferroviário de passageiros, (ii) altera o regime jurídico aplicável à CP, e (iii) revê o regime de gestão e utilização da infraestrutura ferroviária e acesso à atividade ferroviária, com vista ao reforço da independência do gestor de infraestrutura e à introdução dos mecanismos necessários para que a organização da rede ferroviária permita a exploração de serviços de acesso livre e de serviços prestados ao abrigo de um contrato de serviço público, procedendo:

- a) À transposição da Diretiva (UE) 2016/2370, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera a Diretiva 2012/34/UE no que respeita à abertura do mercado nacional de transporte ferroviário de passageiros e à governação da infraestrutura ferroviária; e
- b) À conformação das normas legais nacionais ao Regulamento (UE) 2016/2338, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, que altera o Regulamento (CE) n.º1370/2007 no que respeita à abertura do mercado nacional de serviços de transporte ferroviário de passageiros.

A Resolução do Conselho de Ministros 188-A/2018, de 31 de dezembro, vem esclarecer a competência dos Ministros das Finanças e do Planeamento e das Infraestruturas, com a faculdade de subdelegação, para aprovar a minuta do contrato de serviço público a celebrar com a CP, bem como autoriza a despesa com a respetiva indemnização compensatória a pagar pelo Estado nos termos da Lei do Orçamento do Estado para 2019.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Em 2020 foram pagas à CP as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

## Contrato de serviço público

A celebração de contrato de serviço público, nos quais se definem as obrigações de serviço público no que concerne o transporte ferroviário de passageiros em território nacional, e as correspondentes compensações financeiras, é o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a CP, bem como as respetivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-lei n.º558/99, de 17 de

dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º300/2007, de 23 de agosto, e entretanto revogados e substituídos pelo Decreto-lei n.º133/2013, de 3 de outubro, e posteriormente alterado pela Lei n.º75-A/2014, de 30 de setembro, e pela Lei n.º42/2016, de 28 de dezembro. No artigo 39.º do Decreto-lei n.º133/2013 é referido, para além de outras responsabilidades, competir exclusivamente aos ministérios setoriais, a definição do nível de serviço público a prestar pelas empresas e a promoção das diligências necessárias para a respetiva contratualização.

O Decreto-lei n.º137-A/2009, alterado pelo Decreto-lei n.º59/2012, de 14 de março, e pelo Decreto-lei n.º124-A/2018, de 31 de dezembro, veio consagrar o enquadramento que permite a contratualização dos serviços de transporte público ferroviário prestados pela CP, reconhecendo que a CP, E. P. E, é um operador interno do Estado, devendo a sua atividade de prestação do serviço público de transporte ferroviário de passageiros ser enquadrada em contrato de serviço público, que deve incluir disposições específicas sobre os serviços relativamente aos quais se justifica a existência de obrigações de serviço público. Esse contrato é celebrado nos termos do Regulamento (CE) n.º1370/2007, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2007, e da Lei n.º52/2015, de 9 de junho, ambos na sua redação atual, e as disposições contratuais relativas à prestação de serviços públicos incluídas no contrato devem ser compatíveis com os objetivos estratégicos da política de transportes públicos.

Anteriormente, em 24 de março de 2011, a CP tinha celebrado com o Estado o contrato que denominado "Regime Transitório de Financiamento do Serviço Público", tendo por objeto a definição das condições de prestação do serviço público, com prazo de vigência entre o dia 24 de março de 2011 e o dia 31 de dezembro de 2019.

No entanto, tendo em consideração o Plano Estratégico dos Transportes para o período de 2011 a 2015, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2011, de 10 de novembro, o referido contrato revelou-se inadequado, sendo a revisão necessária de tal forma profunda, que se afigurou preferível celebrar novo contrato.

Nesse contexto a CP e o Estado acordaram em revogar o contrato que haviam assinado, sendo devidas à CP, enquanto não fosse formalizado novo contrato de serviço público, indemnizações compensatórias, que se destinavam a cobrir custos em que a CP efetivamente incorreu por conta do serviço público prestado.

Por isso as indemnizações compensatórias atribuídas à CP, referentes ao ano 2019, constam da Resolução do Conselho de Ministros n.º156/2019, publicada em Diário da República n.º177/2019, Série I de 16 de setembro de 2019.

Finalmente, em cumprimento do referido Regulamento (CE) n.º1370/2007, na sua redação atual, em 28 novembro de 2019, a CP celebrou com o Estado o contrato de serviço público respeitante ao transporte ferroviário nacional de passageiros, por um período de 10 anos (com possibilidade de prorrogação por mais cinco anos, se entretanto se tiverem verificado as condições para o efeito), onde constam os serviços abrangidos, as obrigações de serviço público a que a CP está obrigada, a respetiva compensação, os direitos exclusivos e os indicadores operacionais quantificáveis de aferição de incumprimento.

O referido contrato de serviço público foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020, estando as compensações financeiras associadas ao mesmo identificadas na nota 30 deste anexo.

## Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras (nota 2)

### Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da CP – Comboios de Portugal, EPE, referentes ao período de 2020 foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em conformidade com o previsto no n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-B/2020.

O SNC é composto pelas Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras (BADF), Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF), Código de Contas (CC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), Normas Interpretativas (NI) e Estrutura Conceptual.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da empresa, no dia 15 de junho de 2021, são expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas das demonstrações financeiras da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 4, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2020 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o período findo a 31 de dezembro de 2019.

### Derrogações ao SNC

Não foram feitas derrogações às disposições do SNC.

## Valores comparativos

Não foram efetuadas alterações de políticas contábilísticas ou detetados erros materiais que afetem a comparação de valores entre os exercícios.

Por força da fusão por incorporação da EMEF na CP, com efeitos a 1 de janeiro de 2020, tal como definido no Decreto-lei n.º 174/2019-B, publicado em 26 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras de 2020 integram a atividade de manutenção e reparação de material circulante anteriormente realizada pela EMEF, o que significa que os valores relativos ao exercício de 2020 não são diretamente comparáveis com os verificados no período homólogo<sup>5</sup>.

## Valores Resultantes da Fusão com a EMEF

A fusão da CP com a EMEF concretizada a 1 de janeiro de 2020, afetou o balanço da CP nesta data da seguinte forma:

---

<sup>5</sup> As demonstrações financeiras de 2019, usadas como comparativo no exercício de 2020, correspondem às demonstrações divulgadas e objeto de certificação legal de contas com referência ao exercício de 2019, refletindo a participação da CP na EMEF por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e sua integração no resultado individual da CP.

RUBRICAS	DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS		BALANÇO DE ARRANQUE - CP + EMEF						IMPACTO FUSÃO EMEF	
	CP	EMEF	BALANÇO CP+EMEF (dados migrados) 01 Janeiro 2020	ANULAÇÕES			BALANÇO ARRANQUE CP+EMEF 01 Janeiro 2020			
	31-dez-19	31-dez-19		Capital Próprio e Participações	Faturação + Especializ	Reclassificação		Anulação do adiantamento de ativo registado na EMEF		Registo dos trabalhos em curso em AFT
ATIVO	(1)	(2)	(3)= (1)+(2)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)= (3) a (8)	(10)= (2)+ (4) a (8)
Ativo não corrente										
Ativos fixos tangíveis	437 657 524	5 387 044	443 044 568				( 3 378 844)	1 951 402	441 617 126	3 959 602
Ativos fixos intangíveis	-	222 647	222 647						222 647	222 647
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	47 840 731	1 242 922	49 083 653	( 34 327 974)	( 10 250 000)				4 505 679	( 43 335 052)
Outros Investimentos Financeiros	27 805 285	43 852	27 849 137						27 849 137	43 852
	<b>513 303 540</b>	<b>6 896 465</b>	<b>520 200 005</b>	<b>( 34 327 974)</b>	<b>( 10 250 000)</b>		<b>( 3 378 844)</b>	<b>1 951 402</b>	<b>474 194 589</b>	<b>( 38 108 951)</b>
Ativo corrente										
Inventários	3 955 631	30 181 238	34 136 869						34 136 869	30 181 238
Clientes	6 730 885	8 623 846	15 354 731		( 2 810 163)				12 544 568	5 813 683
Estado e outros entes públicos	9 167 445	-	9 167 445						9 167 445	-
Outros créditos a receber	4 864 552	9 384 929	14 249 481		( 2 624 733)	( 1 470 345)		( 907 183)	9 247 220	4 382 668
Diferimentos	896 288	525 163	1 421 451						1 421 451	525 163
Ativos não correntes detidos para venda	4 445 005	-	4 445 005						4 445 005	-
Caixa e depósitos bancários	30 684 252	9 034 953	39 719 205						39 719 205	9 034 953
	<b>60 744 058</b>	<b>57 750 129</b>	<b>118 494 187</b>	<b>-</b>	<b>( 5 434 896)</b>	<b>( 1 470 345)</b>	<b>-</b>	<b>( 907 183)</b>	<b>110 681 763</b>	<b>48 937 705</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>574 047 598</b>	<b>64 646 594</b>	<b>638 694 192</b>	<b>( 34 327 974)</b>	<b>( 15 684 886)</b>	<b>( 1 470 345)</b>	<b>( 3 378 844)</b>	<b>1 044 219</b>	<b>584 876 352</b>	<b>10 828 754</b>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO										
Capital próprio										
Capital subscrito	3 959 489 351	8 100 000	3 967 589 351	( 8 100 000)					3 959 489 351	-
Outros instrumentos de capital próprio	-	10 316 222	10 316 222	( 10 316 222)					-	-
Reservas legais	24 703	322 250	346 953	( 322 250)					24 703	-
Outras reservas	1 306 650	617 458	1 924 108	( 617 458)					1 306 650	-
Resultados transitados	(5 777 151 280)	4 308 126	(5 772 843 154)	( 4 308 126)					(5 777 151 280)	-
Ajust/out variações capital próprio	195 235 424	-	195 235 424	-					195 235 424	-
Resultado líquido do período	( 51 578 374)	10 663 918	( 40 914 456)	( 10 663 918)	( 450 457)		220 004		( 51 808 827)	( 230 453)
Interesses minoritários										
<b>Total do capital próprio</b>	<b>(1 672 673 526)</b>	<b>34 327 974</b>	<b>(1 638 345 552)</b>	<b>( 34 327 974)</b>	<b>( 450 457)</b>		<b>220 004</b>	<b>-</b>	<b>(1 672 603 979)</b>	<b>( 230 453)</b>
Passivo										
Passivo não corrente										
Provisões	14 290 852	1 963 827	16 254 679						16 254 679	1 963 827
Financiamentos obtidos	785 416 398	8 550 000	793 966 398		( 8 550 000)				785 416 398	-
	<b>789 707 250</b>	<b>10 513 827</b>	<b>810 221 077</b>	<b>-</b>	<b>( 8 550 000)</b>		<b>-</b>		<b>801 671 077</b>	<b>1 963 827</b>
Passivo corrente										
Fornecedores	8 264 962	4 737 291	13 002 253		( 2 056 969)				10 945 284	2 680 322
Estado e outros entes públicos	766 770	3 333 486	4 100 256						4 100 256	3 333 486
Financiamentos obtidos	1 281 235 333	1 700 000	1 282 935 333		( 1 700 000)				1 281 235 333	-
Outras dívidas a pagar	156 746 809	7 384 444	164 131 253		( 4 497 537)				159 633 716	2 886 907
Diferimentos	-	2 649 572	2 649 572		1 570 067	( 1 470 345)	( 3 598 848)	1 044 219	194 665	194 665
	<b>1 447 013 874</b>	<b>19 804 793</b>	<b>1 466 818 667</b>	<b>-</b>	<b>( 6 684 439)</b>	<b>( 1 470 345)</b>	<b>( 3 598 848)</b>	<b>1 044 219</b>	<b>1 466 109 254</b>	<b>9 095 380</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>2 246 721 124</b>	<b>30 318 620</b>	<b>2 277 039 744</b>	<b>-</b>	<b>( 15 234 439)</b>	<b>( 1 470 345)</b>	<b>( 3 598 848)</b>	<b>1 044 219</b>	<b>2 257 780 331</b>	<b>11 059 207</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>574 047 598</b>	<b>64 646 594</b>	<b>638 694 192</b>	<b>( 34 327 974)</b>	<b>( 15 684 886)</b>	<b>( 1 470 345)</b>	<b>( 3 378 844)</b>	<b>1 044 219</b>	<b>584 876 352</b>	<b>10 828 754</b>

## Adoção Pela Primeira Vez das NCRF – Divulgação Transitória (nota 3)

A empresa efetuou a transição para as NCRF, em 1 de janeiro de 2009, e essas demonstrações financeiras foram divulgadas pela primeira vez no Relatório e Contas de 2010, com os valores comparativos já convertidos para NCRF.

# Principais Políticas Contabilísticas

## (nota 4)

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo.

### Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros detidos para negociação, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

As participações financeiras encontram-se reconhecidas pelo método da equivalência patrimonial sempre que existe controlo ou influência significativa sobre essas empresas por parte da CP.

Ativos não correntes detidos para venda e os grupos de ativos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respetivos custos de alienação.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer a formulação de julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis, de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados nos pontos, "Juízos de valor", "Principais pressupostos relativos ao futuro" e "Principais fontes de incerteza das estimativas" constantes desta nota.

## Políticas contabilísticas relevantes

### Ativos Intangíveis

#### Reconhecimento e valorização

Nem todos os itens intangíveis satisfazem a definição de um ativo intangível. Se um item intangível não satisfizer a definição de ativo intangível é reconhecido como gasto quando for incorrido.

Um ativo intangível é um ativo não monetário, sem substância física, que cumpre os seguintes critérios: identificabilidade, controlo sobre o recurso, e existência de benefícios económicos futuros. Adicionalmente o custo do ativo tem de ser fiavelmente mensurado, e tem de existir uma expectativa de utilização por mais do que um exercício económico.

Os ativos intangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

A CP procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

O custo de aquisição de licenças de novos programas informáticos é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e colocação do *software* para utilização. Encontram-se registados ao custo de aquisição e são capitalizados sempre que sejam satisfeitos os requisitos para o reconhecimento.

As amortizações são calculadas habitualmente pelo método das quotas constantes, pelo período de 3 anos, sem prejuízo da revisão desta estimativa, sempre que tal se justifique.

É provável que a maioria dos dispêndios subsequentes mantenham os futuros benefícios económicos esperados incorporados num ativo intangível existente. Portanto, apenas raramente os dispêndios subsequentes – dispêndios incorridos após o reconhecimento inicial de um ativo intangível adquirido ou após a conclusão de um ativo intangível gerado internamente – são reconhecidos na quantia escriturada de um ativo. Consistentemente, os dispêndios subsequentes com itens substancialmente semelhantes são reconhecidos como gastos quando incorridos. As despesas posteriores ao reconhecimento inicial não são adicionadas ao custo inicial do ativo intangível a não ser que seja provável que permitam ao ativo gerar fluxos de caixa superiores aos inicialmente previstos e essas despesas possam ser avaliadas e atribuídas ao ativo de uma forma fiável.

## Ativos fixos tangíveis

### Reconhecimento e valorização

Os ativos fixos tangíveis da CP encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para as NCRF (1 de janeiro de 2009) a CP decidiu considerar como custo dos ativos fixos tangíveis o seu valor reavaliado, determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com as NCRF.

O custo inclui o preço de compra, incluindo impostos não reembolsáveis e excluindo descontos comerciais e abatimentos, como ainda os custos necessários para colocar o ativo na localização e condição de funcionamento, nomeadamente as despesas de transporte e montagem.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a CP. Todas as despesas com a manutenção e reparação corrente que não aumentem a vida útil do bem ou a sua capacidade produtiva ou que não correspondam a substituições a intervalos regulares (grandes intervenções realizadas com intervalos que variam entre os 2 e os 15 anos) de itens do ativo são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Alguns itens do ativo fixo tangível poderão necessitar de substituições em intervalos regulares (grandes reparações). Nestas circunstâncias é reconhecida na quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível o custo da peça de substituição desse item, quando o custo for incorrido, se os critérios de reconhecimento forem cumpridos. A quantia escriturada das peças que são substituídas é desreconhecida, de acordo com o previsto na NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis.

### Ativos fixos tangíveis do Estado afetos às operações da CP e subsídios ao investimento

Os ativos fixos tangíveis da CP incluem ativos propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) e que se encontram alocados à atividade operacional da empresa. Os ativos disponibilizados pelo Estado Português, sem que se transfira a propriedade do mesmo, são registados nas demonstrações financeiras da CP de forma a permitir uma apreciação da performance económica da Entidade.

## Despesas de manutenção e reparação

### Material circulante:

- As despesas com a manutenção corrente incorridas durante a vida útil do material circulante são reconhecidas como gastos operacionais;
- As despesas incorridas em grandes reparações plurianuais imprescindíveis para que o bem continue a operar são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, como componentes específicas do material circulante, e depreciadas pela sua vida útil estimada, separadamente da componente principal. Quando cada grande reparação é efetuada, o seu custo é reconhecido na quantia escriturada do item do ativo fixo tangível como substituição, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Qualquer quantia escriturada remanescente do custo da grande reparação anterior é desreconhecida; e,
- As despesas incorridas no final da vida útil da componente principal, que incluam a transformação e modernização desta, são reconhecidas em ativos fixos tangíveis e depreciados pela extensão da vida útil esperada.

### Edifícios e instalações fixas:

- As despesas de manutenção corrente e de reparação (contratos de manutenção, inspeções técnicas, etc.) são reconhecidos como gastos operacionais;
- As despesas incorridas com grandes intervenções que aumentam a vida útil ou a capacidade do ativo são reconhecidas em ativos fixos tangíveis, através da substituição parcial ou total da componente substituída.

A manutenção e a reparação destes ativos fixos tangíveis são da responsabilidade da CP durante o período em que estes estão afetos às suas operações. Os custos de manutenção e reparação são registados nos resultados do período em que são incorridos, em conformidade com o princípio da especialização dos exercícios.

## Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é calculada pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens.

<b>Descritivo do bem</b>	<b>Anos</b>
Edifícios e outras construções -Estado	3 a 50
Edifícios e outras construções -CP	3 a 50
<i>Material circulante:</i>	
Locomotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	17 a 35
- Componente Secundária	5 a 15
Automotoras a <i>diesel</i> e elétricas:	
- Componente Principal	14 a 30
- Componente Secundária	2 a 15
Carruagens de passageiros:	
- Componente Principal	15 a 30
- Componente Secundária	2 a 12
Equipamento de transporte	4 a 12
Equipamento administrativo e utensílios	3 a 18
Outros ativos fixos tangíveis	5 a 20

Os ativos fixos tangíveis que são propriedade do Estado (ativos constantes do despacho conjunto nº 261/99, de 24 de março) encontram-se a ser depreciados, desde 1999, à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de setembro.

Na determinação das quantias depreciáveis não foram considerados valores residuais.

## **Subsídios governamentais**

Os subsídios governamentais relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, quando existe segurança de que o subsídio será recebido e que a CP cumprirá com os requisitos exigidos para a sua atribuição. Os subsídios que compensam a CP por gastos e perdas incorridos são reconhecidos como rendimento na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam a CP pela aquisição de um ativo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do ativo.

## **Capitalização de custos com empréstimos e outros custos diretamente atribuíveis**

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. Um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado pela aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efetuados. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para estar disponível para uso ou para venda. A

capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas.

## **Imparidade**

A CP considera que, a natureza do seu material circulante e, em particular, a ausência de interoperabilidade com a rede europeia, inviabiliza o apuramento de um valor de mercado apropriado para este material, pela ausência de um mercado ativo. Assim, este valor apenas é determinado quando existem propostas de venda para material específico ou pela determinação de um valor residual.

No que respeita à determinação do valor de uso, este deve refletir os fluxos de caixa esperados, atualizados a uma taxa de desconto apropriada para o negócio. A CP considera que, para o cálculo dos fluxos de caixa esperados, se deve ter em conta as características do serviço público prestado bem como as especificidades da estrutura de financiamento que tem vindo a ser seguida.

Quando se verificam situações específicas que evidenciam que um ativo possa estar em imparidade, nomeadamente quando o material circulante deixou de prestar serviço, é determinado o valor recuperável, e reconhecida uma perda por imparidade para que o valor líquido de um ativo corresponda à estimativa do seu valor recuperável. Desta forma, as perdas por imparidade são reconhecidas em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado de entre o seu preço de venda (valor realizável líquido) deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## **Investimentos Financeiros em subsidiárias e associadas**

### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias todas as entidades controladas pela empresa.

Considera-se que existe controlo sobre uma entidade quando se detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma.

Presume-se a existência de controlo quando a empresa detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma empresa ou de uma atividade económica a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem detida seja inferior a 50%.

Os investimentos em subsidiárias são contabilizados pelo método de compra, sendo apurado o justo valor dos ativos e passivos e o eventual *goodwill* incluído na quantia escriturada do investimento, o qual é amortizado. O *goodwill* é testado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Subsequentemente são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial desde a data em que a empresa assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa.

Se a parte da empresa nas perdas da subsidiária exceder o seu interesse na subsidiária, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de uma provisão pela totalidade das responsabilidades da CP nas empresas subsidiárias.

## Associadas

A mensuração dos investimentos em associadas nas demonstrações financeiras individuais é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

As associadas são entidades nas quais a empresa tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre as suas políticas financeiras e operacionais. Presume-se que a empresa exerce influência significativa quando detém mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso a empresa detenha menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que não exerce influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

Se a parte da empresa nas perdas da associada exceder o seu interesse na associada, é descontinuado o reconhecimento da sua parte de perdas adicionais. Considera-se ainda interesse na associada, a quantia escriturada de acordo com o método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo, cuja liquidação não esteja planeada nem seja provável que ocorra no futuro previsível, como é o caso dos empréstimos de longo prazo. As perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos a favor da investida.

## Outros Ativos/Passivos Financeiros

A CP apenas reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio quando se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

A CP mensura os seus ativos/passivos financeiros ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos mensurados ao justo valor através de resultados são revalorizados pelos seus justos valores, por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juro efetiva.

## **Mensuração ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade**

São mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade os seguintes instrumentos financeiros:

- Instrumentos financeiros:
  - À vista ou com uma maturidade definida;
  - Cujos retornos para o seu detentor sejam de montante fixo, de taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou de taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante; e
  - Que não contenham nenhuma cláusula contratual que possa resultar para o seu detentor em perda do valor nominal e do juro acumulado (excluindo-se os casos típicos de risco de crédito), nomeadamente contas a receber de clientes, outras contas a receber, contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos bancários.
  
- Contratos para conceder ou contrair empréstimos que:
  - Não possam ser liquidados em base líquida,
  - Quando executados, se espera que reúnam as condições para reconhecimento ao custo ou ao custo amortizado menos perdas por imparidade; e
  - A entidade designe, no momento do reconhecimento inicial, para serem mensurados ao custo menos perdas por imparidade.
  
- Investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultem na entrega de tais instrumentos, os quais devem ser mensurados ao custo menos perdas por imparidade.

## Mensuração ao justo valor através dos resultados

Os instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo ou custo amortizado, conforme anteriormente referido, devem ser mensurados ao justo valor.

Os instrumentos financeiros para os quais não seja possível obter com fiabilidade os seus justos valores são mensurados ao custo ou ao custo amortizado menos perda por imparidade.

## Imparidade

À data de cada período de relato financeiro, é avaliada a imparidade dos ativos, e caso exista evidência objetiva de imparidade, é reconhecida uma perda por imparidade nos resultados.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

## Entidades conjuntamente controladas

Nos empreendimentos conjuntos sob a forma de entidades conjuntamente controladas, a empresa inclui nos seus registos contabilísticos e reconhece nas suas demonstrações financeiras:

- As contribuições em dinheiro ou em recursos, sob a forma de investimento na entidade conjuntamente controlada;
- A sua parte dos lucros da entidade conjuntamente controlada;
- As perdas resultantes de contribuições ou vendas de ativos à entidade conjuntamente controlada, quando resultantes de uma redução do valor realizável líquido de ativos correntes ou de uma perda por imparidade;
- Os ganhos resultantes de contribuições ou vendas são reconhecidos pela totalidade quando os ativos já foram realizados pela entidade conjuntamente controlada. Se os ativos ainda permanecerem no empreendimento conjunto apenas se reconhece a parcela do ganho atribuível à participação dos outros empreendedores; e,
- A parcela dos lucros do empreendimento conjunto que se refira a venda para o empreendedor deve ser deduzido do resultado do empreendimento conjunto, esta parcela dos lucros será reconhecida quando o empreendedor revender os ativos a terceiros.

O interesse na entidade conjuntamente controlada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial.

## Inventários

As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adotando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é reconhecida a imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao ativo. Periodicamente a empresa analisa estes ativos e sempre que estejam escriturados por quantias superiores àquelas que previsivelmente resultariam da sua venda ou uso, a empresa ajusta o seu valor reconhecendo uma imparidade.

## Clientes e outros créditos a receber

As contas a receber são mensuradas pelo seu valor nominal deduzido das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação das perdas estimadas, associadas aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço, as quais são registadas sempre que a dívida ultrapassa os 240 dias e não está coberta por garantias e/ou notas de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

## Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de elevada liquidez e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica de financiamentos obtidos.

## Empréstimos e descobertos bancários

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data. Subsequentemente, os empréstimos são mensurados pelo método do custo amortizado. Qualquer diferença entre a componente de passivo e a quantia nominal a pagar, à data de maturidade, é reconhecida como gastos de juro utilizando o método da taxa de juro efetiva.

São classificados em passivo corrente os montantes em dívida dos contratos de financiamento que satisfaçam qualquer um dos seguintes critérios:

- Se espere que sejam liquidados durante o ciclo operacional normal da entidade;

- Estejam detidos essencialmente para a finalidade de serem negociados;
- Devam ser liquidados num período até doze meses após a data do balanço; e,
- A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.

Todos os outros empréstimos são classificados como passivo não corrente.

Desta forma, é classificado em passivo não corrente o montante em dívida dos contratos de financiamento cuja exigibilidade estabelecida contratualmente seja superior a um ano.

## Ativos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os ativos não correntes ou grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através de venda, os ativos ou grupos de ativos estejam disponíveis para venda imediata e que a sua venda seja muito provável.

Também são classificados como ativos não correntes detidos para venda os ativos não correntes ou grupos de ativos adquiridos apenas com o objetivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os ativos não correntes e todos os ativos e passivos incluídos num grupo de ativos para venda, é efetuada de acordo com as NCRF aplicáveis. Após a sua classificação, estes ativos ou grupos de ativos são mensurados ao menor valor entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de alienação.

## Transações em moeda estrangeira

### Moeda Funcional e de apresentação

Os elementos incluídos nas demonstrações financeiras da CP são mensurados utilizando a moeda do ambiente económico em que a entidade opera (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação da CP.

## Transações e saldos

As transações em outras divisas, que não o euro, são convertidas em moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças/pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

## Reconhecimento do rédito

Os rendimentos gerados pela CP decorrem essencialmente da prestação de serviços de transporte de passageiros, da venda de bens e outros serviços relacionados com o transporte ferroviário e da prestação de serviços de manutenção, deduzidos de descontos e deduções ao preço. O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

Os serviços de transporte de passageiros prestados pela CP são normalmente concluídos dentro de cada período de relato. Os réditos decorrentes da atividade de transporte da CP são reconhecidos na demonstração dos resultados quando o serviço é prestado, ou seja, na data do início da viagem, e em que seja provável que a quantia das receitas e das despesas seja fiavelmente mensurável e que os benefícios económicos associados reverterão para a CP.

No que respeita a contratos de prestação de serviços de manutenção e reparação, o reconhecimento do rédito segue o previsto na NCRF 19 – Contratos de Construção.

Assim, quando o desfecho de um contrato pode ser estimado com fiabilidade, o rendimento e os gastos associados a esse contrato de construção são reconhecidos de acordo com o método da percentagem de acabamento. Segundo este método, o rendimento do contrato é reconhecido proporcionalmente aos gastos suportados no âmbito do mesmo, tendo por referência a proporção de trabalho concluído (fase de acabamento do contrato). Deste modo, a utilização deste método possibilita o relato do rendimento, dos gastos, e do resultado líquido que pode ser atribuído à proporção de trabalho concluído, fornecendo informação útil sobre a extensão da atividade e o grau de cumprimento do contrato no período em análise.

Para determinação da fase de acabamento do contrato é, designadamente, tida em consideração a proporção dos custos incorridos relativamente aos custos estimados totais para a execução do contrato.

Nos casos em que o desfecho de um contrato não possa ser estimado com fiabilidade, o rédito é reconhecido apenas até ao ponto em que seja provável que os custos incorridos sejam recuperáveis, sendo os gastos reconhecidos no período em que são suportados.

Sempre que, face aos custos incorridos e a incorrer no âmbito de um contrato, seja previsível que o somatório destes exceda o total dos réditos reconhecidos e a reconhecer, é reconhecida uma perda nos resultados do período em que ela seja constatada, a título de provisão.

## Reconhecimento de Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o pressuposto subjacente do regime de acréscimo (periodização económica). As demonstrações financeiras preparadas informam não somente das transações passadas envolvendo o pagamento e o recebimento de caixa mas também das obrigações de pagamento de futuro e de recursos que representem caixa a ser recebida no futuro. A especialização dos exercícios é efetuada através da utilização das rubricas de outros créditos a receber e outras dívidas a pagar e da rubrica de diferimentos.

## Provisões

As provisões são reconhecidas quando (i) a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, proveniente de um acontecimento passado (ii) seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O valor provisionado é o valor considerado necessário para fazer face a perdas económicas estimadas. Quando o efeito temporal do dinheiro for material, a quantia de provisão é apresentada pelo valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação.

## Juros e Rendimentos similares obtidos e Juros e Gastos similares suportados

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Sendo reconhecidos em gastos e perdas do período, o seu reconhecimento é efetuado de acordo com o regime de acréscimo e de acordo com a taxa de juro efetiva aplicável.

## Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no mesmo.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Em 2020, a empresa não reconhece quaisquer ativos ou passivos por impostos diferidos, por considerar que não existem expectativas de que o grupo de sociedades, abrangido pelo regime especial de tributação, venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP ou que gerem pagamentos de imposto sobre o rendimento.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o RETGS (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades), pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 14.

## Ativos e passivos contingentes

### Ativos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados no anexo quando seja provável um influxo de benefícios económicos.

## Passivos contingentes

Um passivo contingente surge quando exista:

- Uma possível obrigação proveniente de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não ocorrência, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou
- Uma obrigação presente resultante de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:
  - i. não é provável que um exfluxo de recursos, que incorporem benefícios económicos, seja necessário para liquidar a obrigação; ou
  - ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo às respetivas demonstrações, a menos que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros seja remota.

## Locações

A CP classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da substância e não da forma do contrato.

Classificam-se como operações de locação financeira as operações em que a locadora transfere para o locatário todos os riscos e benefícios inerentes à posse do ativo locado. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Os pagamentos efetuados pela CP à luz dos contratos de locação operacional são registados como gasto do período a que dizem respeito.

## Acontecimentos Subsequentes

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 15 de junho de 2021, data em que foram aprovadas pelo Órgão de Gestão, conforme referido na nota 2.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras. Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na nota 45.

## Juízos de Valor

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa.

## Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade das operações.

O Conselho de Administração entende adequado a preparação das demonstrações financeiras numa base de continuidade considerando os fatores adiante descritos:

- A assinatura do contrato de serviço público de transporte ferroviário de passageiros, celebrado com o Estado Português, em 28 de novembro de 2019;
- O Estado tem garantido todo o seu apoio à empresa, nomeadamente no que respeita ao suporte necessário ao financiamento da empresa, com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração e investimento; e
- Acresce ainda mencionar a relevância do serviço que hoje a CP presta à economia portuguesa, e a relevância do transporte ferroviários de passageiros a nível europeu, sendo um fator vital para o funcionamento da atividade económica, reforçando a necessidade de o Estado assegurar o apoio necessário à continuidade da CP.

## Principais fontes de incerteza das estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes.

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As principais fontes de incerteza das estimativas à data de balanço, que têm um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte, são:

## Vida útil de ativos fixos tangíveis

A vida útil de um ativo é definida em termos da utilidade esperada do ativo para a entidade. A política de gestão de ativos da entidade pode envolver a alienação de ativos após um período especificado ou após consumo de uma proporção especificada dos futuros benefícios económicos incorporados no ativo. Por isso, a vida útil de um ativo pode ser mais curta do que a sua vida económica. A estimativa da vida útil do ativo é uma questão de juízo de valor baseado na experiência da entidade com ativos semelhantes.

## Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela CP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber, face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

## Inventários

A empresa compara semestralmente o valor realizável dos inventários, com o valor reconhecido nas contas da empresa, e sempre que necessário reconhece uma imparidade para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo o valor da imparidade apresentado como dedução ao ativo.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários, sem prejuízo de as imparidades determinadas pela aplicação destes critérios poderem vir a divergir das que venham a ser efetivamente apuradas no fim da vida útil do ativo:

- Materiais com aplicação em material circulante da CP

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

- Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

- Peças reparáveis “rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

- Restantes materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

## Provisões

As provisões correspondem a passivos de montante ou de ocorrência temporal incerta. A CP, tendo em consideração o princípio da prudência, tem constituído provisões sempre que existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), proveniente de um acontecimento passado, em que seja provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação e se possa efetuar uma estimativa fiável da mesma. No que respeita nomeadamente à constituição de provisões para processos judiciais, estas requerem o uso de julgamento, tendo por base as últimas informações conhecidas na data de elaboração das demonstrações financeiras, nomeadamente no que respeita à probabilidade de perda do processo judicial e do valor estimado dessa perda. As alterações destas estimativas podem implicar impactos nos resultados.

## Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o seu valor contabilístico líquido e o seu justo valor, deduzido dos custos para os alienar. Na determinação do justo valor, nomeadamente no que respeita a material circulante, e tendo em consideração a ausência de mercado ativo, é considerado pela CP, como referência, o valor de transações recentes com material semelhante, ajustando esse valor às características técnicas do material e à procura existente. Com base no valor estimado de venda é determinada a existência e o montante da imparidade a reconhecer, sendo que o verdadeiro impacto só será conhecido no momento da venda efetiva dos ativos, o que pode implicar variações com algum significado nos resultados. Atualmente o valor do material circulante detido para venda está ajustado ao valor de sucata.

## Fluxo de Caixa (nota 5)

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como atividades de investimento.

A 31 de dezembro de 2020 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A demonstração de fluxos de caixa com referência ao período de 2020 evidencia fluxos de caixa das atividades operacionais negativos, e com um decréscimo, em cerca de 90,7 milhões de euros, quando comparado com o período homólogo. Esta situação resulta essencialmente da diminuição dos recebimentos de clientes em consequência do impacto provocado pela pandemia COVID-19, que originou uma diminuição bastante acentuada no transporte de passageiros. De salientar que esta situação foi em parte colmatada pelo recebimento da compensação financeira que decorreu da assinatura do contrato de serviço público, conforme descrito na nota 1.

Ainda no que diz respeito aos fluxos de caixa operacionais, de registar o aumento nos pagamentos a fornecedores (16,5 milhões de euros) e ao pessoal (20,1 milhões de euros), que resulta fundamentalmente da fusão da EMEF na CP.

Ao nível dos fluxos de caixa das atividades de investimento, de salientar a diminuição nos pagamentos de ativos fixos tangíveis (14,5 milhões de euros). Este facto resulta também da operação de fusão já referida anteriormente, dado que em 2019 grande parte do investimento tinha origem nas grandes reparações efetuadas pela EMEF e que em 2020 passaram a ser registadas como trabalhos para a própria entidade.

No que diz respeito às atividades de financiamento, de destacar o aumento dos financiamentos obtidos, em resultado da quebra de receita originada pela pandemia.

## Rubrica de Caixa e depósitos bancários

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Caixa	372 542	2 500	488 806
Depósitos bancários	32 405 362	9 032 453	30 195 446
<b>Sub total</b>	<b>32 777 904</b>	<b>9 034 953</b>	<b>30 684 252</b>
Descobertos bancários	-	-	-
<b>Total</b>	<b>32 777 904</b>	<b>9 034 953</b>	<b>30 684 252</b>

## Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação das rubricas de caixa e depósitos bancários:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Caixa			
Caixa central	49	500	850
Caixa pequena	2 600	-	2 600
FFC tesouraria	15 395	-	10 845
Caixa estações	349 498	-	469 511
Caixa MVAS	5 000	-	5 000
Parques oficiais	-	2 000	-
	<b>372 542</b>	<b>2 500</b>	<b>488 806</b>
Depósitos à ordem			
Banco Português de Investimento	841 298	130 479	1 940 099
Caixa Geral de Depósitos	965	-	1 206
Inst. Gestão Crédito Público	31 493 422	8 867 656	28 254 141
Millennium BCP	69 677	34 318	
	<b>32 405 362</b>	<b>9 032 453</b>	<b>30 195 446</b>
<b>Sub total</b>	<b>32 777 904</b>	<b>9 034 953</b>	<b>30 684 252</b>
Descobertos bancários	-	-	-
<b>Total</b>	<b>32 777 904</b>	<b>9 034 953</b>	<b>30 684 252</b>

## Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros (nota 6)

Não existem alterações de políticas contabilísticas e estimativas ou erros com impactos materiais nas demonstrações financeiras da empresa a reportar.

## Partes Relacionadas (nota 7)

A CP realiza frequentemente operações com as suas empresas associadas, subsidiárias e empreendimentos conjuntos.

Com referência a 31 de dezembro de 2020, a estrutura acionista da empresa (participações diretas), é a apresentada no quadro seguinte:

Participações	(Participação %)	
	31-dez-20	31-dez-19
EMEF, SA	0%	100%
CP CARGA, SA *	5%	5%
FERNAVE, SA	100%	100%
SAROS,Lda	100%	100%
ECOSAÚDE, SA	100%	100%
TIP, ACE	33%	33%
OTLIS, ACE	14%	14%
SIMEF, ACE**	51%	51%
NOMAD Tech**	35%	35%

**\* conforme definido no acordo de venda da participada, mantendo a CP esta participação no curto prazo.**

\*\* em 2019 participação indireta através da EMEF

As transações entre partes relacionadas são apresentadas no quadro seguinte:

	<b>(valores em euros)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Vendas e prestações de serviço		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-	4 437 522
FERNAVE, SA	85 355	326 815
SAROS,Lda	2 700	500 403
ECOSAÚDE, SA	19 007	24 769
Associadas		
TIP, ACE	6 140 899	7 595 530
OTLIS, ACE	2 238 043	4 239 785
SIMEF, ACE	2 723 208	760 801
<b>total</b>	<b>11 209 212</b>	<b>17 885 625</b>
Gastos		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-	(37 850 330)
FERNAVE, SA	( 415 180)	( 904 683)
ECOSAÚDE, SA	(1 036 854)	( 841 916)
Associadas		
TIP, ACE	( 362 191)	( 316 223)
OTLIS, ACE	( 66 106)	( 142 242)
SIMEF, ACE	(5 086 270)	(5 372 371)
NOMAD TECH, LDA	( 897 689)	-
<b>Total</b>	<b>(7 864 290)</b>	<b>(45 427 765)</b>

	<b>(valores em euros)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Investimento		
Subsidiárias		
EMEF, SA	-	12 407 360
ECOSAÚDE, SA	-	( 21 000)
Associadas		
TIP, ACE	-	2 530
NOMAD TECH, LDA	(1 970 886)	-
<b>Total</b>	<b>(1 970 886)</b>	<b>12 388 890</b>

Os saldos com partes relacionadas são, de igual modo, apresentados no quadro seguinte:

	(valores em euros)		
<b>Descrição</b>	<b>31-dez-20</b>	<b>Impacto Fusão EMEF</b>	<b>31-dez-19</b>
<b>Ativos</b>			
Investimento			
Subsidiárias			
EMEF, SA	-	(10 250 000)	10 250 000
FERNAVE, SA	-	-	-
ECOSAÚDE, SA	234 480	-	264 480
<b>Clientes e out. contas receber</b>			
Subsidiárias			
EMEF, SA	-	( 2 334)	2 334
FERNAVE, SA	48 831	-	14 396
SAROS,Lda	632	-	299
ECOSAÚDE, SA	21	-	34
<b>Associadas</b>			
TIP, ACE	235 046	-	421 339
OTLIS, ACE	-	-	-
SIMEF, ACE	61 659	-	107 821
NOMAD TECH, LDA	277 460	-	-
<b>Passivos</b>			
<b>Fornecedores e out. contas pagar</b>			
Subsidiárias			
EMEF, SA	-	1 000 963	(1 000 963)
FERNAVE, SA	( 61 331)	-	( 287 337)
ECOSAÚDE, SA	( 20 834)	-	( 35 279)
<b>Associadas</b>			
TIP, ACE	( 392 310)	-	( 796 647)
OTLIS, ACE	( 856 610)	-	( 939 154)
SIMEF, ACE	-	-	( 952 316)
NOMAD TECH, LDA	( 341 506)	-	-
<b>Total Ativo + Passivo</b>	<b>( 814 462)</b>	<b>(9 251 371)</b>	<b>7 049 007</b>

## Ativos Intangíveis (nota 8)

No final do ano 2020 a CP apresentava um ativo fixo intangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

	(valores em euros)		
<b>Descrição</b>	<b>31-dez-20</b>	<b>Impacto Fusão EMEF</b>	<b>31-dez-19</b>
<b>Valor Bruto:</b>			
Programas de computador e sistemas de informação	517 791	517 791	-
<b>Sub-total</b>	<b>517 791</b>	<b>517 791</b>	<b>-</b>
<b>Amortização acumulada e imparidade:</b>			
Amortização do período	83 600	-	-
Amortização acumulada de períodos anteriores	<b>295 144</b>	<b>295 144</b>	-
Perdas por imparidade do período	-	-	-
Perdas por imparidade de períodos anteriores	-	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>378 744</b>	<b>295 144</b>	<b>-</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>139 047</b>	<b>222 647</b>	<b>-</b>

(valores em euros)

Descrição	Saldo inicial	Impacto Fusão EMEF	Adições	Alienações	Ativos classificados como detidos para venda	Abates	Transferências	Outras regularizações	Saldo final
Valor bruto:									
Programas de computador e sistemas de informação	-	517 791	-	-	-	-	-	-	517 791
	-	<b>517 791</b>	-	-	-	-	-	-	<b>517 791</b>
Amortização acumulada e imparidade:									
Programas de computador e sistemas de informação	-	<b>295 144</b>	83 600	-	-	-	-	-	378 744
	-	<b>295 144</b>	<b>83 600</b>	-	-	-	-	-	<b>378 744</b>
<b>Total</b>	-	<b>222 647</b>	<b>83 600</b>	-	-	-	-	-	<b>139 047</b>

As adições que se verificam no período em análise, dizem respeito a ativos incorporados na CP no decorrer do processo de fusão com a EMEF, tratando-se essencialmente de software informático adquirido externamente.

Para efeitos de amortização é considerada, por norma, uma vida útil de 3 anos para estes ativos. Esta estimativa é, no entanto, revista sempre que se justifique, em função da utilização esperada do ativo. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo e amortizados pelo método das quotas constantes num regime de duodécimos a partir da data de entrada em produção do ativo.

## Ativos Fixos Tangíveis (nota 9)

No final do ano de 2020 a CP apresentava um ativo fixo tangível organizado por classes, conforme quadro abaixo:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto Fusão EMEF	31-dez-19
Valor Bruto:			
Terrenos e recursos naturais	20 533 661	1 592 530	18 941 131
Edifícios e outras construções	96 702 034	6 926 489	87 853 633
Equipamento básico	<b>1 480 470 930</b>	<b>17 882 064</b>	<b>1 412 621 170</b>
Equipamento de transporte	3 003 692	1 681 988	1 261 140
Equipamento administrativo	27 394 668	1 865 095	24 345 286
Outros ativos fixos tangíveis	63 129 178	965 446	60 427 014
Investimentos em curso	7 696 160	(1 402 002)	3 384 645
Adiantamentos por conta de investimentos	313 973	-	1 641 592
<b>Sub-total</b>	<b>1 699 244 296</b>	<b>29 511 610</b>	<b>1 610 475 611</b>
Depreciação acumulada e imparidade:			
Depreciação do período	59 127 788	-	52 958 003
Depreciação acumulada de períodos anteriores	<b>1 194 190 511</b>	<b>25 552 008</b>	<b>1 121 640 912</b>
Ajustamentos realizados por contrapartida de depreciações acumuladas	33 359 025	-	(5 960 412)
Perdas por imparidade do período	<b>( 548 477)</b>	-	<b>( 814 416)</b>
Perdas por imparidade de períodos anteriores	4 179 584	-	4 994 000
<b>Sub-total</b>	<b>1 290 308 431</b>	<b>25 552 008</b>	<b>1 172 818 087</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>408 935 865</b>	<b>3 959 602</b>	<b>437 657 524</b>

Os ativos fixos tangíveis da CP são mensurados ao custo, sendo depreciados linearmente, de acordo com vidas úteis especificadas na nota 4.

A reversão das perdas de imparidade registadas no período decorre do ajustamento do valor contabilístico ao valor recuperável.

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2020 são resumidos no quadro seguinte:

Descrição	Saldo Inicial	Impacto Fusão EMEF	Adições	Alienações	Ativos			Saldo final
					classificados como devedores para venda	Abates	Transferências regularizações	
Valor bruto:								
Terrenos e recursos naturais	18 941 131	1 592 530	-	-	-	-	-	20 533 661
Edifícios e outras construções	87 853 633	6 926 489	205 097	-	-	1 716 815	-	96 702 034
Equipamento básico	<b>1 412 621 170</b>	17 882 064	310 675	-	39 727 956	11 301 091	(1 340 764)	<b>1 480 470 930</b>
Equipamento de transporte	1 261 140	1 681 988	60 564	-	-	-	-	3 003 692
Equipamento administrativo	24 345 286	1 665 095	185 656	-	-	1 000 614	-	27 394 668
Outros ativos fixos tangíveis	60 427 014	965 446	359 772	-	-	1 376 946	-	63 129 178
Investimentos em curso	3 384 645	(1 402 002)	19 663 529	-	-	(15 395 466)	1 445 454	7 696 160
Adiantamentos por conta de investimentos	1 641 592	-	143 274	-	-	-	(1 470 893)	313 973
	<b>1 610 475 611</b>	<b>29 511 610</b>	<b>20 928 567</b>	-	<b>39 727 956</b>	-	<b>(1 366 203)</b>	<b>1 699 244 296</b>
Depreciação acumulada e imparidade:								
Edifícios e outras construções	44 304 912	4 575 967	2 522 797	-	-	-	-	51 403 676
Equipamento básico	<b>1 054 092 963</b>	16 759 163	52 676 539	-	34 733 034	-	(1 340 764)	<b>1 156 889 673</b>
Equipamento de transporte	1 256 097	1 628 521	24 562	-	-	-	-	2 909 180
Equipamento administrativo	21 601 975	1 801 683	1 638 126	-	-	(1 983)	-	25 039 801
Outros ativos fixos tangíveis	47 382 556	786 674	2 265 764	-	-	-	-	50 434 994
Ativ. Fix. Tang. - Perdas Impar. Acum. - Equipam. Básico	4 179 584	-	(548 477)	-	-	-	-	3 631 107
	<b>1 172 818 087</b>	<b>25 552 008</b>	<b>58 579 311</b>	-	<b>34 733 034</b>	-	<b>(1 340 764)</b>	<b>1 280 308 431</b>
<b>Total</b>	<b>437 657 524</b>	<b>3 959 602</b>	<b>(37 650 744)</b>	-	<b>4 984 922</b>	-	<b>(25 439)</b>	<b>408 935 865</b>

Para além das adições que resultaram do processo de fusão por incorporação com a EMEF, os investimentos mais significativos, realizados no exercício de 2020, respeitam essencialmente a grandes reparações periódicas de material circulante do tipo R1 e R2 que cumprem os critérios de reconhecimento.

De salientar também a recuperação de material circulante que se encontrava classificado como detido para venda e que por estar em condições de voltar ao serviço comercial, foi transferido para ativos fixos tangíveis, num valor de cerca de 5 milhões de euros.

A diminuição registada resulta da regularização de adiantamentos relacionados com grandes intervenções prestados pela CP à EMEF.

A 31 de dezembro de 2020 os seguintes ativos fixos tangíveis estavam dados como garantia de empréstimos obtidos pela CP junto da Eurofima:

<b>(valores em euros)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>Quantia escriturada</b>
Automotoras	1 69 906 559
<b>Total</b>	<b>1 69 906 559</b>

## Ativos Não Correntes Detidos para Venda (nota 10)

Um dos objetivos da empresa é proceder à alienação de bens não necessários à sua atividade. Esses bens respeitam essencialmente a edifícios e material circulante. Nesse sentido, a gestão de topo encontra-se comprometida no desenvolvimento de ações que possibilitem a concretização dessas alienações, através da prospeção de eventuais interessados quer no mercado interno quer no mercado externo.

Apesar de alguns destes ativos se encontrarem classificados como ativos fixos detidos para venda há mais de um ano, a CP entende que os mesmos se devem manter classificados nesta rubrica do ativo, por o seu valor vir a ser recuperado não pelo uso, mas sim pela venda, e, a gestão de topo estar fortemente comprometida no desenvolvimento de esforços nesse sentido.

Os ativos classificados como detidos para venda estão valorizados pelo menor entre o valor contabilístico e o valor realizável líquido.

Semestralmente a empresa reavalia a situação destes ativos e, sempre que necessário, procede a ajustamentos aos valores já reconhecidos.

O quadro seguinte resume, por classe e pelo seu valor líquido contabilístico, os ativos não correntes detidos para venda:

Descrição	(valores em euros)	
	31 / 12 / 2020	31 / 12 / 2019
Ativos		
Terrenos e recursos naturais	84 031	84 031
Edifícios e outras construções	175 369	175 369
Equipamento básico	2 443 126	4 185 605
<b>Total</b>	<b>2 702 526</b>	<b>4 445 005</b>

Em 2020, a CP procedeu à reabilitação de material circulante que se encontrava classificado como ativo não corrente detido para venda para sua reafecção à operação, o que originou uma reclassificação em ativo fixo tangível, num montante de cerca de 5 milhões de euros, e uma reversão de imparidade, no montante aproximado de 3,3 milhões de euros.

## Loações (nota 11)

Os contratos de locação em vigor são classificados como operacionais e detalham-se nos mapas seguintes:

BENS LOCADOS	Valor do contrato	(valores em euros)								
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos		Total
Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes							
Viaturas Leaseplan	668 348	71 727	-	56 445	-	186 167	354 009	-	540 176	540 176
Viaturas Finlog	239 252	51 255	-	121 796	-	41 781	24 420	-	66 201	66 201
Viaturas Locarent	247 451	38 863	-	174 509	-	34 079	-	-	34 079	34 079
<b>Total</b>	<b>1 155 051</b>	<b>161 845</b>	<b>-</b>	<b>352 750</b>	<b>-</b>	<b>262 027</b>	<b>378 429</b>	<b>-</b>	<b>640 456</b>	<b>640 456</b>

Os contratos identificados, dizem respeito a viaturas ligeiras de passageiros. A grande maioria dos contratos tem um período de vigência entre os 3 e os 4 anos.

BENS LOCADOS	Valor do contrato	(valores em euros)								
		Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			Valor presente dos futuros pagamentos mínimos	
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos		Total
Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes							
automotoras	67 243 259	7 475 156	-	34 680 670	-	7 163 690	17 923 743	-	25 087 433	25 087 433

O contrato identificado respeita a automotoras e tem período de vigência até 2025.

(valores em euros)

BENS LOCADOS	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
espaço oficial (a)	18 065 234	339 201	-	5 514 783	-	339 201	1 696 007	10 176 041	12 211 249	12 211 249

(a) contrato de locação que transitou para a CP com a operação de fusão com a Emef em 01.01.2020

O contrato identificado transitou com a operação de Fusão com a EMEF e tem período de vigência até 2056.

## Participações Financeiras - Método de Equivalência Patrimonial (nota 12)

O detalhe das participações financeiras em que a CP aplica o método da equivalência patrimonial é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Tipo	31-dez-20			Impacto fusão EMEF			31-dez-19		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
EMEF, SA	Investimento	-	-	-	(34 327 975)	-	(34 327 975)	34 327 975	-	34 327 975
EMEF, SA	Empréstimos	-	-	-	(10 250 000)	-	(10 250 000)	10 250 000	-	10 250 000
SAROS, SA	Investimento	465 306	-	465 306	-	-	-	481 475	-	481 475
FERNAVE, SA	Investimento	524 736	-	524 736	-	-	-	280 492	-	280 492
ECOSAÚDE, SA	Investimento	5 477	-	5 477	-	-	-	-	-	-
ECOSAÚDE, SA	Empréstimos	234 480	-	234 480	-	-	-	264 480	-	264 480
OTLIS, ACE	Investimento	342 236	-	342 236	-	-	-	529 613	-	529 613
TIP, ACE	Investimento	1 359 611	-	1 359 611	-	-	-	1 706 696	-	1 706 696
SIMEF, ACE	Investimento	419 904	-	419 904	387 775	-	387 775	-	-	-
Nomad Tech, Lda.	Investimento	1 068 952	-	1 068 952	855 148	-	855 148	-	-	-
<b>Total</b>		<b>4 420 702</b>	<b>-</b>	<b>4 420 702</b>	<b>(43 335 052)</b>	<b>-</b>	<b>(43 335 052)</b>	<b>47 840 731</b>	<b>-</b>	<b>47 840 731</b>

Em 2020 foram realizados os seguintes movimentos nestas participações financeiras, conforme quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo Inicial	Impacto Fusão EMEF	Adições	Alienações	MEP	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
EMEF, SA	44 577 975	(44 577 975)	-	-	-	-	-
SAROS, SA	481 475	-	-	-	388 889	( 405 058)	465 306
FERNAVE, SA	280 492	-	-	-	244 244	-	524 736
ECOSAÚDE, SA	264 480	-	-	-	5 477	( 30 000)	239 957
OTLIS, ACE	529 613	-	-	-	69 968	( 257 345)	342 236
TIP, ACE	1 706 696	-	-	-	( 347 085)	-	1 359 611
SIMEF, ACE	-	387 775	-	-	419 904	( 387 775)	419 904
Nomad Tech, Lda.	-	855 148	-	-	213 804	-	1 068 952
<b>Sub-total</b>	<b>47 840 731</b>	<b>( 43 335 052)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>995 201</b>	<b>( 1 080 178)</b>	<b>4 420 702</b>
Imparidade	-	-	-	-	-	-	-
<b>Sub-total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>47 840 731</b>	<b>(43 335 052)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>995 201</b>	<b>(1 080 178)</b>	<b>4 420 702</b>

Como é possível verificar pela análise do quadro apresentado, a diminuição bastante acentuada na rubrica de participações financeiras, deveu-se essencialmente à fusão por incorporação da EMEF na CP, que originou a anulação da participação por contrapartida dos ativos e passivos que transitaram para a CP.

A informação financeira resumida referente às empresas participadas (a aguardar aprovação em Assembleia Geral) apresenta-se como segue:

								(valores em euros)
Nome da associada	% de participação	Data de referência	Ativos	Passivos	Capital Próprio	Rendimentos	Resultado líquido	
SAROS, SA	100	31-dez-20	564 031	98 725	465 306	551 113	388 889	
FERNAVE, SA	100	31-dez-20	1 124 912	600 176	524 736	1 089 859	244 244	
ECOSAÚDE, SA	100	31-dez-20	1 043 344	1 037 867	5 477	2 749 739	191 912	
SIMEF, ACE	51	31-dez-20	9 736 028	8 912 686	823 342	11 702 922	823 342	
Nomad Tech, Lda.	35	31-dez-20	5 139 416	2 085 269	3 054 148	431 368	( 440 796)	
TIP, ACE	33	31-dez-20	17 408 118	12 745 214	4 662 904	4 407 429	( 193 486)	
OTLIS, ACE	14	31-dez-20	3 989 890	1 594 236	2 395 655	3 842 340	510 430	

## Outros Investimentos Financeiros (nota 13)

A CP detém participações em diferentes empresas que se encontram reconhecidas ao custo menos perdas de imparidade, dado o valor destas participações não ser publicamente negociado e não ser possível obter de forma fiável o seu justo valor.

À data de cada período de relato financeiro, a CP avalia a imparidade destes ativos financeiros, reconhecendo uma perda por imparidade na demonstração dos resultados, se existir uma evidência objetiva dessa imparidade.

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

(valores em euros)

Descrição	Método	31-dez-20			Impacto Fusão EMEF			31-dez-19		
		Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
CP Carga, SA	Custo de aquisição	80 000	( 80 000)	-	-	-	-	80 000	( 80 000)	-
MLM, SA	Custo de aquisição	12 721	( 12 721)	-	-	-	-	12 721	( 12 721)	-
METRO DO PORTO, SA	Custo de aquisição	249 399	( 249 399)	-	-	-	-	249 399	( 249 399)	-
METRO-MONDEGO, SA	Custo de aquisição	3 595	-	3 595	-	-	-	3 595	-	3 595
ICF	Custo de aquisição	382 269	( 382 269)	-	-	-	-	382 269	( 382 269)	-
EUROFIMA	Custo de aquisição	27 760 679	-	27 760 679	-	-	-	27 760 679	-	27 760 679
BCC	Custo de aquisição	1 460	-	1 460	-	-	-	1 460	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	Custo de aquisição	2 500	( 2 500)	-	2 500	( 2 500)	-	-	-	-
Fundo Compensação Trabalho	Custo de aquisição	137 503	-	137 503	43 852	-	43 852	39 551	-	39 551
		<b>28 630 126</b>	<b>( 726 889)</b>	<b>27 903 237</b>	<b>46 352</b>	<b>( 2 500)</b>	<b>43 852</b>	<b>28 529 674</b>	<b>( 724 389)</b>	<b>27 805 285</b>

A Eurofima é uma organização supranacional, sob a forma societária, que é constituída pelas empresas públicas de transporte ferroviário. A Eurofima foi constituída em 20 de novembro de 1956, em resultado de um tratado ("Convenção") entre os vários estados membros Europeus signatários. Os estatutos da Eurofima determinavam que a "Convenção" teria uma duração de 50 anos após a constituição. Contudo, na assembleia geral extraordinária, de 1 de fevereiro de 1984, foi aprovado por todos os Estados membros a extensão do período da Convenção por mais 50 anos, isto é, até 2056.

O valor registado na participação da Eurofima corresponde a subscrição de 52 mil Francos Suíços à data da subscrição inicial do capital e dos aumentos de capital subsequentes. A CP, bem como os demais acionistas da Eurofima, apenas realizou 20% daquele valor, encontrando-se os restantes 41,6 mil Francos Suíços por realizar. Os acionistas podem ser chamados a realizar a qualquer momento e incondicionalmente o valor que se encontra por realizar.

O movimento destas participações financeiras em 2020 é analisado no quadro seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	Impacto Fusão EMEF	Adições	Alienações	Justo valor	Outras alterações	Saldo final
Valor bruto							
CP Carga, SA	80 000	-	-	-	-	-	80 000
MLM, SA	12 721	-	-	-	-	-	12 721
METRO DO PORTO, SA	249 399	-	-	-	-	-	249 399
METRO-MONDEGO, SA	3 595	-	-	-	-	-	3 595
ICF	382 269	-	-	-	-	-	382 269
EUROFIMA	27 760 679	-	-	-	-	-	27 760 679
BCC	1 460	-	-	-	-	-	1 460
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	-	2 500	-	-	-	-	2 500
Fundo Compensação Trabalho	39 551	43 852	54 100	-	-	-	137 503
	<b>28 529 674</b>	<b>46 352</b>	<b>54 100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>28 630 126</b>
Imparidade							
CP Carga, SA	( 80 000)	-	-	-	-	-	( 80 000)
MLM, SA	( 12 721)	-	-	-	-	-	( 12 721)
METRO DO PORTO, SA	( 249 399)	-	-	-	-	-	( 249 399)
ICF	( 382 269)	-	-	-	-	-	( 382 269)
INEGI - Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial	-	( 2 500)	-	-	-	-	( 2 500)
	<b>( 724 389)</b>	<b>( 2 500)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>( 726 889)</b>
<b>Total</b>	<b>27 805 285</b>	<b>43 852</b>	<b>54 100</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27 903 237</b>

A principal alteração nesta rubrica, no decorrer do período de 2020, diz respeito aos descontos impostos por lei para o fundo de compensação do trabalho, por via dos novos contratos de trabalho celebrados pela empresa.

## Impostos Sobre o Rendimento (nota 14)

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 69º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais SAROS-Sociedade de Mediação de Seguros, Lda., a Fernave - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultadoria em Transportes e Portos, S.A. e a Ecosaúde - Educação Investigação e Consultoria em Trabalho, Saúde e Ambiente, S.A.

Apesar de em 2019 ter sido celebrado o contrato de serviço público, que altera de forma significativa a forma de financiamento do serviço público de transporte, por força do impacto da pandemia COVID-19 nas contas da Empresa, não se vislumbra que num futuro próximo o Grupo CP venha a obter lucros tributáveis que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados. Por esta razão a CP não contabiliza ativos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais e imparidades e provisões temporárias não aceites fiscalmente.

No final de 2020, o total dos prejuízos fiscais dedutíveis do Grupo CP ascendem aproximadamente a 252,6 milhões de euros, os quais podem ser utilizados entre 2020 e 2030.

Da mesma forma, não foram contabilizados passivos por impostos diferidos relacionados com ativos fixos tangíveis reavaliados (material circulante) em períodos anteriores.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a refletir o IRC estimado a pagar com a tributação autónoma.

## Inventários (nota 15)

Em 31 de dezembro de 2020 a CP apresenta os seguintes valores de inventários, detalhados por classificação:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto Fusão EMEF	31-dez-19
Valor Bruto:			
Mercadorias	1 88 242	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	47 996 886	34 414 146	9 740 659
Produtos acabados e intermedios*	3 935 107	748 036	-
Produtos e trabalhos em curso	793 346	-	-
Adiantamentos por conta de compras	-	596 347	-
	<b>52 913 581</b>	<b>35 758 529</b>	<b>9 740 659</b>
Imparidades acumuladas			
Imparidades do período	(4 919 449)	-	( 123 082)
Imparidades de períodos anteriores	(11 362 319)	(5 577 291)	(5 661 946)
	<b>( 16 281 768)</b>	<b>( 5 577 291)</b>	<b>( 5 785 028)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>36 631 813</b>	<b>30 181 238</b>	<b>3 955 631</b>

\*fabricos internos e rotaveis

A empresa avalia semestralmente a necessidade de reconhecimento de imparidades no que respeita aos seus inventários.

Até 2011, o critério base para avaliar a imparidade destes materiais foi a não rotatividade há mais de 5 anos, aplicando-se a todos os inventários em armazém.

Desde o exercício de 2012, e atendendo à durabilidade da maior parte das peças utilizadas em reparações de material circulante, foi entendido pela empresa avaliar com maior rigor a imparidade deste universo de bens. Nesse contexto, a imparidade das peças de armazém com aplicação em material circulante passou a ser determinada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estavam associadas, o que permitiu a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

Em 2020, decorrente da fusão, a CP passa a ter também em inventário um maior volume de peças para aplicação em intervenções de manutenção e reparação de material circulante próprio, mas também para aplicação em material circulante de clientes externos. Nos seus inventários passaram também a constar peças reparadas, intituladas como "rotáveis", ou seja, peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas e fabricos próprios.

Sumarizam-se, de seguida, os critérios aplicados para determinação das imparidades de inventários:

- Materiais com aplicação em material circulante da CP

Para as peças utilizadas em reparações de material circulante da CP, e atendendo à durabilidade das mesmas, a imparidade é calculada em função da vida útil comercial residual estimada das séries de material a que estão associadas, o que permite a identificação dos materiais efetivamente obsoletos e sem aplicação.

- Materiais com aplicação em material circulante de clientes externos

O cálculo da imparidade destas peças de armazém é, de um modo geral, função do número de anos remanescentes até ao término dos respetivos contratos. No caso de os inventários serem também utilizáveis em séries de material circulante CP aplicam-se-lhe os critérios de determinação de imparidade aplicados a estas.

- Peças reparáveis “rotáveis”

Estes materiais respeitam a peças retiradas do material circulante para reparação e posterior aplicação em séries ativas. Nestas circunstâncias, a imparidade é determinada em função da vida útil comercial residual estimada mais longa entre as diversas séries de material circulante onde as mesmas podem ser aplicadas e/ou da série onde as peças poderão ter maior aplicação.

- Restantes materiais

Para efeitos de determinação da imparidade, para os restantes materiais diversos, aplica-se o critério da não rotatividade há mais de 5 anos, para identificação dos materiais obsoletos e sem aplicação.

No que respeita a imparidades de inventários com aplicação em material circulante (séries CP ou dos seus clientes), para além da imparidade imputada em função da vida útil residual remanescente, considera-se uma imparidade adicional de 25% para os inventários que não tiverem movimento há mais de 10 anos, com um crescimento adicional de 5% por cada ano sem movimento, e atingindo o valor máximo de 75%, no caso de não terem movimento há mais de 20 anos. A definição do período de 10 anos para início da imputação desta imparidade adicional resulta do facto de ser expectável que, em 10 anos, o material tenha um ciclo completo de intervenções, sendo expectável que ocorram consumos dos diferentes materiais nesse período de tempo.

Tendo em consideração a aplicação deste critério, foi reconhecida, em 2020, uma perda por imparidade de cerca de 4,9 milhões de euros tal como identificado no quadro seguinte:

	(valores em euros)					
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Impacto Fusão EMEF</b>	<b>Perdas</b>	<b>Reversão</b>	<b>Regularização</b>	<b>Saldo final</b>
Imparidades de inventários						
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas subsidiárias e de consumo	5 785 028	5 365 530	4 614 101	-	-	15 764 659
Produtos acabados e intermédios	-	211 761	305 348	-	-	517 109
Fabricos	-	211 761	88 955	-	-	300 716
Rotáveis	-	-	216 393	-	-	216 393
<b>Total</b>	<b>5 785 028</b>	<b>5 577 291</b>	<b>4 919 449</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16 281 768</b>

## Clientes (nota 16)

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de clientes apresenta os seguintes valores:

(valores em euros)			
Descrição	31-dez-20	Impacto Fusão EMEF	31-dez-19
Valor Bruto:			
Gerais	3 535 304	5 139 914	5 917 845
Empresas associadas	235 046	-	421 339
Empreendimentos conjuntos	183 932	509 921	390 787
Outras partes relacionadas	101	-	914
Cientes cauções	-	27 927	-
Cientes - perdas imparidade acumuladas	6 193 869	433 223	2 403 472
<b>Sub-total</b>	<b>10 148 252</b>	<b>6 110 985</b>	<b>9 134 357</b>
Imparidade acumulada			
Perdas por imparidade do período	(3 493 095)	-	( 651 489)
Perdas por imparidade de períodos anteriores	(2 700 774)	( 297 302)	(1 751 983)
<b>Sub-total</b>	<b>( 6 193 869)</b>	<b>( 297 302)</b>	<b>( 2 403 472)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>3 954 383</b>	<b>5 813 683</b>	<b>6 730 885</b>

Em 2020, a rubrica de clientes apresenta uma diminuição face ao período homólogo na ordem dos 2,8 milhões de euros. Este facto é essencialmente explicado pela constituição de imparidade para o valor em dívida relativo à comparticipação de passes sociais (4-18, sub-23 e social +) respeitante aos exercícios de 2018 e 2019. O aumento da imparidade referido é evidenciado no quadro seguinte:

(valores em euros)						
Descrição	Saldo inicial	Impacto fusão EMEF	Perdas	Utilizações	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Cientes gerais	2 403 472	297 302	3 493 095	-	-	6 193 869
<b>Total</b>	<b>2 403 472</b>	<b>297 302</b>	<b>3 493 095</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6 193 869</b>

A antiguidade dos saldos de clientes apresenta-se como segue:

(valores em euros)				
Descrição	até 90 dias	Entre 90 e 180 dias	Entre 180 e 360 dias	Mais de 360 dias
Cientes gerais	3 535 304	-	-	-
Empresas associadas	219 721	-	15 325	-
Empreendimentos conjuntos	62 020	434	120 576	902
Outras partes relacionadas	101	-	-	-
<b>Total</b>	<b>3 817 146</b>	<b>434</b>	<b>135 901</b>	<b>902</b>

## Estado e Outros Entes Públicos (nota 17)

A rubrica de Estado e outros entes públicos é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
<b>Ativo</b>			
Imposto sobre o rendimento	238 963	-	754 358
Pagamento especial por conta	167 451	-	551 717
Imposto retido na fonte	59 275	-	116 033
Imposto retido na fonte-Dependente	12 237	-	86 608
IVA	7 134 218	-	8 370 193
IVA a recuperar	7 134 218	-	8 370 193
Outros Impostos	173 327	-	42 894
Contribuições Seg Social CNP	173 281	-	42 841
DGI-FCT	46	-	53
<b>Total</b>	<b>7 546 508</b>	<b>-</b>	<b>9 167 445</b>
<b>Passivo</b>			
Imposto sobre o rendimento	334 404	2 250 352	746 572
Imposto sobre o rendimento	312 115	1 986 175	740 864
Retenções de imposto sobre o rendimento	22 289	264 177	5 708
IVA	-	561 306	-
IVA a pagar	-	561 306	-
Outros Impostos	6 159	521 828	20 198
Contribuição p/Seg. Social	-	519 613	20 198
Outras Tributações	6 159	2 215	-
<b>Total</b>	<b>340 563</b>	<b>3 333 486</b>	<b>766 770</b>

Em 2020 houve um decréscimo do IVA a recuperar face a 2019 motivado essencialmente pela redução de atividade da empresa face à pandemia COVID-19, mas também pelo aumento do imposto liquidado decorrente da faturação mensal da prestação de serviço no âmbito do contrato de serviço público.

A estimativa de imposto apurada para 2020 sofreu uma redução significativa por via das tributações autónomas.

## Outros créditos a receber (nota 18)

A rubrica de outros créditos a receber apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto Fusão EMEF	31-dez-19
Valor Bruto:			
Adiantamentos a fornecedores	678 939	1 518 342	133 790
Fornecedores c/c - saldos devedores	33 100	-	153
Outros devedores - pessoal	98 268	38 434	73 023
D.diversos - c/c	3 732 969	3 623 352	2 493 291
D.diversos - cobrança duvidosa	4 585 177	-	3 120 582
C. diversos - saldos devedores	202 995	-	139 815
C.div.-dep. cauções prestadas	227 758	-	227 758
C.div.-IVA-operações a regularizar	51 317	-	31 399
D/C.- div. - faturação a emitir	196 941	-	272
D/C. div. - seg. saúde	-	-	190 210
C.div.-ODC-cartão galp frota/via verde	( 4 866)	-	20 126
Out C.Rec/Pag - depósitos por regularizar	( 715)	-	( 763)
ODC - unidades de negócio/outros	90 550	-	117 281
Devedores por acréscimos de receitas	1 504 489	602 540	1 438 197
<b>Sub-total</b>	<b>11 396 922</b>	<b>5 782 668</b>	<b>7 985 134</b>
Imparidade acumulada			
Imparidade do período - out. div. terceiros	( 64 595)	-	22 036
Imparidade períodos anteriores-O.dív. terceiros-CP e MLP	(4 520 582)	( 1 400 000)	(3 142 618)
<b>Sub-total</b>	<b>( 4 585 177)</b>	<b>( 1 400 000)</b>	<b>( 3 120 582)</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>	<b>6 811 745</b>	<b>4 382 668</b>	<b>4 864 552</b>

Verifica-se um aumento nesta rubrica na ordem dos 1,9 milhões de euros, originado principalmente pelos valores que transitaram da EMEF, decorrente do processo de fusão anteriormente referido, com reflexos no aumento das perdas por imparidade, conforme se pode verificar no quadro seguinte.

Descrição	(valores em euros)					
	Saldo inicial	Impacto Fusão EMEF	Perdas	Utilização	Reversões	Saldo final
Perdas por imparidade						
Outras dívidas de terceiros	3 120 582	1 400 000	354 346	-	( 289 751)	4 585 177
<b>Total</b>	<b>3 120 582</b>	<b>1 400 000</b>	<b>354 346</b>	<b>-</b>	<b>( 289 751)</b>	<b>4 585 177</b>

## Diferimentos (nota 19)

A rubrica de diferimentos apresenta os valores registados no quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Ativo			
Gastos a reconhecer			
Diferim. - gast. reconh. - outros-diversos	1 091 023	525 163	896 288
<b>Total</b>	<b>1 091 023</b>	<b>525 163</b>	<b>896 288</b>
Passivo			
Rendimentos a reconhecer			
Diferim.-rend. reconh.-outros dif.-rendim. reconh.	627 897	194 665	-
<b>Total</b>	<b>627 897</b>	<b>194 665</b>	<b>-</b>

No que diz respeito ao ativo, esta rubrica releva os diversos prémios de seguro suportados pela empresa no final do ano, antes de decorrer o período de incidência dos mesmos, os quais reportam ao 1º trimestre do ano seguinte. Os principais seguros que contribuem para a constituição do saldo desta rubrica, respeitam aos seguros de acidentes de trabalho, de saúde, multirriscos e de responsabilidade civil.

Relativamente ao passivo, o valor apresentado reflete os rendimentos a reconhecer derivados da atividade de manutenção e reparação de material circulante, concretamente a faturação por conta de trabalhos a realizar emitida de acordo com as condições contratuais estabelecidas.

## Capital Subscrito (nota 20)

De acordo com a legislação que define os Estatutos da CP, o capital da empresa é detido integralmente pelo Estado português e destina-se a responder às necessidades permanentes da empresa.

Entre 2015 e 2019 foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial aumentar em cerca de 2.000 milhões de euros o capital da CP tendo o mesmo sido realizado ao longo dos respetivos anos.

Estes valores destinaram-se a suprir as necessidades decorrentes do serviço da dívida (amortizações, juros e outros encargos), investimento e despesas com pessoal relacionadas com o acordo histórico de variáveis.

No decorrer do exercício de 2020 não existiram operações de aumento de capital, apresentando a empresa com referência a 31 de dezembro de 2020 um capital de 3.959.489.351 euros, que se encontra integralmente realizado pelo Estado Português.

## Reservas Legais (nota 21)

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o artigo 30º do decreto-lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterado pelo do decreto-lei n.º 59/2012, de 14 de março, e pelo decreto-lei 124-A/2018 de 31 de dezembro, que define os estatutos da CP, a empresa deve constituir reservas e fundos julgados necessários, sendo obrigatória a constituição de reserva legal no valor de 5% dos lucros de cada exercício. A reserva legal pode ser utilizada na cobertura de prejuízos de exercício.

Durante o período, não houve reforço das reservas legais nem se verificou a sua utilização para cobertura de prejuízos.

## Outras Reservas (nota 22)

Nesta rubrica, está contabilizada a reserva estatutária que corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no artigo 16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

## Resultados Transitados (nota 23)

Nesta rubrica, encontram-se registadas as seguintes operações:

- A empresa tem procedido à transferência dos resultados líquidos dos exercícios anteriores para resultados transitados;
- Em outubro de 2019, foi determinado por despachos conjuntos das Tutelas financeira e setorial, e realizado pelo Estado Português, uma operação de entrada de capital em numerário, no valor de 518,6 milhões de euros, para cobertura de resultados transitados negativos. Este valor foi utilizado integralmente para reembolso do empréstimo obrigacionista e dos respetivos encargos financeiros, com vencimento no mesmo mês;
- Pelo facto de a CP ter optado por valorizar os seus ativos fixos tangíveis pelo seu custo considerado à data da transição para o SNC, encontra-se registado nesta rubrica o saldo de excedentes de revalorização, sendo explicado, de seguida, a forma como se procedeu à reavaliação dos ativos.

## Material circulante

A empresa procedeu pela primeira vez, em 1995, à reavaliação do ativo fixo tangível.

A reavaliação incidiu no ativo fixo tangível contemplado na rubrica equipamento básico que engloba o material circulante, à data de 31 de dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente as depreciações correspondentes ao período de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do ativo fixo e às respetivas depreciações acumuladas, dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º338/95, de 21 de abril, corrigidos previamente com o fator de 1,04.

No período de 1997 procedeu-se a nova reavaliação do ativo fixo tangível registado na rubrica de equipamento básico, englobando o material circulante, nos termos do Decreto-lei n.º31/98, de 11 de fevereiro.

## Outros ativos fixos tangíveis

No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação e valorização dos bens contabilizados nas restantes rubricas do ativo fixo tangível, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, com exceção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque. Esta reavaliação livre permitiu que os ativos ficassem valorizados ao preço de mercado, com as respetivas depreciações a serem efetuadas de acordo com a vida útil esperada. Este trabalho foi coordenado pelas empresas *Ernst & Young* e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respetiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico.

## Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio (nota 24)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Subsídios	93 141 300		103 745 416
Saneamento financeiro	91 357 368		91 357 368
Ajustamentos de transição	132 640		132 640
<b>Total</b>	<b>184 631 308</b>	<b>-</b>	<b>195 235 424</b>

A rubrica saneamento financeiro reflete o passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à Direção Geral do Tesouro e

à Banca, no montante de 97.975.959 euros e, à utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado, no montante de 6.618.591 euros, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-lei n.º361/85.

O valor da rubrica de subvenções respeita essencialmente a subsídios recebidos para material circulante, resultando as diminuições registadas nesta componente do capital, da imputação, como rendimento do exercício, numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo, duma parte desse subsídio, na mesma proporção em que são reconhecidas as depreciações.

No quadro seguinte apresenta-se o detalhe da rubrica de subsídios:

	(valores em euros)		
	<b>31-dez-20</b>	<b>Impacto fusão EMEF</b>	<b>31-dez-19</b>
Fundo Ambiental _ Aqui. 12 Auto. BiModo e 10 Elec	(4 565 785)		(4 565 785)
Invest transf - CPA 4005 e CPA 4007	-		(1 832 212)
Subvenções PIDDAC	(36 597 995)		(40 786 212)
Subvenções FEDER	(49 883 677)		(56 176 912)
Subvenções IGCP	(1 709 548)		-
Subvenções Outros (inclui CEF)	( 384 295)		( 384 295)
<b>Total</b>	<b>(93 141 300)</b>	<b>-</b>	<b>(103 745 416)</b>

## Provisões (nota 25)

O movimento na rubrica de provisões é analisado como segue:

	(valores em euros)					
<b>Descrição</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Impacto fusão EMEF</b>	<b>Adições</b>	<b>Utilizações</b>	<b>Reversões</b>	<b>Saldo Final</b>
Processos judiciais em curso	1 232 272	20 946	328 440	-	-	1 581 658
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	9 780 800	-	199 952	( 656 438)	-	9 324 314
Acidentes ferroviários	3 036 095	-	-	-	( 293 234)	2 742 861
Investimentos financeiros	186 435	-	-	-	( 186 434)	1
Outras	55 250	1 942 881	-	-	-	1 998 131
<b>Total</b>	<b>14 290 852</b>	<b>1 963 827</b>	<b>528 392</b>	<b>( 656 438)</b>	<b>( 479 668)</b>	<b>15 646 965</b>

As variações registadas na rubrica de provisões, no decorrer do exercício de 2020, decorrem da assunção dos processos judiciais que transitaram da EMEF por via do processo de fusão, da estimativa de desfecho dos processos judiciais em curso e de acidentes ferroviários, e de avaliação atuarial das responsabilidades com pensões de acidentes de trabalho.

A avaliação atuarial, com referência a 31 de dezembro de 2020, das responsabilidades com acidentes de trabalho ocorridos até 31 de dezembro de 1999, foi realizada por entidade externa à CP (CGD PENSÕES).

Os aumentos ou reduções das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como gastos ou rendimentos no período em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e atuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

**Método de cálculo:** Para o apuramento das responsabilidades relativas a reformados com pensões de acidentes de trabalho, procedeu-se ao cálculo do valor atual de rendas vitalícias imediatas.

**Taxa de desconto:** 0,75%.

**Taxa de Crescimento das Pensões:** 1,0%.

**Tábuas de Mortalidade:** Utilizou-se a tábua francesa TV 88/90.

**Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho:** Pensões vitalícias.

**Data de efeito dos cálculos:** 31 de dezembro de 2020.

## Financiamentos Obtidos (nota 26)

No final do período de 2020 a rubrica de financiamentos obtidos apresentava o detalhe constante do quadro seguinte:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Não corrente			
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	32 533 333		56 333 334
Empréstimos por obrigações	200 000 000		200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 983 183)		(5 430 936)
Outros financiadores	153 000 000		534 514 000
<b>Total</b>	<b>380 550 150</b>	<b>-</b>	<b>785 416 398</b>
Corrente			
Financiamentos obtidos			
Empréstimos bancários	23 800 000		37 693 333
Outros financiadores	1 727 756 000		1 243 542 000
<b>Total</b>	<b>1 751 556 000</b>	<b>-</b>	<b>1 281 235 333</b>
<b>Total financiamentos</b>	<b>2 132 106 150</b>	<b>-</b>	<b>2 066 651 731</b>

O aumento que se regista nos financiamentos obtidos em cerca de 65 milhões de euros, é fruto por um lado da contratação de um empréstimo junto da DGTf, no valor de 73,1 milhões de euros, empréstimo este que resultou da necessidade de colmatar necessidades de financiamento urgentes relativas a despesas operacionais da empresa e, por outro lado, da amortização do empréstimo do BEI, no montante de 8,1 milhões de euros.

A análise da rubrica de financiamentos obtidos, por maturidade, é a seguinte:

Descrição	(valores em euros)	
	31-dez-20	31-dez-19
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários		
Até 1 ano	23 800 000	37 693 333
De 1 a 5 anos	32 533 333	56 333 334
A mais de 5 anos	-	-
Empréstimos por obrigações		
Até 1 ano	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-
De 1 a 5 anos	-	-
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	-	-
A mais de 5 anos	200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas	(4 983 183)	(5 430 936)
Outros financiadores		
Até 1 ano	1 727 756 000	1 243 542 000
De 1 a 5 anos	153 000 000	534 514 000
A mais de 5 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>2 132 106 150</b>	<b>2 066 651 731</b>

À data de 31 de dezembro de 2020, os pagamentos futuros do capital em dívida dos financiamentos obtidos não correntes, são analisados como segue:

Descrição	(valores em euros)						
	2021	2022	2023	2024	2025	2025 e seguintes	Total
Financiamentos obtidos							
Empréstimos bancários	23 800 000	23 666 666	1 266 667	7 600 000	-	-	56 333 333
Empréstimos por obrigações						200 000 000	200 000 000
Aplicação taxa Efetiva Emp. Obrigacionistas						(4 983 183)	(4 983 183)
Outros financiadores	1 727 756 000	101 000 000	51 000 000	1 000 000	-	-	1 880 756 000
<b>Total</b>	<b>1 751 556 000</b>	<b>124 666 667</b>	<b>52 266 667</b>	<b>8 600 000</b>	<b>-</b>	<b>195 016 817</b>	<b>2 132 106 150</b>

## Outras dívidas a Pagar (nota 27)

A rubrica de outras dívidas a pagar é analisada como segue:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Corrente			
Fornecedores de investimentos	644 917	( 535 930)	1 497 332
Credores por subscrições não liberadas	38 439 256	-	38 254 752
Outros credores	1 631 048	464 979	12 306 277
Credores por acréscimo de gastos	114 709 269	2 916 280	104 611 669
Pessoal	60 130	41 578	26 542
Adiantamentos de clientes	92 660	-	50 237
<b>Total</b>	<b>155 577 280</b>	<b>2 886 907</b>	<b>156 746 809</b>

Apesar desta rubrica apresentar um decréscimo residual face ao exercício anterior, verifica-se uma diminuição bastante acentuada nos outros credores (10,7 milhões de euros), que é compensada pelo aumento dos saldos de credores por acréscimo de gastos (10,1 milhões de euros).

Relativamente aos outros credores a diminuição é explicada pela regularização da dívida no final de 2020, com a empresa Infraestruturas de Portugal.

A variação que se observa nos credores por acréscimos de gastos é justificada essencialmente pelo incremento nos valores especializados com juros de financiamento a liquidar.

O saldo de credores por subscrições não liberadas diz respeito ao capital subscrito e não realizado da participada *Eurofima* conforme já identificado na nota 13.

## Fornecedores (nota 28)

A rubrica de fornecedores apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)		
	31-dez-20	Impacto fusão EMEF	31-dez-19
Fornecedores c/c			
Gerais	6 037 744	4 239 837	4 963 698
Empresas subsidiárias	61 331	(2 054 635)	2 341 973
Empresas associadas	283 209	-	796 647
Empreendimentos conjuntos	34 155	-	40 267
Outras partes relacionadas	74 190	67 420	197 289
Retenção de garantia	82 565	85 599	
Facturas em receção e conferência	719 605	342 101	( 74 912)
	<b>7 292 799</b>	<b>2 680 322</b>	<b>8 264 962</b>

A diminuição que se observa no saldo da rubrica de fornecedores, deve-se em grande medida à anulação da dívida à EMEF, por via do processo de fusão por incorporação ocorrido no início do ano.

## Vendas e Serviços Prestados (nota 29)

As vendas e serviços prestados apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Serviços prestados		
Passageiros líquido de descontos e abatimentos em vendas	150 899 224	274 630 739
Manutenção e reparação de material circulante	15 475 069	5 304
Outros Serviços	4 959 348	6 083 686
<b>Total</b>	<b>171 333 641</b>	<b>280 719 729</b>

Destacamos a diminuição registada na prestação de serviços de passageiros, em cerca de 124 milhões de euros, em resultado da pandemia COVID 19. Este impacto negativo foi compensado parcialmente em resultado da integração dos serviços de manutenção e reparação na CP, e do registo dos respetivos rendimentos, no valor de aproximadamente 15,5 milhões de euros, na sequência do processo de fusão com a EMEF que se consumou em 1 de janeiro de 2020.

## Subsídios à Exploração (nota 30)

No quadro seguinte identificam-se os subsídios à exploração reconhecidos como rendimentos nos períodos de 2020 e 2019:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Subsídios diversos		
Indemnizações compensatórias	-	40 000 000
Contrato de serviço público	88 101 529	-
Formação IEFP	-	3 543
Subsídios Shift2Rail	25 855	-
<b>Total</b>	<b>88 127 384</b>	<b>40 003 543</b>

De acordo com o previsto no Diário da República n.º 177/2019, série I de 16 de setembro, a empresa recebeu em 2019, o montante de 40 milhões de euros de indemnizações compensatórias.

O contrato de serviço público assinado em 28 de novembro de 2019 entre o Estado e a CP, foi visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Assim, decorrente da formalização do contrato, foram pagas à CP, em 2020, as compensações financeiras acordadas antecipadamente com o Estado, sem prejuízo de eventuais acertos que venham a ser apurados e concertados entre as partes, tal como previsto no contrato, decorrentes da reconciliação das obrigações de serviço público da CP efetivamente prestadas e dos consequentes custos incorridos e das receitas cobradas.

## Ganhos/perdas imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (nota 31)

Os ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Ganhos		
Aplicação do método da equivalência patrimonial	995 201	9 152 932
Outros	191 579	-
<b>Total</b>	<b>1 186 780</b>	<b>9 152 932</b>

A redução verificada nos ganhos imputados a subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, resulta sobretudo da operação de fusão por incorporação da EMEF na CP, deixando-se de registar ganhos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial à participação anteriormente detida naquela entidade

## Variação da Produção (nota 32)

	(valores em euros)	
	2020	2019
Inventários finais		
Produtos acabados e intermédios	3 187 222	-
Produtos e trabalhos em curso	793 346	-
Inventários iniciais		
Produtos acabados e intermédios	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-
	<b>3 980 568</b>	<b>-</b>

Os valores apresentados em 2020 decorrem da integração na empresa da atividade de manutenção e reparação de material circulante.

## Trabalhos para a própria entidade (nota 33)

A rubrica de trabalhos para a própria entidade regista os trabalhos realizados pela componente de manutenção no material circulante e é analisada como se segue:

	(valores em euros)	
Descrição	2020	2019
Ativos fixos tangíveis	14 047 695	-
<b>Total</b>	<b>14 047 695</b>	<b>-</b>

## Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (nota 34)

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas apresenta-se como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Mercadorias	( 316)	( 796)
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(22 695 225)	(6 286 847)
<b>Total</b>	<b>(22 695 541)</b>	<b>(6 287 643)</b>

O acentuado aumento que se observa nesta rubrica resulta essencialmente da integração dos serviços de reparação e manutenção de material circulante que transitaram da EMEF por via da fusão.

O gasto com consumo de combustível sofreu uma diminuição, na ordem dos 1,8 milhões de euros, que se deveu em grande medida à diminuição das prestações de serviço de transporte ferroviário de passageiros, resultante da situação de pandemia provocada pela pandemia COVID-19.

## **Fornecimentos e Serviços Externos (nota 35)**

A rubrica de fornecimentos e serviços externos apresenta o seguinte detalhe:

	<b>(valores em euros)</b>	
<b>Descrição</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Subcontratos:</b>		
Limpeza instalações	( 866 561)	( 282 240)
Limpeza material circulante	(3 216 557)	(2 790 109)
Serviços adicionais e auxiliares	(3 992 919)	(4 071 368)
Serviços restauração	(1 133 622)	(2 395 538)
Acordo CP/Renfe	( 980 040)	(4 434 731)
Outros subcontratos	(13 208 893)	(8 754 156)
<b>Serviços especializados:</b>		
Conservação e reparação	(6 398 332)	(45 755 037)
Trabalhos especializados	(3 734 272)	( 483 171)
Vigilância e segurança	(4 103 207)	( 874 746)
Utilização material circulante	( 47 146)	( 306 449)
Outros serviços especializados	(1 477 406)	(2 480 962)
Materiais	( 699 230)	( 138 422)
<b>Energia e fluidos:</b>		
Electricidade	(20 237 433)	(24 190 488)
Combustíveis	( 233 661)	( 130 205)
Água	( 183 160)	( 138 150)
<b>Outros:</b>		
Deslocações, estadas e transportes	( 664 212)	(3 370 974)
Cont <sup>4</sup> CP/ACE (EMEF/Siemens)	(5 339 663)	(4 965 326)
Taxa uso infraestrutura	(50 446 957)	(56 848 060)
Outras rendas e alugueres	(12 075 922)	(11 823 690)
Comunicação	( 603 394)	( 480 906)
Seguros	( 655 998)	( 259 930)
Outros serviços	( 846 582)	( 228 828)
<b>Total</b>	<b>(131145 167)</b>	<b>(175 203 486)</b>

Em 2020, verificou-se uma diminuição na rubrica de fornecimentos e serviços externos, no valor de 44,1 milhões de euros. Para esta redução contribuíram, fundamentalmente:

- Em resultado do processo de fusão com a EMEF, verificou-se, por um lado, uma diminuição dos gastos com reparação de material circulante, na ordem dos 39,4 milhões de euros, e, em sentido contrário, um aumento dos gastos com outros subcontratos, nomeadamente os que estão ligados à área de manutenção, no montante de 8,5 milhões de euros. Ainda ao nível dos subcontratos de realçar a diminuição dos encargos decorrentes do acordo CP Renfe, no valor aproximado de 3,5 milhões de euros, o que fez com que o aumento líquido desta rubrica se situasse nos 4,5 milhões de euros;
- A situação de pandemia e a inerente diminuição dos serviços de transporte de passageiros, refletiu-se num decréscimo dos gastos com a taxa de utilização da infraestrutura, que rondou os 6,4 milhões de euros, e com eletricidade, de cerca de 4 milhões de euros.

## Gastos com Pessoal (nota 36)

A rubrica de gastos com pessoal apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	( 537 515)	( 484 677)
Remunerações do pessoal	(107 818 532)	(83 263 763)
Indemnizações	( 139 335)	(1 161 188)
Encargos sobre remunerações	(24 118 155)	(18 793 287)
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	(3 990 749)	(3 024 427)
Gastos de acção social	( 287 271)	( 258 234)
Outros gastos com o pessoal	(1 953 528)	(2 028 966)
<b>Total</b>	<b>(138 845 085)</b>	<b>(109 014 542)</b>

O aumento nos gastos com pessoal que se verifica, resulta essencialmente da integração dos trabalhadores da EMEF na CP, em virtude da fusão já referida anteriormente, bem como da implementação dos Acordos de Empresa.

O quadro seguinte apresenta o detalhe dos trabalhadores do quadro permanente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, por cargos de Direção/chefias superiores e categoria profissional:

Descrição	31-dez-20	31-dez-19
Órgãos sociais *	8	8
Directores/chefias superiores	379	260
Quadros superiores	379	248
Quadros médios	-	12
Chefias intermédias	269	207
Profissionais altamente qualificados	2 997	2 079
Profissionais semi-qualificados	78	92
Profissionais não-qualificados	5	-
<b>Total</b>	<b>3 736</b>	<b>2 646</b>

\* Inclui três elementos pertencentes ao Conselho Fiscal

## Imparidades de Investimento Não Depreciáveis/ Amortizáveis (nota 37)

O detalhe desta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Perdas		
Ativos não correntes detidos para venda	-	( 679 963)
Reversões		
Ativos não correntes detidos para venda	3 485 991	214 574
<b>Total</b>	<b>3 485 991</b>	<b>( 465 389)</b>

Em 2020 regista-se uma reversão das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis de cerca de 3,5 milhões de euros, que resulta essencialmente da recuperação para o serviço de transporte de passageiros de material circulante que se encontrava inoperacional.

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>				
	<b>saldo inicial</b>	<b>adições</b>	<b>reversões</b>	<b>transferências</b>	<b>saldo final</b>
Edifícios e outras construções	3 897	-	-	-	3 897
Equipamento básico	7 674 630	-	(3 485 991)	-	4 188 639
<b>Total</b>	<b>7 678 527</b>	<b>-</b>	<b>(3 485 991)</b>	<b>-</b>	<b>4 192 536</b>

## Outros Rendimentos (nota 38)

A rubrica de outros rendimentos apresenta o seguinte detalhe:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Rendimentos suplementares	3 613 098	9 051 144
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 477	-
Ganhos em inventários	13 625	5 015
Restantes ativos financeiros	1 656 483	1 846 666
Investimentos não financeiros	38 914	489 043
Outros	16 140 338	12 668 085
<b>Total</b>	<b>21 463 935</b>	<b>24 059 953</b>

Para a diminuição desta rubrica, em 2020, contribuiu essencialmente a redução na rubrica de *rendimentos suplementares*, no montante de 5,4 milhões de euros, com especial enfoque na concessão de instalações (instalações arrendadas à EMEF, em 2019) e na venda de cartões para passes e assinaturas, por via da diminuição dos serviços de transporte de passageiros em resultado da pandemia COVID-19.

De salientar que esta diminuição foi compensada parcialmente pelo aumento da rubrica de *outros*, em 3,5 milhões de euros. Destacam-se pelo contributo para esta variação, o reconhecimento de rendimentos decorrentes de anulação de excesso de estimativa de imposto, no valor de 1,5 milhões de euros, e de devolução de impostos que haviam sido retidos indevidamente pela Autoridade Tributária entre os exercícios de 2000 a 2003 (0,7 milhões de euros).

## Outros Gastos (nota 39)

A rubrica de outros gastos e perdas apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	(valores em euros)	
	2020	2019
Impostos	( 311 104)	( 195 734)
Perdas em inventários	( 118 536)	( 14 256)
Investimentos não financeiros	( 52 461)	( 236 274)
O outros	(7 745 553)	(6 930 520)
<b>Total</b>	<b>(8 227 654)</b>	<b>(7 376 784)</b>

Para a variação da rubrica de outros gastos contribuíram fundamentalmente os seguintes factos:

- Decréscimo dos gastos associados a diferenças cambiais (em cerca de 1,4 milhões de euros) e que decorrem essencialmente de participação subscrita, mas não realizada, em francos suíços, na *Eurofima*;
- Diminuição dos gastos referentes a comissões com terminais eletrónicos (0,7 milhões de euros) em virtude da quebra nas vendas associadas ao transporte de passageiros;
- Em sentido inverso, ainda que em menor grau, verificou-se um aumento de gastos decorrentes de acerto de faturação fruto da formalização de novo acordo (1,6 milhões de euros), multas e penalidades contratuais (0,6 milhões de euros) e indemnizações por danos materiais (0,6 milhões de euros), este último como consequência do acidente com uma automotora da RENFE em setembro de 2016.

## Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização (nota 40)

A rubrica de gastos/reversões de depreciação apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Gastos		
Ativos fixos tangíveis	(59 127 788)	(52 967 706)
Ativos intangíveis	( 83 600)	-
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	-	9 703
Ativos intangíveis	-	-
<b>Total</b>	<b>(59 211 388)</b>	<b>(52 958 003)</b>

Os gastos registados resultam da depreciação/amortização dos bens de acordo com as suas vidas úteis definidas e detalhe apresentado na nota 4. Anualmente as vidas úteis esperadas dos bens são revistas, de forma a verificar que se encontram ajustadas à realidade.

Esta rubrica regista um aumento de aproximadamente 6,3 milhões de euros em resultado da integração dos ativos da EMEF na CP, bem como da reclassificação de algum material circulante, de ativo não corrente detido para venda para ativo fixo tangível, decorrente da sua reafecção à atividade comercial, com o conseqüente reconhecimento das depreciações pelo tempo decorrido desde a sua classificação em ativo não corrente detido para venda.

## Imparidade de Investimentos Depreciáveis e Amortizáveis (nota 41)

A rubrica de imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Reversões		
Ativos fixos tangíveis	548 477	814 416
<b>Total</b>	<b>548 477</b>	<b>814 416</b>

O valor registado em 2020 diz respeito à reversão de perdas de imparidade de material circulante (locomotivas).

## Juros e Rendimentos Similares Obtidos (nota 42)

A rubrica de juros e rendimentos similares obtidos é analisada como segue:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Juros obtidos	11 539	526 306
<b>Total</b>	<b>11 539</b>	<b>526 306</b>

Nesta rubrica são registados essencialmente os rendimentos relacionados com os juros dos empréstimos a empresas participadas.

Estes juros diminuíram em resultado da fusão da EMEF com a CP e conseqüente anulação do contrato de financiamento entre as duas sociedades.

## Juros e Gastos Similares Suportados (nota 43)

A rubrica de juros e gastos similares suportados apresenta os seguintes valores:

<b>Descrição</b>	<b>(valores em euros)</b>	
	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Juros suportados	(28 662 627)	(52 809 090)
Outros gastos e perdas	(1 959 829)	(2 967 632)
<b>Total</b>	<b>(30 622 456)</b>	<b>(55 776 722)</b>

Os gastos com juros e encargos financeiros suportados pela CP no decorrer do exercício de 2020, sofreram um decréscimo de 25,2 milhões de euros em comparação com o período homólogo, em resultado fundamentalmente da redução nos últimos anos do passivo remunerado da empresa, bem como das taxas de juro historicamente baixas que o mercado apresenta.

## Garantias e Avais (nota 44)

Garantias e avais prestados pela CP a terceiros, empresas do grupo e associadas:

(valores em euros)	
Empresa	Valor
Garantia prestada pela CP a Fernave	3 492
Garantias prestadas pela CP a terceiros	3 666 202

Garantias prestadas a favor da CP pelo Estado:

(valores em euros)	
Empresa	Valor
Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado	56 333 333

## Acontecimentos Relevantes Após a Data de Balanço (nota 45)

De referir os seguintes acontecimentos:

- Nesta data não são ainda possíveis de quantificar a totalidade dos impactos adicionais que a pandemia provocada pelo vírus COVID-19 pode vir a provocar na empresa, decorrente da imprevisibilidade da manutenção desta situação. De salientar, no entanto, a manutenção da forte quebra na utilização do transporte ferroviário, no 1º trimestre do ano, com impacto direto nos réditos da empresa.
- Não temos conhecimento de qualquer situação que em resultado do cenário pandémico devesse ser refletida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, não se colocando em causa o pressuposto da continuidade das operações.
- O Decreto-Lei n.º 121/2019, de 22 de agosto, estabelece no seu artigo 12.º, a dissolução e liquidação da OTLIS - Operadores de Transportes da Região de Lisboa, A. C. E., com a constituição das empresas previstas no referido decreto-lei e respetivo registo comercial. Tendo, em 23 de dezembro de 2020, o Tribunal de Contas emitido visto prévio favorável à constituição da TML - Transportes Metropolitanos de Lisboa, E.M.T., S.A., a Área Metropolitana de Lisboa (AML) outorgou a escritura pública de constituição da TML, com produção de efeitos em 17 de fevereiro de 2021 (data da transmissão). Assim, por força do artigo 12.º do Decreto-lei referido, teve lugar na data da transmissão a transmissão global do património da OTLIS para a TML, devendo a AML ou a TML acordar com os Membros da OTLIS ou com os seus liquidatários a contrapartida pela referida transmissão.

## **Proposta de aplicação de resultados (nota 46)**

Nos termos das disposições em vigor, propõe-se que os resultados líquidos do exercício, prejuízo de 95.399.259 euros, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Relatório e Contas 2020

# RELATÓRIO DE AUDITORIA



## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 532.914.753 euros e um total de capital próprio negativo de 1.778.676.901 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 95.399.259 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

A Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos de montante significativo (nomeadamente o resultado líquido dos anos findos em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018 e 2019, cujos Relatórios e Contas não foram ainda aprovados pela Tutela Sectorial e Financeira), apresentando, em 31 de dezembro de 2020, um total de capital próprio negativo de 1.778.676.901 euros.

Conforme referido na nota 1 do anexo, em 28 de novembro de 2019, o contrato de serviço público foi assinado entre o Estado e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., o qual foi posteriormente visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Assim, decorrente da formalização do contrato, foram pagas à Entidade, em 2020, as compensações financeiras acordadas com o Estado.

Adicionalmente, e conforme referido na nota 2 do anexo, em 26 de dezembro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei N. °174/2019-B, que aprovou a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., na CP - Comboios de Portugal, E. P. E., com efeitos a 1 de janeiro de 2020.

Decorrente da pandemia COVID-19, a Entidade deverá continuar a aferir os potenciais impactos desta situação na sua atividade operacional e demonstrações financeiras futuras. Conforme referido na nota 45 do anexo, não é conhecida qualquer situação que pudesse originar ajustamentos nas demonstrações financeiras em análise ou que colocasse em causa a continuidade da Entidade.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

### **Matérias relevantes de auditoria**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>	<b>Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados</b>
---	--

#### **Reconhecimento do Rédito**

O rédito dos serviços prestados pela Entidade, que incluem essencialmente o transporte de passageiros e a manutenção e reparação de material circulante, em 31 de dezembro de 2020, ascendeu a 171.333.641 euros, conforme divulgado na nota 29.

O risco do reconhecimento do rédito está relacionado com o elevado número de registos do sistema da bilhética e com a respetiva integração destes na contabilidade, pelo que o consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) levantamento e análise dos controlos relevantes identificados no ciclo da receita;
- b) teste à operacionalidade dos controlos relacionados com a integração da receita na contabilidade;
- c) análise dos ajustamentos efectuados ao rédito no final do ano; e
- d) identificação e análise das principais variações na rubrica da receita.



---

### **Imparidade dos ativos fixos tangíveis**

Em 31 de dezembro de 2020, a imparidade dos ativos fixos tangíveis ascende a 3.631.107 euros, conforme divulgado na nota 9.

O apuramento da imparidade realizado pela Entidade assenta em validações efetuadas pelos responsáveis operacionais, para o material circulante, as quais estão associadas ao nível de rotação do material circulante e à expectativa de alienação daquele que se encontra obsoleto, e por peritos independentes, para os imóveis, o que nos leva a considerar este tema como uma matéria relevante de auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou em estado obsoleto;
- b) análise do suporte ao cálculo das imparidades registadas, incluindo os respectivos critérios adotados e as avaliações independentes dos imóveis;
- c) análise dos principais movimentos das imparidades registados no ano;
- d) indagação junto da gestão da Entidade; e
- e) verificação da adequabilidade das divulgações das imparidades no anexo.

---

### **Imparidade dos inventários**

Os inventários, que em 31 de dezembro de 2020 ascendem a 36.631.813 euros, são registados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme descrito na nota 4.

Associado às responsabilidades assumidas perante os seus clientes, a Entidade detém inventários por longos períodos. Assim, face ao montante dos inventários e ao elevado nível de julgamento por parte da Administração na estimativa das perdas por imparidade (conforme referido na nota 15), consideramos ser uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;
- b) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pela Entidade;
- c) análise dos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa da imparidade dos inventários;
- d) corroboração dos pressupostos subjacentes com equipas técnicas da Entidade;
- e) análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no ano;
- f) aferição da consistência dos critérios com os utilizados no ano anterior; e
- g) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade no anexo.

---



---

## Provisões

As provisões apresentam um saldo de 15.646.965 euros, em 31 de dezembro de 2020, conforme divulgado na nota 25.

Esta rubrica inclui, essencialmente, provisões para processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais e acidentes ferroviários.

A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais encontra-se suportada por um estudo actuarial preparado por um perito independente.

Os movimentos registados nas restantes provisões são suportados nos pareceres dos assessores jurídicos da Entidade.

Consideramos as provisões uma matéria relevante de auditoria pelo complexo grau de julgamento e de incerteza associado.

Entre outros, efetuámos os seguintes procedimentos de auditoria:

- a) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões e análise dos principais movimentos do ano;
  - b) obtenção da listagem dos processos judiciais em curso através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados e análise das respostas obtidas;
  - c) indagação junto da área jurídica e da gestão da Entidade;
  - d) obtenção e apreciação do estudo actuarial que suporta o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais; e
  - e) verificação da adequabilidade das divulgações das provisões no anexo.
- 

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, e da demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.



## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;



- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais**

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6 do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, o qual deverá ser publicado no seu sítio na Internet no prazo legal.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de julho de 2014 para um mandato compreendido entre 2014 e 2016. Fomos nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de maio de 2017 para um segundo mandato compreendido entre 2017 e 2019. Fomos ainda nomeados/eleitos na reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de agosto de 2020 para o ano de 2020.



- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços.

Lisboa, 16 de junho de 2021

RIBEIRO, RIGUEIRA, MARQUES, ROSEIRO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Joaquim Eduardo Pinto Ribeiro, ROC n° 1015  
Registado na CMVM com o n° 20160630



Relatório e Contas 2020

# **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 532.914.753 euros e um total de capital próprio negativo de 1.778.676.901 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 95.399.259 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.** em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### ÊNFASES

Conforme mencionado no ponto 7 do Relatório de Gestão, os Relatórios e Contas da Entidade referentes aos exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019 ainda não se encontram formalmente aprovados pela Tutela. Saliemos ainda que a Entidade tem vindo a acumular resultados líquidos negativos consecutivos, de

montante significativo, apresentando, em 31 de dezembro de 2020, um total de capital próprio negativo de 1.778.676.901 euros. O total do ativo corrente (91.515.902 euros) é substancialmente inferior ao total do passivo corrente (1.915.394.539 euros), sendo o grau de endividamento elevado, conforme nota 26 do anexo. Tratando-se de uma E.P.E., com relevantes obrigações inerentes ao serviço público que presta, o financiamento da atividade encontra-se maioritariamente suportado por capitais do Estado Português.

Conforme referido na nota 1 do anexo, em 28 de novembro de 2019, o contrato de serviço público foi assinado entre o Estado e a CP – Comboios de Portugal, E.P.E., o qual foi posteriormente visado pelo Tribunal de Contas no dia 26 de junho de 2020. Assim, decorrente da formalização do contrato, foram pagas à Entidade, em 2020, as compensações financeiras acordadas com o Estado.

Conforme referido na nota 1 do anexo, foi concretizada em 01 de janeiro de 2020, a fusão por incorporação da EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A., na Entidade, publicada em 26 de dezembro de 2019 por Decreto-Lei N.º 174/2019-B. A CP – Comboios de Portugal, E.P.E. sucede assim em todos os direitos e obrigações, legais e contratuais, da EMEF, S.A., que integram a respetiva esfera jurídica à data de efeitos da fusão. Os efeitos da fusão encontram-se divulgados em sede da nota 2 do anexo.

Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde declarou o surto do novo coronavírus, designado Covid-19, como pandemia. A disseminação da doença provocou uma contração súbita da atividade económica, com impactos significativos a nível nacional e internacional, e efeitos negativos nas perspetivas de evolução futuras da economia. Os efeitos decorrentes deste acontecimento para a atividade da Entidade encontram-se divulgados na nota 45 do anexo às demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA**

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

<b>Imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes, detidos para venda</b> (Divulgações relacionadas com as notas 4, 9 e 37 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilístico de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes, detidos para venda ascendia a 408.936 milhares de euros e 2.703 milhares de euros, respetivamente. Conforme divulgado na nota 4, a Entidade reconhece perdas por imparidade quando o valor recuperável de um determinado ativo se revela inferior ao seu valor contabilístico.</p> <p>Os testes de imparidade realizados pela Entidade assentam em validações preparadas pelos responsáveis operacionais que têm por base diversos pressupostos e critérios definidos pela Entidade, nomeadamente a rotação do material circulante e expectativa de vida útil remanescente associada à operação, o que nos leva a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p> <p>Decorrente do seu processo de análise, a Entidade apresenta, nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, perdas por imparidade acumuladas de 3.631 milhares de euros em relação aos ativos fixos tangíveis (Nota 9) e 4.193 milhares de euros aos ativos não correntes, detidos para venda (Nota 37).</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) análise dos critérios definidos pela Entidade para identificação de material circulante com rotação reduzida ou obsoleto, bem como os critérios de ajustamento definidos para reduzir o valor dos ativos ao seu valor de realização;</li> <li>ii) obtenção do suporte ao cálculo da imparidade efetuado pela gestão, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico;</li> <li>iii) revisão dos movimentos ocorridos no ano na rubrica de perdas por imparidade de ativos fixos tangíveis e de ativos não correntes, detidos para venda;</li> <li>iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão; e</li> <li>v) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

<b>Reconhecimento do Rédito</b> (Divulgações relacionadas com as notas 4 e 29 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>O rédito resultante dos serviços prestados pela Entidade é proveniente, essencialmente, da venda dos bilhetes de passageiros. Em 31 de dezembro de 2020, ascendeu a 171.334 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 29 do Anexo.</p> <p>A materialidade do valor e o elevado número de registos do sistema da bilhética e a sua integração na contabilidade, levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) levantamento e análise do desenho e implementação do processo e controlos relevantes no ciclo da receita;</li> <li>ii) realização de diversos procedimentos analíticos, incluindo a análise de evoluções mensais por tipologia de serviços e a comparação com os valores de exercícios anteriores; e</li> <li>iii) execução de procedimentos específicos de validação do correto corte de operações;</li> <li>iv) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

<b>Valorização das provisões</b>	
(Divulgações relacionadas com as notas 4 e 25 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de provisões apresenta um saldo de 15.647 milhares de euros, correspondendo 4.325 milhares de euros a processos judiciais em curso e acidentes ferroviários, 9.324 milhares de euros a acidentes de trabalho e doenças profissionais e 1.998 milhares de euros a outros riscos e encargos. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 25 do Anexo.</p> <p>A responsabilidade relacionada com acidentes de trabalho e doenças profissionais é suportada por um estudo atuarial preparado por peritos atuariais independentes contratados pela Entidade.</p> <p>A materialidade do valor e a complexidade de julgamento quanto aos pressupostos utilizados na avaliação do montante das responsabilidades e do desfecho provável dos processos judiciais em curso, assim como, na determinação das responsabilidades relacionadas com acidentes de trabalho e doenças profissionais (estudo atuarial preparado por peritos independentes), levam-nos a considerar este tema uma matéria relevante na nossa auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) decomposição do saldo apresentado na rubrica de provisões;</li> <li>ii) obtenção e análise das listagens de processos judiciais em curso em que a Entidade se encontra envolvida através de procedimentos de confirmação externa junto dos advogados que prestam serviços à Entidade;</li> <li>iii) indagação junto da área jurídica da Entidade quanto à adequabilidade dos julgamentos efetuados sobre processos judiciais em curso;</li> <li>iv) leitura e análise das atas do Conselho de Administração e indagação junto da gestão;</li> <li>v) obtenção e leitura do estudo preparado pelos peritos independentes para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho e doenças profissionais;</li> <li>vi) avaliação da razoabilidade dos pressupostos atuariais utilizados para mensurar o valor presente das responsabilidades com acidentes de trabalho; e</li> <li>vii) verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

<b>Imparidade dos inventários</b>	
(Divulgações relacionadas com as notas 4 e 15 do anexo às demonstrações financeiras individuais)	
<b>Descrição dos riscos de distorção material mais significativos</b>	<b>Síntese da abordagem de auditoria</b>
<p>Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de inventários apresenta um valor de 36.632 milhares de euros. As divulgações relacionadas com esta matéria são apresentadas nas notas 4 e 15 do Anexo.</p> <p>Os inventários são constituídos essencialmente por peças a serem usadas em intervenções de manutenção e reparação no material circulante próprio e no material circulante de clientes externos, bem como por peças reparadas (rotáveis), retiradas do material circulante, para posterior reparação e aplicação em séries ativas e fabricos próprios.</p> <p>Quer a materialidade dos inventários, quer a estimativa das imparidades associada (vide nota 15 do Anexo), conduz a que esta rubrica seja por nós classificada como matéria relevante de auditoria.</p>	<p>Os nossos procedimentos relativos a esta matéria incluem, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>i) análise das políticas contabilísticas associadas a esta matéria;</li> <li>ii) assistência às contagens físicas de inventários efetuadas pela Entidade;</li> <li>iii) análise dos pressupostos subjacentes ao cálculo da estimativa da imparidade dos inventários;</li> <li>iv) análise dos principais movimentos da imparidade ocorridos no ano; e</li> <li>v) verificação da adequabilidade das divulgações da imparidade do anexo.</li> </ul>

## **RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO E DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão e da demonstração não financeira, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## **RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base

para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas

para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

### **SOBRE A DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA**

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade irá preparar um relatório separado do relatório de gestão que inclui a demonstração não financeira, conforme previsto no artigo 66.º-B do Código das Sociedades Comerciais. Tal como se encontra divulgado no ponto 7 do Relatório de Gestão, a respetiva publicação no sítio na Internet só ocorrerá após a publicação do Relatório & Contas ou Relatório Anual de Gestão, circunstância que não se tendo verificado à data, impossibilita o cumprimento do prazo legal previsto para o efeito.

### **SOBRE OS ELEMENTOS ADICIONAIS PREVISTOS NO ARTIGO 10.º DO REGULAMENTO (UE) N.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados Revisores Oficiais de Contas da Entidade pela primeira vez por despacho a 16 de maio de 2014 para completar o mandato compreendido entre 2013 e 2015, mantendo-nos em funções para os exercícios de 2016, 2017, 2018 e 2019, na ausência da ocorrência de nova designação.
- Através de despacho de 24 de junho de 2021, foi nomeado novo Revisor Oficial de Contas, esclarecendo o mesmo despacho que a referida nomeação apenas produz efeito após o fim da

certificação das contas individuais e consolidadas de 2020.

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 07 de julho de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 07 de julho de 2021

**OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n° 1.056

Relatório e Contas 2020

# RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL



**RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**CONTAS INDIVIDUAIS 2020 DA CP – COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.**

## 1. INTRODUÇÃO

No âmbito das disposições legais e estatutárias, designadamente, a alínea d) do n.º 2 do artigo 15.º dos Estatutos da empresa<sup>1</sup> e os artigos 420.º e 452.º do Código das Sociedades Comerciais<sup>2</sup> (CSC), cabe ao Conselho Fiscal (CF) apresentar o relatório da sua ação fiscalizadora e emitir pareceres sobre o relatório de gestão, as demonstrações financeiras individuais, e a proposta de aplicação de resultados da CP – Comboios de Portugal, E.P.E., doravante designada abreviadamente como CP, documentos referentes à prestação de contas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2020, atento à certificação legal das contas (CLC) emitida pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) e às informações constantes no Relatório Adicional de Auditoria<sup>3</sup>. Acresce ainda as conclusões contidas no Relatório de Auditoria do Auditor Externo sobre as demonstrações financeiras desse ano<sup>4</sup>, as quais são consistentes com as conclusões da revisão legal efetuada às contas da CP.

Em conformidade com as orientações do acionista Estado, nomeadamente as constantes no ofício circular da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) SAI\_DGTF/2021/173-DSPE, de 12 de janeiro<sup>5</sup>, compete igualmente ao CF a aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado (SEE), designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2020, bem como a aferição do cumprimento da apresentação do Relatório anual de Boas Práticas do Governo Societário, do qual deve constar informação atual e completa sobre aquelas matérias, conforme previsto no n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e alterado pelas Leis n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e n.º 42/2016, de 28 de dezembro, doravante designado abreviadamente como RJSPE.

Assinale-se, a título enquadrador e informativo no âmbito do presente parecer, que:

- A CP é uma empresa pública, que se rege pelos seus Estatutos e pelo RJSPE;
- O Contrato de Serviço Público assinado em 28/11/2019, entre o Estado e a CP, produziu efeitos com o visto do Tribunal de Contas em 26/06/2020, o que permitiu que se iniciasse o pagamento das compensações financeiras previstas;
- De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 174-B/2019, de 26 de dezembro, a 1 de janeiro de 2020 concretizou-se a fusão por incorporação da EMEF – Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A. (EMEF) na CP, pelo que o relatório e contas ora em apreciação já refletem o resultado dessa operação;

<sup>1</sup> Aprovados pelo Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de junho, alterados e republicados pelos Decretos-Leis n.º 59/2012, de 14 de março e n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

<sup>2</sup> De acordo com o n.º 2 do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, os órgãos de administração e fiscalização têm as competências genéricas previstas na lei comercial, sem prejuízo do previsto em especial no referido regime jurídico.

<sup>3</sup> Ambos datados de 7 de julho de 2021.

<sup>4</sup> Emitido nos termos previstos do n.º 2 do artigo 45º do RJSPE.

<sup>5</sup> Referente às instruções sobre o processo de prestação de contas de 2020 para as entidades públicas empresariais.



## CONSELHO FISCAL

- O Estado tem mantido o apoio à empresa, nomeadamente, no que respeita ao suporte financeiro necessário com vista a assegurar o serviço da dívida e necessidades de exploração, através da concessão de empréstimos;
- O relatório de gestão e as demonstrações financeiras da CP, aprovados pelo Conselho de Administração em 15/06/2021, foram elaborados em conformidade com os artigos 65.º, 66.º, 66.ºA e 66.º B, do CSC e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 350.º da Lei n.º 75-B/2020 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2021 (LOE/2021);
- Cabe referir, como ponto prévio, que, para efeito da aferição do cumprimento das orientações legais vigentes para o SEE, a empresa teve em consideração a informação financeira referente a anos anteriores, designadamente, de 2016 a 2019, as quais aguardam aprovação pela tutela. Importa destacar que esta situação foi evidenciada quer nas ênfases na certificação legal das contas, quer pelo auditor externo no seu relatório de auditoria;
- As participações financeiras noutras empresas encontram-se reconhecidas nas demonstrações financeiras apresentadas pelo método da equivalência patrimonial (MEP), sempre que existe controlo ou influência significativa sobre as empresas participadas pela CP, enquanto que as restantes participações são reconhecidas ao custo de aquisição menos as perdas de imparidade determinada pela empresa, dado não ser possível obter, de forma fiável, o seu justo valor;
- Nos termos dos Regulamentos da União Europeia, no âmbito da segunda notificação de 2014<sup>6</sup> relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos e da revisão do Sistema Europeu de Contas e Regionais<sup>7</sup>, a CP foi reclassificada, passando a integrar, desde 2015, o perímetro das Administrações Públicas para efeitos de Contas Nacionais;
- O ano de 2020 foi fortemente influenciado pelos efeitos da pandemia pelo vírus SARS-COVID 19 e a declaração do estado de emergência em 22 de março de 2020. Esta situação provocou uma forte retração na economia e, conseqüentemente, na procura da CP, com uma quebra de 40% do número de passageiros e de 45% nos proveitos.

## 2. SÍNTESE DA AÇÃO DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2020, o Conselho Fiscal efetuou reuniões e acompanhou os aspetos que considerou mais relevantes no âmbito das suas funções, designadamente:

- i) Participação em reuniões com membros do Conselho de Administração por forma a acompanhar o desempenho da empresa;
- ii) Realização de reunião com o ROC;
- iii) Realização de reunião com os Auditores Externos;

<sup>6</sup> Emitida em setembro de 2014.

<sup>7</sup> SEC 2010.



COMBOIOS DE PORTUGAL

**CONSELHO FISCAL**

- iv) Elaboração dos pareceres sobre os relatórios e contas individuais e consolidadas referentes a 2019;
- v) Participação em reuniões com diversos departamentos da CP, sendo mais frequentes com as direções financeira e de planeamento e controlo da atividade da empresa;
- vi) Análise das propostas de planos de atividades e orçamento para 2020 e 2021 com a emissão dos respetivos pareceres;
- vii) Elaboração do parecer sobre Relatório & Contas Intercalar Consolidado referente ao 1.º semestre de 2020;
- viii) Emissão de pareceres sobre a obtenção de financiamentos junto da banca comercial e da DGTf;
- ix) Elaboração de outros relatórios e pareceres solicitados pelo Conselho de Administração, nomeadamente sobre a celebração de um contrato de comodato com uma autarquia local, tendo o como objeto um imóvel que integra o domínio público ferroviário;
- x) Realização do procedimento e apresentação da respetiva proposta de nomeação de ROC/SROC para o exercício de funções de auditoria, para o mandato 2020-2022, em conformidade com a deliberação deste órgão de fiscalização, de 9 de novembro de 2020.

**3. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELA CP**

A CP é uma entidade pública empresarial, pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, estando sujeita, conforme os respetivos estatutos, ao RJSPE, à tutela sectorial e financeira, a cargo respetivamente do Ministério das Infraestruturas e Habitação e do Ministério das Finanças, bem como ao controlo financeiro do Tribunal de Contas e da Inspeção-Geral de Finanças.

A empresa está sujeita a obrigações de serviço público e tem por finalidade principal a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros em linhas férreas, troços de linha e ramais que integram, ou venham a integrar, a rede ferroviária nacional, bem como o transporte internacional de passageiros.

A empresa está sujeita às obrigações de serviço público previsto no contrato assinado entre o Estado e a CP, em 2019, por um período de 10 anos, renovável por 5 anos, o qual só obteve visto do Tribunal de Contas em 26.06.2020.

Com a fusão da EMEF na CP, a atividade de manutenção de material circulante ferroviário foi internalizada, tendo como objetivo principal garantir a fiabilidade do referido material, enquanto operador de transporte, mas também cumprir os contratos estabelecidos com entidades terceiras.

É de salientar que a atividade da CP e, conseqüentemente, os resultados de 2020, foram fortemente influenciados pela situação da pandemia pelo vírus SARS-COVID 19, em virtude das medidas de contingência e confinamento determinadas, com os conseqüentes impactos na



#### CONSELHO FISCAL

atividade económica e, no caso vertente, no setor dos transportes, bem como pela fusão da EMEF na CP, pelo que os resultados alcançados, em 2020, devem ser comparados com as devidas reservas relativamente aos atingidos em 2019

Assim, em 2020, a CP transportou cerca de 87 milhões de passageiros, o que representou uma quebra de 40% (cerca de 58 milhões de passageiros) comparativamente a 2019, em resultado da pandemia e da declaração do estado de emergência.

Os serviços mais afetados foram o internacional com uma redução de cerca de 86%, bem como o longo curso e os urbanos do Porto com menos cerca de 60% e 51%, respetivamente.

Já o serviço urbano de Lisboa apresentou uma quebra de 36,2% (-37.351 passageiros) e o serviço Regional com uma descida de 40,8% (-4.215 passageiros).

Na análise da medida passageiros-quilómetro verificou-se a mesma tendência de descida, entre os 87% do serviço Internacional, 52,9% no serviço urbano do Porto e 36,9% no serviço urbano de Lisboa, face a 2019.

Neste contexto, importa destacar a redução dos proveitos de tráfego de cerca de 123 milhões de euros (45%) face ao exercício anterior, atingindo os 151 milhões de euros, repartidos entre os 72,6 milhões de euros obtidos nos Serviços Urbanos de Lisboa (-23,8%), 18,9 milhões de euros no Serviço Urbano do Porto (-38,3%), 41,4 milhões de euros no Serviço de Longo Curso (-62,3%) e os 15,5 milhões de euros no Serviço Regional (-44,6%).

Esta redução é justificada, como mencionado, pelo impacto da pandemia, apesar de em 1 de janeiro de 2020 ter sido implementada uma atualização tarifária de 1,4% nos serviços Alfa Pendular e de 0,38% nos restantes serviços, com exceção dos títulos ocasionais (bilhetes) dos serviços Urbanos de Lisboa, que se mantiveram inalterados.

Ao nível dos Recursos Humanos, a CP terminou o ano de 2020 com um total de 3.736 trabalhadores<sup>8</sup>, quando, em 2019, a CP e a EMEF apresentavam 3.655 trabalhadores, verificando-se um acréscimo de 81, que resulta da entrada de 173 trabalhadores (cfr. RCM n.º 110/2019; Despachos n.º 80/2020-SET e n.º 82/2020-SET) e da saída de 92, essencialmente por reforma (68).

A CP realizou investimentos de 21 milhões de euros, dos quais cerca de 80% (16,7 milhões de euros) respeitaram a reparações do material circulante e 2,8% referente ao primeiro adiantamento à RENFE pela aquisição de 50 carruagens e as despesas de remoção de amianto das mesmas.

#### 4. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

As demonstrações financeiras anexas ao Relatório e Contas da CP, compreendem, os seguintes elementos:

i) o balanço individual que, em 31 de dezembro de 2020, evidencia um total do ativo de cerca de 532,9 milhões de euros, um total de capital próprio negativo de cerca de 1.778,7 milhões de

<sup>8</sup> Correspondente aos trabalhadores a cargo à CP, efetivo à qual a empresa paga.



### CONSELHO FISCAL

euros, incluindo um resultado líquido negativo de cerca de 95,4 milhões de euros e um passivo de cerca de 2.311,6 milhões de euros;

ii) a demonstração individual dos resultados por naturezas que evidenciam um resultado operacional negativo de cerca de 64,5 milhões de euros;

iv) a demonstração das alterações no capital próprio que demonstra uma alteração negativa de cerca de 106 milhões de euros;

v) a demonstração individual dos fluxos de caixa que assinala um saldo final de 32,7 milhões de euros (uma variação negativa de cerca de 6,9 milhões de euros, relativamente ao início do período) e, ainda,

vi) o Anexo às demonstrações financeiras que contém as principais políticas contabilísticas aplicadas.

Da análise das demonstrações financeiras, e pela sua materialidade, entendemos de destacar os seguintes aspetos face ao impacto económico financeiro dos mesmos na situação financeira e patrimonial da empresa, salientando-se, no entanto, como ponto prévio, a considerar nas análises comparativas, que decorrente da fusão por incorporação da EMEF na CP, as demonstrações financeiras individuais da CP de 2020 integram a atividade desenvolvida anteriormente pela EMEF, o que não acontece com o comparativo de 2019<sup>9</sup>:

- Em termos da estrutura financeira refletida no balanço, constata-se que, embora a mesma se tenha mantido em valores semelhantes aos verificados no ano transato, a empresa apresenta uma evolução negativa, de 2019 para 2020, decorrente, quer do aumento do passivo, em de cerca de 64,9 milhões de euros, quer ainda do agravamento do capital próprio, em cerca de 106 milhões de euros;
- Para esta situação contribuiu, essencialmente, o incremento dos financiamentos obtidos junto do Estado, através da DGTF, bem como o agravamento dos resultados do exercício;
- Ao nível do balanço é ainda de registar uma redução no ativo, de cerca de 41 milhões de euros, em particular no ativo não corrente, nos ativos fixos tangíveis e nas participações financeiras, embora explicado, em grande parte, em virtude das depreciações destes ativos não terem sido compensadas pela realização de investimentos e apesar da integração dos ativos da EMEF na CP, e, ainda, pelo processo de fusão da EMEF na CP, que originou a anulação da participação por contrapartida dos ativos e passivos que transitaram para a CP. É ainda de realçar em termos do ativo corrente, o aumento dos inventários, em resultado da incorporação dos inventários da EMEF na CP;
- Ao nível da exploração económica constatou-se uma evolução negativa dos resultados líquidos do exercício, que passaram de -51,6 milhões de euros, verificados em 2019, para cerca de -95,4 milhões de euros, em 2020 (i.e., um agravamento de cerca 43,8 milhões correspondente a cerca de 85% face ao verificado no ano transato);

<sup>9</sup> As demonstrações financeiras de 2019, usadas como comparativo, refletem a participação da CP na EMEF por via da aplicação do método de equivalência patrimonial e integração no resultado da CP.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

- Para a evolução negativa do resultado líquido contribuiu o valor do resultado operacional, que, no final de 2020, atingiu valores negativos de cerca de 64,5 Milhões de euros, ou seja, uma variação de cerca de - 1.561,7%, relativamente ao verificado no exercício de 2019;
- Ainda relativamente ao resultado operacional, destacam-se a variação negativa dos rendimentos provenientes das vendas e serviços prestados, de cerca de 109,4 milhões de euros que, conforme referido anteriormente, resultou do impacto da situação da pandemia pelo vírus SARS-COVID 19 e da redução da quebra de passageiros (refletida numa redução dos rendimentos provenientes das prestações de serviços de transporte de passageiros de cerca de 123,7 milhões de euros). Assim, e ainda que se tenha verificado um incremento dos subsídios à exploração (de cerca de 48,1 milhões de euros, no âmbito das compensações previstas no contrato de obrigações de serviço público) e uma redução dos gastos com FSE (de cerca de 44,1 milhões de euros), tal não foi suficiente para compensar a redução significativa dos rendimentos provenientes da atividade e do incremento dos gastos com pessoal, entre outras variações verificadas no exercício de 2020;
- Desta forma, assinala-se, ainda, ao nível do incremento verificado nos gastos com pessoal, de cerca de 29,8 milhões de euros relativamente ao verificado no ano transato, refletindo, essencialmente, a integração dos trabalhadores da EMEF no quadro da CP, mas igualmente a implementação dos Acordos de Empresa assinados com as Organizações Representativas dos Trabalhadores e da variação do efetivo global (EMEF+CP) a cargo de 81 trabalhadores;
- Ainda ao nível da demonstração de resultados, destacam-se, igualmente, as variações significativas das imparidades registadas, referentes a inventários (aumento de cerca de 4,8 milhões de euros, na sequência da integração da atividade de manutenção e reparação na CP e do ajustamento dos critérios)<sup>10</sup>, dívidas a receber (aumento em cerca de 2,9 milhões de euros, para reconhecimento da perda do valor em dívida relativo à comparticipação dos passes sociais, respeitante aos exercícios de 2018 e 2019) e de investimentos não depreciables/amortizáveis (neste caso em sentido contrário, registando-se uma redução da imparidade em cerca de 4 milhões de euros, essencialmente face à reversão das imparidades que resultou da recuperação para o serviço de transporte de passageiros de material circulante que se encontrava inoperacional);
- Assim, e em face essencialmente dos movimentos anteriormente referidos, a CP apresenta, no final de 2020, um EBITDA negativo de cerca 5,8 milhões de euros<sup>11</sup>, que representa um agravamento, relativamente ao verificado em 2019, de cerca de 62,4 milhões de euros (cerca de 110,28%);
- Destaca-se, ainda, ao nível dos resultados, uma melhoria do resultado financeiro em cerca de 24,6 milhões de euros, situando-se, no final de 2019, em cerca de - 30,6 milhões de euros. Esta melhoria resultou, essencialmente, pelo facto do valor médio da

<sup>10</sup> Refira-se que a imparidade sobre os inventários consta da CLC como matéria relevante de auditoria.

<sup>11</sup> O EBITDA recorrente da atividade de transporte ascendeu, em 2020, a cerca de - 4,1 milhões de euros o que representou um decréscimo de cerca de 52,2 milhões de euros face ao ano anterior.



## CONSELHO FISCAL

dívida financeira, em 2019, ter sido superior, pese embora a dívida remunerada, que no final de 2020 ascendeu a cerca 2.132 milhões de euros, tenha sofrido um acréscimo de mais 65 milhões de euros, em comparação com o final de 2019 (acréscimo de do valor de endividamento ajustado de cerca de 1,1%), resultante de contratação de empréstimos junto da DGTF. A dívida remunerada, no final de 2020, engloba cerca de 1.630 milhões de euros junto da DGTF, e uma parte significativa está concentrada em maturidades de muito curto prazo, face aos sucessivos adiamentos das datas de vencimento contratualizadas com essa Direção-Geral.

- Em suma, a estrutura financeira e patrimonial da CP, que se tem caracterizado por desequilíbrios significativos e sistemáticos, dependendo da atuação do Estado para a resolução do forte endividamento e do financiamento da atividade operacional, em face de uma estrutura de custos que supera as receitas, foi ainda agravada, em 2020, em resultado do impacto da pandemia do COVID 19, o que pode dificultar, ainda mais, a sua integração num mercado de organização da rede ferroviária de acesso livre, decorrente Decreto-Lei n.º 124-A/2018, de 31 de dezembro.

## 5. ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE E CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS VIGENTES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

No âmbito das competências que lhe estão cometidas e tendo como referência o já acima mencionado ofício circular SAI\_DGTF/2021/173-DSPE, de 12 de janeiro, cabe ao CF aferir do cumprimento pela empresa das orientações legais vigentes para o SEE, designadamente o cumprimento das orientações relativas às remunerações vigentes em 2020, bem como da exigência constante no n.º 1 do artigo 54.º do RJSPE, que determina a obrigatoriedade da apresentação de um Relatório anual de Boas Práticas de Governo Societário, o qual deverá conter informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas pelo referido regime jurídico aplicável ao SEE.

### Relatório de Gestão

Em conformidade com o previsto nos artigos 65.º, 66.º, 66.º-A e 66.º-B do CSC, o Relatório de Gestão da CP traduz a observância daquelas disposições e de outras matérias legalmente em vigor, cumprindo, na generalidade, com as orientações aplicáveis ao SEE, nomeadamente as decorrentes do RJSPE.

### Relatório sobre informação não financeira prevista no artigo 66º-B do CSC

No que se refere, em particular, à obrigatoriedade de divulgação de informações não financeiras e de informação sobre a diversidade de certas grandes empresas e grupos, introduzida no ordenamento jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 27 de junho, ao abrigo do qual foram alterados, para o efeito, o CVM e o CSC, o CA da CP optou, conforme consta do relatório de gestão, por apresentar um relatório em separado, o qual será publicado no seu site da internet no prazo legal, dando, assim, cumprimento ao previsto na al. b) do n.º 9 do referido artigo 66º-B do CSC.



COMBOIOS DE PORTUGAL

**CONSELHO FISCAL****Relatório de Governo Societário**

Em cumprimento do previsto do n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, a CP apresentou o Relatório autónomo de Boas Práticas de Governo Societário referente ao exercício em análise, o qual obedece, na generalidade, à estrutura previamente definida pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), conforme modelo disponibilizado para 2020.

Nestes termos, e em cumprimento do n.º 5 do artigo 420.º do CSC, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui informação sobre as matérias reguladas no Capítulo II do RJSPE e os elementos exigíveis à entidade nos termos das demais disposições legais em vigor, incluindo as orientações aplicáveis, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, salientando-se ainda que sempre que não são aplicáveis alguns dos princípios recomendatórios são fundamentadas as razões da respetiva inaplicabilidade.

**Orientações legais vigentes para o SEE**

No âmbito da avaliação do cumprimento do quadro normativo aplicável à CP e das orientações transmitidas pelo detentor do capital estatutário, através do já supra referido ofício circular SAI\_DGTF/2021/173-DSPE, de 12 de janeiro, em observância com o artigo 420.º do CSC, e para além das matérias acima indicadas sobre o Relatório de Gestão, importa destacar o seguinte:

- a) **Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento**
- Em 2020, não foram fixados objetivos de gestão para o exercício, sendo a atividade da empresa norteada pelo PAO 2020-2022, apresentado pelo Conselho de Administração em outubro de 2020, o qual, segundo a empresa, considerava já as previsões face à pandemia COVID-19;
  - Em conformidade com orientações vigentes, a empresa apresenta num capítulo autónomo, a informação relativa à execução do PAO 2020, designadamente quanto aos objetivos operacionais, ao EBITDA, aos gastos com pessoal, à evolução do indicador relativo ao peso dos gastos operacionais no volume de negócio, aos respetivos resultados de performance, ao investimento e ainda ao limite de endividamento ajustado, justificando, na generalidade, os desvios observados;
  - Integrando a CP o perímetro das Administrações Públicas, a empresa apresenta, nos termos legalmente exigidos, informação detalhada sobre o grau de execução orçamental, tanto ao nível da receita como da despesa, referindo, em cada caso, os desvios mais importantes verificados e respetivas justificações.
- b) **Gestão do risco financeiro**
- No que se refere à gestão do risco financeiro, e em conformidade com o disposto no Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro, salienta-se que a atividade da CP encontra-se exposta ao risco de liquidez e ao risco de taxa de juro. Quanto ao primeiro, este risco encontra-se mitigado, em certa medida, pelo facto de a CP ser uma empresa pública detida 100% pelo Estado;



COMBOIOS DE PORTUGAL

CONSELHO FISCAL

No que se refere ao risco de taxa de juro, destaca-se, desde já, que a empresa não procedeu em 2020 à contratualização de nenhum instrumento financeiro de cobertura de taxa de juro, nem detém qualquer instrumento desta natureza em carteira com referência a 31 de dezembro de 2020.

c) Limite de crescimento do endividamento

- Em termos de endividamento, o valor ajustado, apurado nos termos da fórmula prevista no n.º 4 do artigo 159º do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho (DLEO 2019), isto é, tendo em consideração os aumentos de capital realizados pelo Estado e excluindo os novos investimentos com expressão material<sup>12</sup>, representou um acréscimo de 1,1%, em virtude do impacto dos empréstimos da DGTF, cumprindo, assim, o limite de 2% previsto no n.º 1 do artigo 60º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2020 (OE2020).

d) Prazo Médio de Pagamentos e Pagamentos em Atraso

- Conforme consta do capítulo “Cumprimento das Obrigações Legais” do Relatório e Contas, a CP não identifica pagamentos em atraso (“arrears”)<sup>13</sup> no final de 2020 por motivos imputáveis à empresa;

De acordo com os dados divulgados pela empresa, em 2020 o prazo médio de pagamentos<sup>14</sup> verificado no final do 4º trimestre de 2020 foi de 57 dias verificando-se um agravamento de 31 dias face ao registado a 31 de dezembro de 2019, em virtude, essencialmente, da quebra de receitas por efeito da pandemia COVID-19.

e) Recomendações aquando da última aprovação de contas

- Conforme referido anteriormente, as contas relativas aos exercícios de 2016 a 2019, não foram ainda objeto de aprovação por parte do titular da função acionista, pelo que não houve qualquer recomendação a observar em 2020.

f) Remunerações

- A CP demonstra o cumprimento das disposições sobre reduções remuneratórias previstas na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho (para os gestores públicos e equiparados);
- Sublinha-se ainda que, em 2020, a empresa manteve o procedimento de não atribuir prémios de gestão, cumprindo o que se encontrava legalmente previsto sobre esta matéria;
- Ainda no âmbito da divulgação do cumprimento das orientações legais nos termos previstos do citado ofício circular SAI\_DGTF/2021/173-DSPE, e no que se refere às obrigações de divulgação de informação no sítio da internet e no sítio do SEE, designadamente no que concerne à elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres<sup>15</sup> e do relatório anual sobre a prevenção da

<sup>12</sup> Os que não figuram no plano de investimento do ano anterior e cuja despesa prevista para ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa (cf. n.º 2 do artigo 159º do DLEO 2019).

<sup>13</sup> Nos termos previstos do Decreto-Lei n.º 63-A/2011, de 17 de maio.

<sup>14</sup> Nos termos previstos da RCM n.º 34/2008, de 14 de fevereiro.

<sup>15</sup> Nos termos previstos no n.º 2 da RCM n.º 18/2014, de 3 de março, as empresas do SEE devem promover, de três em três anos, a elaboração de um relatório, a divulgar internamente e a disponibilizar no respetivo sítio na Internet, sobre as remunerações pagas a mulheres e homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

corrupção, conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE, importa sublinhar que a CP deu cumprimento às referidas obrigações de divulgação.

g) Estatuto do Gestor Público

Tanto quanto é do conhecimento do CF, a CP deu cumprimento ao disposto no Estatuto do Gestor Público (EGP), no que concerne à não permissão de reembolso de despesas de representação pessoal, à não permissão de utilização de meios de pagamento para a realização de despesas ao serviço da empresa, ao limite de gastos com comunicações, bem como ao valor máximo estabelecido para combustível e portagens afetos às viaturas de serviço, não tendo sido, conforme consta do relatório, realizadas tanto pela empresa como pelos seus gestores quaisquer despesas confidenciais ou não documentadas.

h) Contratação Pública e Sistema Nacional de Compras Públicas

- A CP no âmbito dos procedimentos da contratação pública rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, sendo considerada entidade adjudicante do setor especial dos transportes. Nessa medida, utiliza as figuras de concursos públicos e limitados, por prévia qualificação ou a consulta a diversas entidades. O Regulamento de Compras, que contém as regras aplicáveis à Locação e Aquisição de Bens Móveis e Aquisição de Serviços e Empreitadas, está disponível no respetivo *site*;
- Neste seguimento, em 2020, a empresa submeteu a fiscalização prévia do Tribunal de Contas 1 contrato, de valor superior a 5 milhões de euros, no valor global de 158.140.672 euros<sup>16</sup>;
- A CP aderiu de forma voluntária ao Sistema Nacional de Compras Públicas em 2010, pelo que, caso a caso, verifica as vantagens em utilizar os Acordos-Quadro subscritos pela ESPAP, IP, recorrendo aos mesmos essencialmente para as áreas de vigilância e segurança humana, *renting* de viaturas, contratação de agência de viagens, aquisição de consumíveis de impressão, economato, papel e licenças Microsoft.

i) Parque de Veículos do Estado

- A CP aumentou significativamente o seu parque automóvel face a 2019, de 48 para 116 viaturas (+68, acréscimo de cerca de 142%), verificando-se igualmente um acréscimo dos gastos associados à frota automóvel, de cerca de 207,5 mil euros, correspondente a cerca de +77%, fundamentado na incorporação das viaturas da EMEF em virtude da fusão, bem como no facto de não se ter procedido ao abate de viaturas conforme planeado;

j) Estrutura de Gastos Operacionais

- O conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel diminuiu face a 2019, em cerca de 3,4 milhões de euros.

<sup>16</sup> Aquisição de 12 Unidades Bi-Modo e 10 Unidades Automotoras Eléctricas.



COMBOIOS DE PORTUGAL

## CONSELHO FISCAL

Ainda no que se refere às restantes medidas de redução de gastos operacionais previstas no artigo 158º do DLEO 2019, e para além dos aspetos anteriormente mencionados, reportam-se também os seguintes:

- O Rácio dos Gastos Operacionais sobre o Volume de Negócios, tendo por base os valores executados de 2019 e 2020, sofreu um acréscimo; contudo, tendo por base o impacto da pandemia por COVID 19, designadamente, a perda da receita estimada pela CP decorrente da pandemia, no valor de cerca de 138,4 milhões de euros, conforme consta da página 72 do Relatório e Contas, o rácio sofreu um decréscimo de cerca de 14,5 p.p.;
- Destaque-se, ainda e, relativamente aos valores executados de 2019 que, em termos globais, conforme anteriormente referido, verificou-se um acréscimo do número de trabalhadores da CP<sup>17</sup>, bem como, um crescimento dos gastos com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, das valorizações remuneratórias e da aplicação dos instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho<sup>18</sup>, de cerca de 25,9 milhões de euros (cerca de + 24%);
- Mais se constata o acréscimo dos gastos operacionais com o conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, de cerca de 1,3 milhões de euros (+ 276%), justificado, nomeadamente, pela incorporação da atividade de manutenção e reparação de material circulante e pelos gastos decorrentes de consultorias para apoio à fusão e à elaboração de estudo para o saneamento da dívida histórica.

k) Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

- No que se refere ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a CP tem requerido anualmente a dispensa, considerando que as especificidades das suas atividades exigem a manutenção de algumas contas bancárias e serviços bancários disponibilizados pela banca comercial;
- Assim e na sequência de pedido formulado para o efeito, através de despacho de 23 de novembro de 2020, o a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), dispensou a CP do cumprimento da UTE, para os anos de 2020 e 2021, somente quanto aos serviços ali identificados<sup>19</sup>.

## 6. PARECER

De acordo com o que precede e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas decorrente do exame realizado pela Oliveira, Reis & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., e o Relatório do Auditor Externo, Pinto Ribeiro, Lopes Rigueira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., o Conselho Fiscal analisou as demonstrações

<sup>17</sup> A 31 de dezembro de 2020, a CP contabilizava um total de 3.736 trabalhadores (2646 trabalhadores da CP e 1009 da EMEF, em 31 de dezembro de 2019) que corresponde a um aumento de 81 trabalhadores face a 2019.

<sup>18</sup> Que entraram em vigor em 2020, embora com efeitos retroativos a 2019, ascendendo a cerca de 5 milhões de euros em 2020.

<sup>19</sup> Valores objeto de recolha, transporte e contagem, valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados, valores das custódias de títulos que não sejam de dívida pública, valores dos contratos de leasing e factoring celebrados com a banca comercial, valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos, valores que forem arrecadados através de TPA virtual, pela utilização de cartões AMEX, e valores movimentados via DPG de SIBS.


**CONSELHO FISCAL**

financeiras individuais, preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, tendo concluído que tais elementos transmitem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CP, à data de 31 de dezembro de 2020, e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou, ainda, que o conjunto das demonstrações financeiras individuais da CP permite uma adequada compreensão da situação financeira da empresa, dos seus resultados e dos fluxos de caixa associados ao exercício em análise.

Em conclusão, o Conselho fiscal é de parecer que:

- i) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais da CP, relativos ao exercício de 2020, atentas as ênfases e as matérias relevantes de auditoria expressas na Certificação Legal das Contas;
- ii) Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados do exercício apresentada pelo Conselho de Administração, no sentido de o Resultado Líquido negativo no montante de 95.399.259 euros ser levado a resultados transitados.

Por último, o Conselho Fiscal regista com apreço e agradece toda a colaboração que lhe foi prestada ao longo do ano de 2020, tanto pelo Conselho de Administração como pelos demais colaboradores da CP

Lisboa, 15 de julho de 2021.

O Conselho Fiscal,

O Presidente,

**ANTÓNIO JOSÉ FARINHA SIMÃO** Assinado de forma digital por  
ANTÓNIO JOSÉ FARINHA SIMÃO  
Dados: 2021.07.15 15:37:55  
+01'00'

*António Farinha Simão*

Os Vogais,

**TERESA ISABEL CARVALHO COSTA** Digitally signed by  
TERESA ISABEL  
CARVALHO COSTA

*Teresa Costa*

Assinado por : CRISTINA MARIA PEREIRA FREIRE  
Num. de Identificação: B110415151  
Data: 2021.07.15 20:59:35+01'00'

*Cristina Freire*